



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO II – Nº 32

QUINTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1994

BRÁSILIA – DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 18ª SESSÃO, EM 30 DE MARÇO DE 1994

##### 1.1 – ABERTURA

##### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

– Nºs 147 a 149, 151 e 152, de 1994 (nºs 248 a 250, 257 e 258/94, na origem), respectivamente, de agradecimento de comunicações.

##### 1.2.2 – Requerimento

– Nº 157, de 1994, de autoria do Senador Iram Saraiva, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 18 e 21 de março de 1994. **Aprovado.**

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

– Recebimento da Mensagem nº 150, de 1994 (nº 251/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, solicita a ratificação da Resolução nº 28, de 17 de março, que autorizou a contratação de financiamento de crédito externo no valor de sete bilhões e cento e quarenta milhões de ienes, destinada a financiar o terceiro Programa Nipo-Brasil para desenvolvimento dos cerrados (Prodecir III), a ser executado nos Estados do Maranhão e do Tocantins, junto à Japan International Cooperation Agency (JICA), pelo fato de ter havido manifesto erro material no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que instruiu a matéria, relativamente às datas de vencimento, conforme a anexa exposição de motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

##### 1.2.4 – Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** – Registro de solenidade de assinatura de convênios, no Ministério das Minas e Energia, para construção das obras de infra-estrutura nos Estados de Sergipe e Alagoas, complementares à usina de Xingó.

**SENADOR PEDRO TEIXEIRA** – Impressões de S. Exª. sobre as atividades do Senado Federal, no momento em que deixa o mandato senatorial, em virtude do retorno do titular Senador Maurício Corrêa.

**SR. PRESIDENTE** – Atuação proveitosa do Sr. Pedro Teixeira durante o exercício do mandato parlamentar.

**SENADORA JÚNIA MARISE** – Extinção da aposentadoria por tempo de serviço.

**SENADORA EVA BLAY** – Despedida de S. Exª do Senado Federal, em face da reassunção do titular Sr. Fernando Henrique Cardoso.

**SR. PRESIDENTE** – Associando-se às homenagens dos Srs. Senadores à Srª Eva Blay.

**SENADOR JOSAPHAT MARINHO** – Considerações sobre a reedição da Medida Provisória nº 434/94 como solução político-institucional para a crise entre os Poderes da República. Reflexão acerca da condução da atual política econômica.

**SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR**, como Líder – Cerceamento da liberdade de Imprensa, com fins eleitorais, praticado pelo Governador de Goiás.

**SENADOR VALMIR CAMPELO** – Defesa dos funcionários públicos das carreiras afetas ao planejamento econômico e ao controle e fiscalização das despesas orçamentárias.

**SENADOR MAURO BENEVIDES**, como Líder – Homenagem pelo transcurso do centenário do ex-Deputado e líder empresarial cearense, Sr. Osvaldo Studart Filho

##### 1.2.5 – Requerimentos

– Nº 158, de 1994, de autoria do Senador Wilson Martins, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 21, 22, 23 e 24 do corrente mês. **Aprovado.**

– Nº 159, de 1994, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 18 e 21 de março de 1994. **Votação adiada por falta de quorum.**

– Nº 160, de 1994, de autoria do Senador José Sarney, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 29 e 31 de março do corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

**EXPEDIENTE**  
Centro Gráfico do Senado Federal

**MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor Executivo**  
**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**  
**Diretor Administrativo**  
**LUIZ CARLOS BASTOS**  
**Diretor Industrial**  
**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**  
**Diretor Adjunto**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral \_\_\_\_\_ Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

- Nº 161, de 1994, de autoria do Senador Lavoisier Maia, solicitando autorização para afastar-se dos trabalhos da Casa nos dias 4,7,14,18,21,25,29 e 30 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

**1.2.6 - Comunicações da Presidência**

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 454/94, que dispõe sobre a assunção, pela União, de crédito do Banco do Brasil S.A., junto à EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 455/94, que altera as Leis nºs 8.031, de 12 de abril de 1990, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.249, de 24 de outubro de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

**1.3 - ORDEM DO DIA**

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1993 (nº 247/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sertão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Piauí, Estado do Piauí. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1993 (nº 293/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stério FM Lagoa Santa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1993 (nº 2.989/92, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, do terreno que menciona. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, moderniza-

ção, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da SUDAM E SUDENE. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1993 (nº 2.239/89, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1993 (nº 1.023, na Casa de origem), que atualiza o valor da pensão vitalícia concedida pela Lei nº 3.597, de 29 de julho de 1959, à viúva do ex-deputado Sílvio Sanson, Srª Albina Clementina Frascalossi Sanson. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Requerimento nº 54, de 1994, do Senador Pedro Teixeira, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo **Governabilidade e Partido Político**, de autoria do Senador Marco Maciel, publicado no **Jornal de Brasília**, edição de 26 de janeiro do corrente ano. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Requerimento nº 70, de 1994, do Senador Marco Maciel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo **Confissões de um amante de mesóclises**, de autoria do escritor João Ubaldo Ribeiro, publicado no jornal **O Globo**, edição de 6 de fevereiro do corrente ano. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Requerimento nº 73, de 1994, do Senador José Richa, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo **Nas Crianças, o Celeiro da Cidadania**, publicado na **Gazeta do Povo**, de Curitiba, edição de 29 de janeiro do corrente ano. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1994 - Complementar (nº 181/94 - Complementar, na Casa de origem), que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para elevar de três para oito anos o prazo de inelegibilidade para os parlamentares que perderem o mandato por falta de decoro parlamentar. Retirado da pauta nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras provi-

dências. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado. **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1994 (nº 3.254/89, na Casa de origem), que regula a profissão de corretor de seguros, de capitalização e de previdência privada, e dá outras providências. **Votação sobrestada**, nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1993 (nº 457/91, na Casa de origem), que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos, e dá outras providências. **Tramitação interrompida** nos termos do art. 216, IV, do Regimento Interno, em virtude da apresentação do Requerimento nº 162/94, do Senador Pedro Simon, solicitando informações ao Ministério da Aeronáutica. À Mesa para decisão.

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1992, de autoria do Senador Iram Saraiva, que regulamenta o inciso V do art. 203 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário favorável, ficando a votação sobrestada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1993, de autoria do Senador Iram Saraiva, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas ou mentais. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário favorável, ficando a votação sobrestada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

### 1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Satisfação com a assinatura do convênio entre o Governo do Tocantins e agência financeira japonesa para garantir os créditos necessários à expansão do Programa de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER III. Parabenizando o Caburé Esporte Clube e a Seleção Brasileira por suas recentes vitórias.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Enaltecendo o gesto do Presidente da República de reeditar, com alterações necessárias, a Medida Provisória nº 434/94.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Tecendo as linhas gerais que devem nortear a reengenharia da ordem social do Brasil.

SENADOR ALUÍZIO BEZERRA – Quebra dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações.

SENADOR RONAN TITO, como Líder – Homenagem ao Governador do Estado de São Paulo, Sr. Antônio Fleury Filho, pelo transcurso de sua data natalícia e por sua conduta como homem público.

SENADOR NELSON WEDEKIN – Falta de apoio governamental ao produtor rural, enfatizando a necessidade de se reformular o Fimame Rural.

### 1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

#### 1.4 – ENCERRAMENTO

#### 2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 366/92 e 101/94 (apostilas).

Nºs 151 a 163/94.

#### 3 – ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 34/94

#### 4 – ATAS DAS COMISSÕES

#### 5 – MESA DIRETORA

#### 6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

## Ata da 18ª Sessão, em 30 de março de 1994

### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 49ª LEGISLATURA

*Presidência do Sr. Chagas Rodrigues*

RES: ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADO-

Chagas Rodrigues  
Eva Blay  
José Richa  
Lourival Baptista  
Mauro Benevides  
Nabor Júnior  
Pedro Teixeira  
Reginaldo Duarte  
Valmir Campelo  
Wilson Martins

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicações:

– Nºs 147 a 149, de 1994 (nºs 248 a 250/94, na origem), de 28 do corrente, referentes às matérias constantes das Mensagens CN nºs 58 a 60, de 1994.

– Nºs 151 e 152, de 1994 (nºs 257 e 258/94, na origem), de 29 do corrente, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 65 e 66 de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 157, DE 1994**

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 43 do Regimento Interno que minhas ausências nos dias 18 e 21 de março de 1994, sejam transformadas em licença autorizada por motivo de saúde, conforme atestado médico em anexo.

Atenciosamente,

Senador Iram Saraiva

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O requerimento está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43, I, do Regimento Interno.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 150, de 1994 (nº 251/94, na origem), do Senhor Presidente da República, solicitando a rratificação da Resolução nº 28, de 17 de março, que autorizou a contratação de financiamento de crédito externo no valor de sete bilhões e cento e quarenta milhões de ienes, destinada a financiar o terceiro Programa Nipo-Brasileiro para desenvolvimento dos cerrados (Proceder III), a ser executado nos Estados do Maranhão e do Tocantins, junto à Japan International Cooperation Agency (JICA), pelo fato de ter havido manifesto erro material no parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que instruiu a matéria, relativamente às datas de vencimento, conforme a anexa exposição de motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

Constaram da Resolução os vencimentos para o pagamento do principal como sendo quatro de outubro de 1999 a quatro de outubro de 2014, quando as datas corretas seriam quatro de setembro de 1999 a 4 de setembro de 2014. Todas as demais características da operação permanecem inalteradas.

Inexistindo objeção do Plenário, a Presidência providenciará a retificação solicitada. (Pausa.)

A retificação será publicada oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, atendendo a convite que recebi do Ministro Alexis Stepanenko, de Minas e Energia, participei, ontem, dia 29 do corrente, de solenidade organizada para a assinatura de importantes convênios que trarão grandes benefícios para o Estado de Sergipe e para o Estado de Alagoas, como reflexo das melhorias promovidas nos dois Estados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco em decorrência da construção da obra monumental de Xingó, localizada entre os Municípios de Piranhas, em Alagoas, e Canindé do São Francisco, em Sergipe.

O montante destes convênios é da ordem de 6,5 milhões de dólares, que serão compensados paritariamente com o recolhimento do ICMS proveniente dos equipamentos de Xingó.

Assim, conforme acordo da CHESF com os dois Estados, o ICMS recolhido com a obra será igualmente dividido entre Sergipe e Alagoas e aplicados em projetos sociais, supervisionados tecnicamente pela citada Companhia.

Como decorrência imediata destes convênios, serão recuperados 150km de uma rodovia em Sergipe e construída e ampliada uma adutora no sertão alagoano, que beneficiará 125 mil pessoas.

Participaram desta importante solenidade, além do Ministro Alexis Stepanenko – lembrando que além dos benefícios de Xingó aos dois Estados ela promoverá também um grande impulso no desenvolvimento do Nordeste – o Presidente da CHESF, Dr. Sérgio Moreira, afirmando a relevância das obras com relação aos trabalhos de infra-estrutura regional e a geração de renda e emprego; o Governador de Sergipe, João Alves, falando sobre o interesse, a participação e o empenho do seu Estado na realização e conclusão de Xingó e os seus reflexos positivos na economia do Estado; e o Governador Geraldo Bulhões, de Alagoas, onde está situado o canteiro de obras.

Sr. Presidente, faço este registro com grande satisfação e entusiasmo, porque estou ligado a Xingó desde a fase do sonho, desde a fase das idéias, das intenções e do projeto.

Esta é a 16ª vez que falo sobre Xingó, sendo a primeira em 15 de maio de 1972. Lá estive por quatro vezes em momentos históricos da sua realização, e hoje comunico, com grande satisfação e entusiasmo, a assinatura destes convênios que, de forma concreta, como consequência da construção de Xingó, cuja primeira turbina será inaugurada ainda este ano, trará grandes benefícios às populações do Estado de Alagoas e do Estado de Sergipe.

E, finalizando, Sr. Presidente, quero manifestar a minha confiança nas palavras e nos propósitos do Presidente da CHESF, Dr. Sérgio Moreira, e no apoio, no interesse e no empenho do Ministro Alexis Stepanenko na conclusão de Xingó, uma meta já declarada prioritária do Governo Federal, que trará imensos benefícios ao progresso e ao desenvolvimento do Nordeste e do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** (PP – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu tema de hoje, na realidade retratado de improviso, pela primeira vez, depois de 18 meses no Senado Federal, é no sentido de dar um "até breve" a esta Casa, tendo em vista que, na próxima semana, provavelmente na segunda-feira, o titular da cadeira, Senador Maurício Corrêa, deverá reassumir as suas funções.

Eu não poderia partir – e me ausentar por um breve período, tenho certeza – sem dar um testemunho do quanto cresci como ser humano e como político, na feliz convivência que tive nesta Casa.

Sr. Presidente, sempre fui um homem de muito trabalho, mas confesso a V. Exª, para espanto daqueles que pensam que esta Casa é ociosa, que jamais trabalhei tanto em minha vida quanto em 18 meses no Senado Federal! Esta, indiscutivelmente, é uma instituição com um campo vastíssimo de trabalho.

**O Sr. Lourival Baptista** – Nobre Senador Pedro Teixeira, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Ouço o nobre Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista** – Nobre Senador Pedro Teixeira, ouço suas palavras, no sentido de que vai afastar-se, devido à volta do titular. Quero dizer que V. Exª deixará saudade. V. Exª é um homem de fino trato, um homem que, várias vezes, nas votações em que eu tinha interesse, pois se tratava de Sergipe, dava-me apoio, além da convivência agradável. Estou nesta Casa já há 23 anos e digo a V. Exª que se necessitar de algo, pode procurar este seu amigo e admirador, que estará sempre às suas ordens.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Nobre Senador Lourival Baptista, agradeço as generosas palavras de V. Ex<sup>a</sup> e inverte a mão dos seus conceitos.

Na verdade, se razoavelmente transitei e procurei não deslustrar a cadeira do ilustre titular, devo-o a testemunhos como o de V. Ex<sup>a</sup>, um testemunho dedicado, perseverante. V. Ex<sup>a</sup> luta, com todo denodo, em prol das causas nacionais. Se algo houve entre mim e V. Ex<sup>a</sup>, foi no sentido do meu crescimento maior. A experiência de V. Ex<sup>a</sup>, o seu também fino trato e a sua tradicional paciência me ensinaram a dar os primeiros passos nesta Casa.

Agradeço-lhe e vou certamente enriquecer o meu currículo com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Magno Bacelar** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Pois não!

**O Sr. Magno Bacelar** – Nobre Senador Pedro Teixeira, eu também, como o nobre Senador Lourival Baptista, tive a honra de conhecê-lo nesta Casa. Sou testemunho de sua luta, do seu empenho e do seu comparecimento permanente, quando a imprensa insiste em dizer que não há frequência obrigatória. Notamos que existem alguns Parlamentares que aqui estão para abrir as sessões, para encerrá-las e para participar dos trabalhos. V. Ex<sup>a</sup> certamente cumpriu com brilhantismo a responsabilidade de substituir o Senador Maurício Corrêa, até então Líder do meu Partido, sobretudo com muita coragem, na defesa de todos os princípios que julga justos, na defesa da democracia e na defesa dos oprimidos. V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Valmir Campelo, às sextas-feiras, estão sempre aqui defendendo os interesses do Distrito Federal, que todos amamos e que sabemos necessitar de cuidados maiores, porque é o retrato do nosso País. Tenho certeza, nobre Senador, de que tanto aqui como na sua vida particular, V. Ex<sup>a</sup> se pautou sempre no caminho do Direito, do dever a cumprir e soube fazer amigos nesta Casa e ao longo de sua vida. Eu também aqui cheguei na qualidade de suplente, por um período de quatro anos. Reforço as suas palavras, ou seja, esta é uma grande escola; este é um ambiente que engrandece o nosso espírito e a nossa alma, sobretudo pela qualidade dos amigos, dos colegas que aqui estão, a exemplo do Senador Lourival Baptista e de tantos outros que têm sido consagrados pelos seus Estados, ao longo de quatro ou cinco mandatos, para o Senado Federal. Esta Casa perde com a ausência de V. Ex<sup>a</sup>, muito embora o Senador Maurício Corrêa tenha qualificações que todos reconhecemos. A sua presença engrandeceu o Senado, cativou e conquistou amigos que o respeitam. Temos certeza de que, com a garra e com o espírito público que V. Ex<sup>a</sup> tem, muito em breve estará aqui novamente, titular da sua própria cadeira ou disputando cargos mais altos, porque certamente, assim como nós, o povo de Brasília reconhece a sua dedicação. V. Ex<sup>a</sup> deixa saudades, mas que não sejam saudades duradouras. Esperamos que, em breve, V. Ex<sup>a</sup> esteja aqui novamente. Não nos abandone. O convívio com V. Ex<sup>a</sup> também nos engrandece. Parabéns pela atuação de V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Nobre Senador Magno Bacelar, Líder do PDT, V. Ex<sup>a</sup> é um Senador com quem tive oportunidade de conviver na mesma legenda, quando aqui cheguei na qualidade de suplente do eminente Senador Maurício Corrêa.

As suas palavras chegam até a me sensibilizar. Mas comumgo com o vaticínio de V. Ex<sup>a</sup>, de que lutarei e estarei aqui em jornadas futuras. Para isso, creio que fiz um esforço inaudito de criar um perfil à altura desta Casa, para postular, junto à comunidade brasileira, a minha eleição no pleito que se avizinha.

Vou disputar, tenho certeza, com um cabedal de trabalhos apresentados, porque, neste trânsito de 16 meses, volto a dizer, se há algo que fiz neste Senado Federal foi trabalhar arduamente. Trabalhei diuturnamente, inclusive durante a CPMI do Orçamen-

to, a ponto de violentar até a minha própria saúde. Eu brincava que eu saía da CPI para a UTI – a diferença era uma questão de siglas!

**O Sr. Mauro Benevides** – Permite-me um aparte, nobre Senador Pedro Teixeira?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Com muito prazer, nobre Líder Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** – Senador Pedro Teixeira, no instante em que V. Ex<sup>a</sup> apresenta suas despedidas desta Casa, em razão da próxima assunção de mandato do titular da cadeira, Senador Maurício Corrêa, desejo oferecer o testemunho, para conhecimento do povo de Brasília, da atuação profícua, destacada, competente e brilhante que V. Ex<sup>a</sup> teve durante esse espaço de tempo em que exerceu, com tanta dignidade, o mandato de Senador da República. Como presença constante neste plenário, ocupando a tribuna para debater questões relacionadas não apenas ao Distrito Federal, mas igualmente à grande problemática brasileira, V. Ex<sup>a</sup> se tornou, imediatamente após o início de suas tarefas parlamentares, uma das figuras mais preeminentes do Senado e do Congresso Nacional. Integrante que foi da Comissão Parlamentar de Inquérito da chamada "Máfia do Orçamento", V. Ex<sup>a</sup> teve uma posição extremamente equilibrada, evitando que alguns excessos e exacerbações descaracterizassem o trabalho de investigação parlamentar. Ali, sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> se alteou diante da opinião pública brasileira, diante de seus pares, pela sua postura absolutamente correta que naturalmente o tornou credor da admiração e respeito de todos nós que compomos o Parlamento do nosso País. Tenho certeza, portanto, de que, ao retornar às suas atividades profissionais, V. Ex<sup>a</sup> levará para a sua família, para os seus amigos, para o seu Partido, a imagem de um homem que soube dedicar-se de corpo alma aos misteres da ação legislativa da atividade parlamentar, transformando-se, assim, em um líder autêntico da Capital da República, o que me permite prognosticar que V. Ex<sup>a</sup> certamente deverá ser galardoado com novo mandato eletivo, para cumprir com redobrada experiência essas novas tarefas que, por certo, lhe cometerão os seus amigos, a sua facção, aqueles que acompanham a sua trajetória como homem público. O Senado Federal, com certeza, vai ficar desfalcado da colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, embora passe a contar novamente com o experimentado e lúcido Ministro Maurício Corrêa. Assim, comporemos este Plenário com dois ilustres homens públicos: V. Ex<sup>a</sup> e ele, dignificando a representação política do Distrito Federal, que conta também com os eminentes Senadores Valmir Campelo e Meira Filho, extraordinários homens públicos, de invulgar dedicação às causas populares.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Quando conceitos elogiosos emanam de um Líder de uma agremiação partidária, a maior do Senado Federal, o PMDB, significam motivo de júbilo, de compensação e de resposta positiva aos nossos trabalhos. Os motivos ficam ainda maiores, porque se trata do Senador Mauro Benevides, que, para mim, é mais do que o Líder do PMDB; é o Líder de todos os Senadores, de todos os Partidos, porque a sua história e a sua trajetória transcendem agremiações partidárias. Trata-se de um homem que sempre esteve preocupado com a grandeza da Casa e com as agruras daqueles que aqui convivem.

Sr. Presidente, é, realmente, motivo muito forte de alegria saber que granjeei tantos amigos e elevados conceitos nesta Casa.

**O Sr. Valmir Campelo** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Com muito prazer, meu nobre Senador Valmir Campelo.

**O Sr. Valmir Campelo** – Meu amigo, Senador Pedro Teixeira, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> deixa o Senado Federal, em função do retorno do Ministro de Estado da Justiça, eu não poderia deixar de expressar os meus agradecimentos, a minha amizade e a minha solidariedade. V. Ex<sup>a</sup> marcou sua passagem nesta Casa pela

competência, pela cultura, pelo conhecimento das questões do Distrito Federal e do nosso País. V. Ex.<sup>a</sup>, pioneiro como eu, conhece profundamente os problemas que afligem o povo do Distrito Federal. E conhece não porque dizem a V. Ex.<sup>a</sup> e sim porque convive com esses problemas. Sou testemunha, Senador Pedro Teixeira, do esforço, da dedicação, da competência que V. Ex.<sup>a</sup> honrou em ser Senador da República. Tenho absoluta certeza de que a partir do próximo ano, por uma questão de justiça, V. Ex.<sup>a</sup> estará de volta a esta Casa. O povo de Brasília é politizado, esclarecido, conscientizado, e, por certo, irá fazer justiça – repito – fazendo com que V. Ex.<sup>a</sup> volte a esta Casa para honrar, por mais um período, o mandato de Senador da República pelo Distrito Federal. Receba V. Ex.<sup>a</sup> não só os meus agradecimentos, mas os daqueles que, nesta Casa, represento. Receba, sobretudo, a minha amizade constante, a minha fidelidade de amigo, o companheirismo e o respeito que tenho por V. Ex.<sup>a</sup> há mais de 30 anos. Que V. Ex.<sup>a</sup> seja feliz e que Brasília saiba sempre homenagear este homem público que honrou a cidade nesses 16 meses que passou como Senador da República. Em nome do povo do Distrito Federal, os meus agradecimentos e a minha homenagem a V. Ex.<sup>a</sup>. Tenho certeza de que V. Ex.<sup>a</sup>, nesta Casa, não vai ficar apenas 16 meses aqui; ficará durante 8 anos, a partir do próximo ano.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Sou eu quem agradeço, nobre Senador Valmir Campelo. Muitos foram os Senadores que, nesta Casa, envolveram-me pela atenção, pelos apartes e pelos aconselhamentos; em especial, registro o Senador Valmir Campelo, com quem estreitei mais as minhas relações, embora estejamos vivendo, nesta cidade, por mais de 30 anos.

S. Ex.<sup>a</sup> demonstrou algo que a meu ver é muito importante: o ideal de servir. Sempre senti, ao lado do Senador Valmir Campelo, aquela disponibilidade de sair de si em favor das comunidades mais desvalidas, de lutar para que o povo de Brasília tenha condições de trabalho, tenha cidadania plena.

Tenho certeza absoluta de que, embora não estejamos na mesma agremiação partidária, serei honrado de estar no mesmo palanque com Valmir Campelo, apresentando, ao povo de Brasília, projetos e planos que vão convergir em benefício do ideal comum.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo esta Casa, repito, engrandecido, com meu currículo fortalecido, sem mágoas, sem ressentimentos, apenas lamentando que não se tem feito justiça a esta Casa. O Senado Federal, infelizmente, não tem instrumentos para comprovar aqueles que ficam preocupados com a estatística de plenário, com a estatística de painéis, o quanto se trabalha nos gabinetes, o quanto se trabalha nas comissões. Sempre julguei que ficar no plenário seria, para mim, muito mais tranquilo do que ficar no gabinete. De lá, ouvimos as convocações constantes: "Srs. Senadores, compareçam ao plenário!" E nesse vai-e-vem, nessa peregrinação e nesse verdadeiro périplo interno, estamos sempre trabalhando.

Se posso dar uma contribuição a esta Casa, deixo o alerta àqueles que policiam o plenário no sentido de mostrar que se trabalha nos gabinetes, nas comissões, nas audiências. Seria muito mais cômodo se pudéssemos ficar num plenário confortável, com ar-condicionado e cafezinho, do que trabalhando operosamente.

Deixo esta Casa fazendo um apelo: o Senado deve deixar transparecer o quanto é expressivo, o quanto é significativo para a República e para a democracia.

Saio, Sr. Presidente, certamente otimista de que voltarei. E ao voltar, com meu próprio mandato, se Deus quiser, estarei com as minhas forças redobradas pelas experiências adquiridas aqui, para bem servir ao povo de Brasília, para bem servir ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A Presidência ouviu com atenção o brilhante discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, bem como os apartes que o honraram, e registra que, nos 18 meses que V. Ex.<sup>a</sup> aqui passou, mais uma vez demonstrou o seu elevado espírito público, a maneira responsável que empresta às suas atividades e a dedicação de todos os dias.

Pode V. Ex.<sup>a</sup> estar certo, nobre Senador Pedro Teixeira, que ilustrou e honrou esta Casa do Congresso Nacional.

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

**A SRA. JÚNIA MARISE** (PDT– MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estaremos analisando, em breve, no bojo dos trabalhos de Revisão Constitucional, a intrincada questão do sistema previdenciário, no qual avulta o candente tema das aposentadorias.

Já no decorrer do ano passado, muito antes, portanto, de se iniciarem os trabalhos parlamentares da revisão de nossa Carta Magna, os meios de comunicação cederam espaço para a discussão do tema das aposentadorias dos trabalhadores brasileiros, deixando antever, desde então, quão polêmica e dissensual seria a análise dessa questão.

De sua parte, o Governo antecipou as propostas que queria ver inseridas no corpo constitucional, afetas principalmente aos dispositivos constantes dos arts. 40 e 202. O art. 202, vale lembrar, dispõe sobre a aposentadoria no âmbito da Previdência Social; o art. 40 trata da aposentadoria dos servidores públicos civis. Assim, no início de dezembro, os jornais já anunciavam as sugestões listadas pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para serem encaminhadas em forma de propostas de emenda constitucional. Entre elas, destacavam-se as que passo a mencionar.

Primeiro, fim da aposentadoria por tempo de serviço, substituindo-se o atual critério de concessão por um sistema misto, que somaria a idade do beneficiário ao tempo de contribuição para a Previdência. Essa proposta foi chamada de "fórmula 95", porque o pleiteante à aposentadoria necessitaria chegar à somatória de 95 pontos para usufruir do benefício.

Segundo, extinção das aposentadorias especiais. Conquistas obtidas após duras batalhas, como a dos professores, que se aposentam com cinco anos a menos, ou seja, aos 25 anos de serviços prestados à educação, cairiam por terra.

Terceiro, instituição do sistema de previdência universal, pelo qual o Estado se obrigaria à concessão de um determinado teto para todos os trabalhadores, estimado de cinco a dez salários mínimos. Acima desse limite máximo, haveria complementação por um sistema público ou privado, de adesão voluntária por parte do trabalhador.

Na verdade, Sr. Presidente, as propostas de emenda à Constituição contemplaram um universo de amplitude bem maior do que esses três pontos mencionados e alcançaram números surpreendentes. Chegamos a contabilizar, apenas para os arts. 40 e 202, mais de cento e setenta propostas e mais de setecentas e trinta emendas às propostas apresentadas.

Não nos foi dado a conhecer, até o momento, o teor do parecer da Relatoria da Revisão sobre o assunto. No entanto, o Deputado Nelson Jobim, em algumas ocasiões, manifestou à imprensa sua apreciação acerca de algumas delas, antecipando sua disposição de propor o fim das aposentadorias especiais, a instituição de um sistema único de previdência e, ainda, segundo o *Jornal de Brasília* de 5 de fevereiro último, a sua simpatia à "fórmula

95", do ex-Ministro da Previdência, Antônio Britto. Podemos antever, portanto, profundas mudanças no caminho da Previdência. Parodiando o poeta Drummond de Andrade, podemos antever pedras no meio do caminho dos que futuramente buscarão aposentar-se. É contra tais mudanças tão radicais e prejudiciais aos trabalhadores, trabalhadoras e professoras que me pronuncio neste momento.

Meu pensamento e minhas convicções me fazem perfilar ao lado dos trabalhadores que não suportariam ver suas conquistas de tão longas batalhas e de tão duros entraves postas por terra peremptoriamente, sob a falsa alegação de que o apocalipse se abaterá sobre a Previdência, se mudanças não forem implantadas já. Aliás, já vimos esse filme vezes anteriores, quando se alardearam pelo País as várias "salvações nacionais". A cada época, se levantam bandeiras salvadoras que têm o poder mágico e supremo de tirar o País da crise, de livrar a economia da hiperinflação, de recuperar a capacidade de investimento do Estado, de promover o crescimento da economia, enfim, de resolver todas as mazelas nacionais. Foi assim com o Plano Cruzado, o Plano Collor e seus congêneres e, mais ultimamente, está sendo assim com a Revisão Constitucional. A fúria revisionista dá a ela o condão de trazer a felicidade geral à Nação, custe o que custar, doa a quem doer. Principalmente aos trabalhadores e assalariados, estes sim, os mais prejudicados.

Se há pontos que é necessário rever, é bem verdade que há outros que são intocáveis, porque representam conquistas sociais. Mas a ânsia dos revisionistas extremados supera qualquer base de bom senso. Não fosse assim, não conseguiríamos explicar como os trabalhos da revisão sobreviveram a tantos problemas surgidos no seu percalço. Inicialmente, nos defrontamos com a exigüidade do tempo para executá-la: se a Constituinte consumiu dois anos de discussões, como promover a revisão em exíguos três ou quatro meses, ainda mais com a campanha eleitoral batendo à porta? Depois, caiu como um petardo sobre a atividade revisionista a instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias de corrupção e manipulação das verbas do Orçamento. Hoje, não podemos dizer que navegamos em águas tranquilas. Nos últimos dias, temos ouvido pronunciamentos contundentes a favor do fim dos trabalhos de revisão. Esta é a posição do meu partido – o PDT –, a minha posição e a da maioria da população que agora sabe que a Revisão não passa de um engodo para derrubar as conquistas sociais.

No entanto, Sr. Presidente, cheguemos ou não ao fim da revisão em hora abreviada, ou a façamos em futuro, sinto-me compelida a manifestar minha posição clara e inequívoca pela manutenção do texto constitucional, no tocante ao direito da aposentadoria.

Não concordo com o fim das aposentadorias por tempo de serviço. Também não concordo com o fim das aposentadorias especiais. Também concordo em jogar todos os trabalhadores brasileiros na vala comum de uma Previdência que, salvo honrosos períodos, historicamente tem-se comportado como má pagadora, promovendo contínuos rebaixamentos nos benefícios, negando-se a cumprir as decisões judiciais favoráveis aos segurados, e que não tem controle do lamaçal de corrupção perpetrado à sua sombra.

Desejo reportar-me particularmente aos trabalhadores pobres, de regiões subdesenvolvidas, da zona rural, das periferias das cidades. Esses brasileiros começam a trabalhar muito cedo, premiados pelas necessidades de sobrevivência da família, muitos ainda mal saídos da infância, muitos outros recém-evadidos dos bancos escolares, nos quais sequer concluíram a alfabetização. Porque começam a trabalhar muito cedo, mas precocemente, perdem a capacidade laborativa. Além do mais, sofrem de carências nutricionais, estão mais expostos a ambientes sem saneamento básico e se en-

contram à margem de uma adequada assistência médica e hospitalar. Para esses trabalhadores, a expectativa média de vida do brasileiro, que cresceu nos últimos anos para 66 anos, é uma miragem longínqua, que jamais alcançarão. Porque morrerão muito antes. Como não permitir a esse trabalhador que se aposente por tempo de serviço? Como impor a ele um sistema previdenciário baseado na média nacional, se participa dessa média exatamente puxando os números para baixo?

**O Sr. Magno Bacelar** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora?

**A SRA. JÚNIA MARISE** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, nobre Senador Magno Bacelar.

**O Sr. Magno Bacelar** – Senadora Júnia Marise, ousaria dizer que na palavra de V. Ex<sup>a</sup> está falando o povo de Minas, sobretudo o trabalhador, aquele que tem sofrido e pago por todos os desmandos, por toda a corrupção caracterizada na Previdência Social. Na verdade, nobre Senadora, lutamos contra a Revisão Constitucional neste momento, e está mais do que provado que, até agora, o que se votou foi um plano econômico que nada mais é do que o aumento de imposto, sobretudo para o trabalhador, e algumas questões políticas. Graças a Deus, conseguimos sair do grande escândalo da diminuição de tempo de desincompatibilização e da reeleição. Afora isso, se fizermos uma análise profunda e criteriosa, nada se tratou sobre os problemas mais graves do nosso País. E, para provar isso, a orquestração em favor da Revisão Constitucional é sempre do patrão, da classe mais privilegiada e daqueles que, ao longo desses anos, têm enriquecido à custa da miséria do nosso povo e que ainda se sentem prejudicados pela Constituição de 88. Se a modificarmos em determinados pontos, no entanto, estaremos diminuindo todas as conquistas sociais, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns pela coragem, parabéns por falar em nome do PDT. Tive a honra de apartá-la para dizer que, como Líder, estou aqui para reforçar o seu discurso e dizer que o nosso Partido, mais uma vez, a exemplo do plebiscito para a escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, está com a razão, está representando o sentimento popular, que é de revolta contra uma Revisão Constitucional que tem servido apenas para desgaste e desmoralização desta Casa. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. JÚNIA MARISE** – Agradeço ao nobre Líder do PDT, Senador Magno Bacelar, o aparte, que mais uma vez enfatiza, com fidelidade e coerência, não apenas o seu passado político, mas, sobretudo, o do PDT, que se tem se posicionado fielmente à causa nacional e principalmente à causa dos trabalhadores ao longo de toda a sua história. Na mesma linha de pensamento, hoje também integrando o Partido Democrático Trabalhista, sinto-me inteiramente identificada com essa tese, a qual abracei no decorrer de minha vida política, e preocupada com o momento que vivemos. É por isso que, a partir da próxima semana, o PDT de Minas Gerais estará denunciando ao povo mineiro, através de uma grande e ampla mobilização, as tentativas de estabelecer o retrocesso – que hoje certamente estão incorporadas, através das emendas apresentadas à Revisão Constitucional –, o retrocesso das conquistas dos trabalhadores, que, nessas últimas décadas, têm procurado não apenas lutar pela sua sobrevivência, mas principalmente pela garantia de seus direitos inalienáveis como cidadãos e como trabalhadores.

**O Sr. Mauro Benevides** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora Júnia Marise?

**A SRA. JÚNIA MARISE** – Com prazer, nobre Líder Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Senadora, na visão globalizada da Revisão Constitucional, o PMDB, pela sua Direção Nacional e pelas suas Lideranças nas duas Casas, se manifestou



favoravelmente a que se cumpra o preceito do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que decorreu, inclusive, de iniciativa de um colega de V. Exª, de Minas Gerais, o nobre Senador Ronan Tito, autor que foi da inclusão desse dispositivo durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Diria a V. Exª que, oficialmente, o PMDB se manifestou a favor da Revisão, mas tivemos a cautela de deixar explícita a nossa posição contra qualquer iniciativa que significasse a conspurcação daquelas conquistas sociais que estão inseridas no texto da Lei Maior brasileira. Nobre Senadora, ao vê-la defender as conquistas do trabalhador, sobretudo na área previdenciária, desejo solidarizar-me com V. Exª e lhe dizer que, como Líder da bancada do PMDB no Senado, estaremos a postos para rechaçar qualquer tentativa que objetive nulificar aquelas conquistas que integram o texto da Lei Fundamental brasileira. Portanto, pode V. Exª transmitir aos mineiros, àqueles que irão participar dessa manifestação promovida pelo seu Partido, o PDT, a partir da próxima semana, em Minas Gerais, que ouviu de mim, Líder do PMDB no Senado Federal, a reiteration do compromisso de que, em termos de conquistas sociais, haveremos de preservar a nossa Carta de todas essas investidas que objetivam anulá-las, pois tais conquistas decorreram de um trabalho levado a efeito, com muita obstinação e pertinácia, durante a Assembléia Nacional Constituinte.

**A SRA. JÚNIA MARISE** – Nobre Senador Mauro Benevides, a declaração enfática de V. Exª, neste momento, como Líder do maior Partido neste Congresso Nacional, de que estará vigilante na preservação das conquistas sociais já consagradas na Constituição de 1988, é um fato importante para o Brasil e para os trabalhadores.

A nossa preocupação é exatamente em razão das emendas, cerca de 960, apresentadas à Revisão Constitucional, ampliando a idade para a aposentadoria e extinguindo a aposentadoria por tempo de serviço. Para nossa perplexidade, algumas delas estabelecem o somatório da idade do trabalhador com o tempo de serviço, com a obrigatoriedade de se totalizarem 95 pontos para a obtenção da aposentadoria; conseqüentemente, *nenhum* de nós alcançará a idade para chegar a esse somatório.

Por isso, Senador Mauro Benevides, incorporo efusivamente o aparte de V. Exª a este pronunciamento, porque já é uma demonstração do seu Partido, principalmente da Liderança do PMDB do Senado – e outra coisa não esperaríamos –, essa manifestação solidariedade aos trabalhadores de todo o País.

Continuando, Sr. Presidente, há outro aspecto que gostaria de mencionar. No meio urbano brasileiro, um trabalhador com 40 anos de idade já é considerado velho para o mercado de trabalho. Extinguindo-se a aposentadoria por tempo de serviço, qual a garantia de manutenção do emprego para pessoas dessa idade?

E como pode o trabalhador brasileiro, na hipótese de unificação dos regimes previdenciários, extrair de seus poucos salários uma dupla contribuição, com uma parte para os cofres da Previdência estatal e outra para os planos de complementação? Novamente, os mais pobres serão os mais prejudicados. Sem mencionar a falácia costumeira dos fundos de pensão, que não honram os compromissos de complementação quando os trabalhadores deles mais necessitam, que é o momento de garantir uma velhice digna e ter a justa retribuição dos encargos pagos na atividade. O que podemos antever é a proliferação desses fundos de pensão, cuja maior preocupação é o resultado financeiro e operacional, e não a promoção da justiça social.

O fim das aposentadorias especiais afetaria sobremaneira a sofrida e vilipendiada categoria dos professores. Quero lembrar aos meus colegas Senadores que foi árdua a luta dos professores para alcançar a aposentadoria aos 25 anos para as mulheres e aos

30 para os homens, em atividades de magistério. Lembro-me que, em 1981, como Deputada Federal, então na Câmara dos Deputados, defendi a Proposta de Emenda Constitucional nº 9, de minha autoria, para fazer justiça à penosa tarefa do magistério de um direito justo e merecido. Depois de 25 ou 30 anos de docência, não há professor ou professora que não apresente problemas de saúde. Devemos falar também que a atividade do magistério exige grande dose de paciência, tolerância e benevolência, atributos que a idade vai fazendo perder, mormente hoje, quando se aceitam cinquenta alunos em uma sala de aula de 2º grau, para não mencionar as turmas de mais de cem de muitas escolas privadas. E o professor não enfrenta salas numerosas apenas algumas horas por dia. Ele se enfrenta em quase todas as horas de seu dia, porque, para compensar os baixos salários atuais, desdobra-se em muitas jornadas de trabalho, na maioria das vezes, em duas ou mais escolas.

Gostaria de reproduzir aqui as palavras de José Maria de Almeida, Diretor da Central Única dos Trabalhadores, publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12 de dezembro de 1993. Disse ele:

Num Brasil pobre, com mais de quarenta milhões de desempregados e subempregados, no qual as pessoas começam a trabalhar na faixa de treze a quinze anos na cidade e menos do que isso no campo, a fórmula 95 é profundamente injusta.

Se realmente queremos alterar o sistema da Previdência Social, deveremos primeiro cuidar de estabelecer salvaguardas para não continuarem ocorrendo indevidos prejuízos para os beneficiários do sistema. Digo isso com base no cálculo do advogado Adeline Rosani Filho, especialista em Direito Previdenciário, que acusa o achatamento salarial, mês a mês, de cerca de dois milhões de aposentados no País. Segundo ele, em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 30 de novembro de 1993, os prejuízos podem chegar a 30%, em razão da aplicação da Lei nº 8.213 na correção dos vencimentos. Ou seja, se estiverem corretos os seus cálculos, estamos presenciando a indesejada situação de a Previdência manipular os índices a seu favor. Aliás, a história da Previdência no Brasil é pródiga em agregar perdas aos benefícios de seus segurados. Assim tem acontecido em todos os momentos de implantação dos planos de estabilização econômica, com resultados prejudiciais, aliás, não só aos segurados da Previdência, como a todas as demais categorias de trabalhadores assalariados.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, precisamos estar vigilantes no momento em que nos for apresentado o parecer da Relatoria da Revisão Constitucional sobre a grave questão da Previdência Social brasileira. Os aposentados e pensionistas não podem mais suportar ônus algum.

Igualmente atentos devem estar todos os trabalhadores do País, para que sua voz se faça ouvir no voto de cada parlamentar do Congresso Revisor!

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra à nobre Senadora Eva Blay.

**A SRA. EVA BLAY** (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, é um momento muito importante este em que me dirijo a V. Exªs para me despedir da maravilhosa convivência tida nesta Casa. Devo dizer que nos últimos 15 meses vivi uma das mais importantes experiências da minha vida, em que a generosidade, a competência e o extraordinário apoio que recebi nesta Casa me fazem sair dela mais rica.

Vim para esta Casa trazida pelas mulheres. Disso estou segura por todas as manifestações que me empurraram para este cargo, quando concorri à suplência na convenção do meu partido, e



fui a única submetida a voto; ganhei a convenção para ser suplente do Senador Fernando Henrique Cardoso. Foi um movimento extremamente importante, iniciado em São Paulo, mas que contou com o apoio das organizações de mulheres de todo o Brasil.

Durante esse longo mandato – porque não esperava ficar tanto tempo nesta Casa –, devo dizer que nenhum projeto relacionado com o bem-estar da mulher brasileira passou por aqui sem que eu o analisasse. Tenho certeza de que todos os apelos que vieram, desde a zona rural mais longínqua do País até os centros urbanos mais metropolitanos, todos eles foram ouvidos. E foi por isso que apresentei quatro projetos de lei. Levei o Senado para reuniões no exterior e fiz também 24 pareceres sobre projetos de lei. É claro que, como Senadora, eu não poderia me dedicar apenas à questão da mulher; dediquei-me também a questões relacionadas com os imigrantes, os negros, a população trabalhadora; daí por que apresentei 15 emendas a projetos de lei e participei de nove comissões.

**A Sr<sup>a</sup> Júnia Marise** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora?

**A SRA. EVA BLAY** – Com muito prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Júnia Marise** – Quero dar aqui o meu testemunho a todo o Brasil e principalmente ao povo de São Paulo, que a trouxe para esta Casa por uma feliz iniciativa do Senador Fernando Henrique Cardoso e certamente de todas as forças políticas de São Paulo que a fizeram sua suplente, para que V. Ex<sup>a</sup> tivesse oportunidade de ter assento neste plenário e poder, através da atuação parlamentar e política, demonstrar ao Brasil o desempenho de uma mulher investida na alta função de Senadora da República. Quero dar o meu testemunho do desempenho sério, digno, mas sobretudo de vanguarda que V. Ex<sup>a</sup> teve nesta Casa, em todas as atividades de que participou, seja nas comissões técnicas, seja nos pronunciamentos neste plenário, seja através de iniciativas de projetos de leis e emendas. Certamente a presença de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senadora e companheira Eva Blay, marcou aqui um tempo e, sobretudo, dignificou a todas nós, mulheres brasileiras. Quero manifestar, não apenas através deste aparte que lhe faço, que certamente estará incorporado no seu discurso de despedida, o desejo de que V. Ex<sup>a</sup> volte ao Senado para completar a sua obra, o seu trabalho. Tenho a certeza de que o eleitorado do Estado de São Paulo está torcendo, neste momento, para que V. Ex<sup>a</sup> venha como Senadora da República, para dar ao Brasil a sua presença e a sua marca de trabalho. Quero cumprimentá-la efusivamente. Nesse pouco tempo de convívio que tivemos aqui nesta Casa, aprendi a admirá-la por sua educação, pela convivência tão amena e cordial, pela garra com que V. Ex<sup>a</sup>, em todas as suas iniciativas, demonstrou a sua seriedade, a sua competência e a sua inteligência. Espero que V. Ex<sup>a</sup> volte, porque estaremos aqui aguardando seu regresso no próximo ano.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, Senadora Júnia Marise. Não posso ficar apenas neste agradecimento simples, pois V. Ex<sup>a</sup> realmente foi uma das pessoas que mais colaborou para esta minha atuação no Senado Federal. Sabe V. Ex<sup>a</sup> muito bem que dialogamos desde problemas cotidianos até questões políticas e que a sua orientação e o seu apoio foram fundamentais nesse sentido. Lembro também que fomos ambas pioneiras – eu, em São Paulo; V. Ex<sup>a</sup>, em Minas – no Conselho Estadual da Condição Feminina, criado por Tancredo Neves, do qual V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira Presidenta – como eu fui, em São Paulo, no Governo Franco Montoro. Essas raízes se esparramaram por todo o País e o resultado está aí, para que todos possam ver. Muito obrigada.

**O Sr. Mauro Benevides** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. EVA BLAY** – Pois não, nobre Senador. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Senadora Eva Blay, veja V. Ex<sup>a</sup> que o tempo flui com celeridade, que quinze meses depois

nos conduz a lembranças que tocam bem fundo a nossa alma e certamente haverão de envolver o seu próprio coração, a sua mente, enfim, caracterizando uma atuação extremamente equilibrada e competente como foi a sua no Plenário desta Casa. Se bem me recordo, nobre Senadora Eva Blay, estava eu na cadeira da Presidência do Senado Federal, que ocupei durante dois anos, quando a mim foi cometida a honra, por preceituação constitucional e regimental, de empossá-la como Senadora da República por força do afastamento da Cadeira do titular Fernando Henrique Cardoso, que então assumia o Ministério das Relações Exteriores. E, se bem me recordo, com um plenário repleto, com a tribuna de honra apinhada de Líderes e Confederações de Mulheres de São Paulo, de Brasília e de todo o País, V. Ex<sup>a</sup> prestava o compromisso constitucional de respeitar a Carta Magna brasileira e as leis da República. E aquele ato solene fez com que palmas estrugissem no plenário e na tribuna para estimular V. Ex<sup>a</sup> que, então, iniciava essa caminhada de quinze meses que, neste instante, vai chegar ao seu término em razão do retorno às atividades nesta Casa do Senador Fernando Henrique Cardoso. Mas V. Ex<sup>a</sup>, como destacou há poucos instantes a Senadora Júnia Marise, foi uma Parlamentar atuante, tanto na comissão como no plenário, e pode deixar esta Casa absolutamente convicta de que honrou e dignificou o mandato parlamentar. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, Senador Mauro Benevides. Também me lembro desses mesmos momentos em que V. Ex<sup>a</sup> foi tão generoso ao me receber nesta Casa, afastando todas as dificuldades que uma pessoa recém-chegada encontra, conduzindo-me facilmente. Além de tudo, como amigo, ainda orientava, dando-me várias possibilidades de atuação.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> não apenas pela colaboração, mas, sobretudo, por essa disponibilidade que sempre manifestou.

**O Sr. Pedro Teixeira** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senadora Eva Blay?

**A SRA. EVA BLAY** – Pois não, Senador Pedro Teixeira.

**O Sr. Pedro Teixeira** – Em meu nome pessoal e em nome da Liderança do PP, cuja delegação me foi outorgada agora pelo nobre Líder aqui presente, Senador Irapuan Costa Júnior, quero também dar o meu testemunho do seu trabalho expressivo no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> disse que, onde havia um bem-estar da mulher brasileira, V. Ex<sup>a</sup> se fez presente. Considero até um pouco de humildade de V. Ex<sup>a</sup> essa observação. V. Ex<sup>a</sup> não só trabalhou pela mulher brasileira, mas pelo bem-estar da família brasileira, da Pátria brasileira. Tivemos a ventura de conviver com V. Ex<sup>a</sup> em algumas comissões, como a de Constituição, Justiça e Cidadania e algumas outras comissões especiais. Ali pude ser, ao vivo, uma testemunha da assiduidade de V. Ex<sup>a</sup>, das luzes com que V. Ex<sup>a</sup> levava os seus pareceres, os seus trabalhos e as suas intervenções sempre tendo como alvo a justiça, tendo muitas vezes até que vencer bloqueios, obstáculos e situações constrangedoras. Mas V. Ex<sup>a</sup> sempre agiu de acordo com o que a sua consciência ditava. De maneira que a sua independência, a sua altivez, os objetivos nobres com que foram norteados os seus trabalhos realmente lhe credenciam ao retorno. E o povo de São Paulo realmente deve trazê-la de volta, para que ele possa auferir de um trabalho sério e profícuo como é o que vem sendo produzido por V. Ex<sup>a</sup>. Lamentando a saída de V. Ex<sup>a</sup>, tenho que me jubilar pelo seu trabalho e fazer um vaticínio de que não tardará muito V. Ex<sup>a</sup> estará nesta Casa, dando o testemunho eloquente de seus "Sins" veementes às boas causas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho proferido. Era o que queria registrar nessa oportunidade.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, Senador Pedro Teixeira.

O Sr. Carlos Patrocínio – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, eminente Senadora?

A SRA. EVA BLAY – Pois não.

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senadora Eva Blay, também gostaria de prestar o testemunho, nesta oportunidade triste para todos nós, que participamos de algumas CPI que dizem respeito aos direitos da mulher, como é caso da CPI de Esterilização em Massa da Mulher no nosso País. E, além das CPI e de outras comissões, V. Ex<sup>a</sup> pôde demonstrar a sua intransigência na defesa do direito da cidadania da mulher brasileira. E não apenas no que concerne à mulher, mas em todos os pontos polêmicos e de interesse da vida nacional, V. Ex<sup>a</sup> se fez presente com a intransigência que deve pautar um parlamentar da estirpe de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que durante a sua estada nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> conferiu ao Ministro Fernando Henrique Cardoso a tranquilidade para que pudesse exercer com denodo e serenidade a espinhosa missão de Ministro da Fazenda. V. Ex<sup>a</sup> soube substituí-lo à altura, proporcionando-lhe esta tranquilidade. Percebo que a presença de V. Ex<sup>a</sup> na Câmara Legislativa mais alta do País estimula diversas mulheres brasileiras a pleitearem uma cadeira no Senado Federal. Por certo terão essas mulheres visto em V. Ex<sup>a</sup> e nas outras nobres Senadoras, não menos dignas, um exemplo a seguir, porque esta Casa seria, efetivamente, o fórum legítimo para defesa intransigente dos interesses da mulher brasileira. Quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho que aqui empreendeu, dignificando esta Casa. Espero poder contar, no próximo ano, com a presença de V. Ex<sup>a</sup> aqui, dando-nos essas aulas, sob todos os aspectos, muito salutares. Conte V. Ex<sup>a</sup> com a amizade dos seus Pares em qualquer atividade que venha a exercer doravante. Parabéns!

A SRA. EVA BLAY – Muito obrigado, Senador. V. Ex<sup>a</sup> foi um grande aliado nas causas da mulher. A atuação de V. Ex<sup>a</sup> na CPI da Esterilização talvez tenha sido o primeiro trabalho, nesta Casa, que me permitiu ver como conseguir as coisas não exclusivamente dentro dos muros do Senado, mas como o próprio Senado poderia representar o meio para atingir a sociedade como um todo. Portanto, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Srs. Senadores, depois de ouvir todas essas palavras, agradeço-lhes mais uma vez a enorme generosidade demonstrada.

O Sr. Almir Gabriel – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

A SRA. EVA BLAY – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Almir Gabriel – Não sou daqueles que distingue a atuação das pessoas em função da defesa de um determinado assunto, ligado ou não à questão da mulher. Mas o faço em função da defesa ou não do oprimido; distingo aqueles que têm ou não compromisso com os poderosos. V. Ex<sup>a</sup> trouxe para o Senado, como suplente do Senador Fernando Henrique Cardoso, a inteligência, o brilho e a competência de uma mulher que se houve muito bem, mesmo antes de chegar ao Senado Federal, no exercício das várias funções que desempenhou em São Paulo, no Brasil e no exterior. V. Ex<sup>a</sup> já trouxe para o Parlamento toda uma experiência e veio enriquecê-la exatamente com essa postura e sabedoria na defesa de uma das frações, que diria, majoritárias da sociedade mundial, particularmente a brasileira, que é o caso da mulher. V. Ex<sup>a</sup> não ficou apenas na questão feminina, mas deteve-se em todas as questões que necessitavam de posições claras e definidas em defesa de uma nova sociedade, menos desigual, onde pudéssemos olhar todas as pessoas e reconhecê-las cidadãs. Essa foi exatamente a atuação de V. Ex<sup>a</sup>: apenas uma continuidade do que tem sido a sua vida. Para o Senado Federal, com certeza, esta atuação teve brilho e se destacou pela serenidade, pela cortesia e pela forma lhana com que V. Ex<sup>a</sup> trata todas as pessoas, ainda que divergindo de posições. A segurança, a sinceridade e a correção com que V.

Ex<sup>a</sup> defende os seus pontos de vista são exemplares. Diria, como companheiro de Partido, que o PSDB se orgulha da representação que V. Ex<sup>a</sup> dá aos votos que lhe couberam, pelo menos de forma indireta, quando foram transmitidos também ao Sr. Fernando Henrique Cardoso. Desejamos a V. Ex<sup>a</sup> que, ao lado de felicidade pessoal e familiar, continue na luta, representando de maneira tão digna e extraordinária essa fração da sociedade tão oprimida que tem sido não apenas a mulher, mas todas as pessoas carentes não da proteção do Estado, mas do reconhecimento da sociedade como um todo. Para nós é uma felicidade ter convivido com V. Ex<sup>a</sup> e fazemos questão de que o Brasil possa continuar dispondo do trabalho, da inteligência e da dedicação que V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado ao longo de toda a sua vida.

A SRA. EVA BLAY – Muito obrigada, Senador Almir Gabriel. Quero, através da voz de V. Ex<sup>a</sup>, agradecer ao meu Partido, o PSDB, e também agradecer aos demais Partidos.

Devo dizer que, seja nesta Casa, seja em qualquer outro lugar, sempre estarei disponível para defender essas causas; acho que vou morrer defendendo-as. Terei imenso prazer em colaborar com todos os Senadores em quaisquer circunstâncias que a vida me trouxer; não sei ainda o que será, mas as causas certamente serão as mesmas e a retribuição ao convívio que tive com V. Ex<sup>a</sup>s vai permanecer também até o fim. Muito obrigada.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

A SRA. EVA BLAY – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Senadora Eva Blay, os colegas já lhe fizeram o justo elogio. Não preciso repetir as palavras que aqui foram tão precisamente enunciadas. Quero apenas dizer-lhe que a experiência desses meses de seu convívio justifica que todos nós aspiremos a que, em 1995, venhamos a vê-la nesta Casa em caráter definitivo.

A SRA. EVA BLAY – Senador Josaphat Marinho, as mulheres falam as coisas de maneira diferente, porque fomos socializadas diferentemente. Gosto da idéia de lhe fazer um agradecimento político, mas, antes de mais nada, quero expressar o enorme carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigada.

O Sr. Ronan Tito – Nobre Senadora, permite-me um aparte?

A SRA. EVA BLAY – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

O Sr. Ronan Tito – Também faço minhas as palavras dos colegas que me antecederam. Quero apenas acrescentar que para mim foi um privilégio conviver com V. Ex<sup>a</sup>. Breve regresso!

A SRA. EVA BLAY – Muito obrigado, Senador.

A V. Ex<sup>a</sup> tenho um agradecimento especial. Quando apresentei aqui o meu Projeto de Planejamento Familiar, tão necessário a este País, propunha que se as mulheres e os homens desejassem se esterilizar, isso fosse feito pelo serviço público de saúde, desde que mulheres e homens estivessem conscientes de seus atos, assinassem um documento e não fossem pressionados. Pretendia justamente evitar o que foi agora colocado – e foram as denúncias feitas na CPI da Esterilização em Massa; V. Ex<sup>a</sup> levantou-se e pediu tempo para ler aquele artigo e disse imediatamente: "Bem, se é com a conscientização e com o desejo expresso das mulheres e dos homens, estou de acordo."

Esta foi a frase-chave de que tanto necessitava ouvir, para fazer repercutir pelo resto do Brasil, porque era uma demanda feita basicamente pelas mulheres trabalhadoras, que pagam e dependem do serviço público de saúde, e pelos homens que pagam e dependem desse mesmo serviço público. E é injusto que se continue trocando votos por uma operação de ligadura de trompas ou por uma vasectomia. Absolutamente injusto. A precisão e o cuidado de V. Ex<sup>a</sup> naquele momento me fez ver a enorme dignidade do Senado, porque a sociedade brasileira ainda não percebeu o quanto o Sena-

do é aberto, moderno e, mais do que moderno, está fazendo uma legislação prevendo o futuro deste País.

Agradeço muitíssimo a V. Exª

**O Sr. Marco Maciel** – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senadora?

**A SRA. EVA BLAY** – Com todo prazer, nobre Senador.

**O Sr. Marco Maciel** – Senadora Eva Blay, permita-me interrompê-la por alguns instantes, no momento desse importante pronunciamento que V. Exª faz na Casa, no instante em que dela se despede, vez que reassume a cadeira o Ministro Fernando Henrique Cardoso. Desejo, em brevíssimas palavras, já que tantos outros colegas desejam apartear-se, dizer que V. Exª confirmou no Senado o conceito e o prestígio intelectual de que desfrutava no País e, de modo especial, no seu Estado, São Paulo. V. Exª trouxe para o Senado não somente uma excelente contribuição cultural e, por isso mesmo, intelectual, como também uma contribuição muito importante no campo da condição feminina. De mais a mais, V. Exª, em pouquíssimo tempo, se inseriu nos debates políticos que aqui se travam, através de discursos, apartes e, sobretudo, de projetos, quer no Senado, quer no Congresso Nacional, quer na quarta Casa que hoje vemos funcionar, que é o Congresso Revisor. Por isso, desejo cumprimentá-la e, por intermédio de V. Exª, cumprimentar o Estado de São Paulo pela excelente representante que nos enviou. E dizer mais: certamente V. Exª não pode deixar de trazer a sua contribuição no campo político. Estamos próximos às eleições de 03 de outubro e, com certeza, V. Exª continuará auxiliando o País e suas instituições, sobretudo por ser V. Exª uma das poucas representantes da mulher no Congresso Nacional. No Brasil, ainda é muito reduzida a participação feminina na vida pública e, de modo especial, nas Casas Legislativas. Se considerarmos, sobretudo, que o eleitorado feminino é maior do que o masculino e se cotarmos com o número de mulheres que participam da vida pública, principalmente no Legislativo, iremos verificar, facilmente, que o País é ainda muito carente de uma maior participação da mulher na vida pública brasileira. Por isso, nesses instantes em que vivemos, é muito importante a contribuição de pessoas como V. Exª, que podem trazer excepcional contribuição à vida política brasileira; sobretudo por ser V. Exª, como todos podemos constatar, uma pessoa que alia uma vocação política a uma enorme e bem crescida formação cultural. Isso faz com que a sua voz – graças ao seu talento e à sua cultura – traga um auxílio ainda mais significativo ao debate político brasileiro. Dessa forma, ao tempo que cumprimento V. Exª pelo trabalho que realizou nesta Casa, formulo votos de continuado êxito em sua vida política, esperando que dela não se afaste, para que possa, de alguma forma, continuar ajudando a consolidar no País instituições verdadeiramente livres e democráticas.

**A SRA. EVA BLAY** – Senador Marco Maciel, muito obrigada. Realmente, V. Exª me deixa sem palavras, porque sua generosidade é extraordinária. Com V. Exª aprendi como é possível conviver harmonicamente com partidos e composições tão diferentes.

Realmente, o Senador Marco Maciel tem me apoiado muito, inclusive S. Exª sempre teve a franqueza de me dizer: "vou até aqui nos seus projetos; daqui para lá, não vou"! E assim nos respeitamos mutuamente e somamos nossas idéias até nas nossas diferenças.

Agradeço enormemente as suas palavras e nada mais posso acrescentar. V. Exª está sendo muito, muito generoso.

Muito obrigada!

**O Sr. Iram Saraiva** – Senadora Eva Blay, V. Exª me permite um aparte?

**A SRA. EVA BLAY** – Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Iram Saraiva** – Há alguns anos, pude observar que a intransigência humana é realmente algo inerente a todos nós. Tenho procurado observar esse aspecto em cada cidadão e, sobretudo, em mim mesmo. Todavia, tive a grata satisfação de constatar que, quando V. Exª defende teses de tanta profundidade, teses em que o seu estudo a abaliza cada vez mais, quando profere e quando sustenta os seus argumentos, essa intransigência desaparece. Quanta facilidade tem V. Exª para apreender! Isso é uma dádiva divina, Senadora Eva Blay! Tive com V. Exª uma convivência excelente, porque V. Exª tem a facilidade de se comunicar e rapidamente trouxe para esta academia, que é o Senado brasileiro, os conhecimentos que buscou e adquiriu não só na universidade, mas também na escola das ruas. V. Exª hoje não nos deixa, mas apenas diz um "até breve", porque a Senadora Eva Blay é a mesma mulher Eva Blay, de cujas teses e defesas o País muito necessita. Aprendi muito com V. Exª e espero aprender muito mais ainda. Tenho absoluta certeza de que os ensinamentos de V. Exª poderão contribuir para o nosso aprimoramento nesse momento importante da vida nacional. Vivemos numa democracia cambaleante. Não vou me despedir de V. Exª, apenas direi ciao, até breve, pois estou certo de que ainda nos vamos encontrar. Feliz de Fernando Henrique Cardoso, que tem uma pessoa como V. Exª ao seu lado. Tenho certeza de que S. Exª vai sofrer muito para suplantá-la nos argumentos. Parabéns, Senadora Eva Blay.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, Senador Iram Saraiva, a V. Exª quero expressar um agradecimento muito profundo. Nossa convivência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sua disponibilidade em me atender dia e noite para conversarmos, para traçarmos estratégias e linhas políticas de uma forma tão democrática, foi para mim uma experiência que certamente me enriqueceu enormemente e que me ensinou como é possível ultrapassar, às vezes, momentos cruciais, extremamente difíceis, de uma maneira mais leve, menos desgastante.

Agradeço enormemente todas as oportunidades que V. Exª me abriu.

**O Sr. Lourival Baptista** – Permita-me V. Exª um aparte?

**A SRA. EVA BLAY** – Ouço V. Exª com muito prazer.

**O Sr. Lourival Baptista** – Eminente Senadora Eva Blay, deste fundo de plenário, deste local onde assumi o mandato de Senador há 23 anos, tenho assistido a muitas despedidas, tenho presenciado a saída de muitos Senadores. Quero dizer a V. Exª, eminente Senadora Eva Blay, que sua saída deixará saudades. Não quero estender-me; digo simplesmente que faço minhas as palavras proferidas pela Senadora Júnia Marise e pelo eminente Senador Josaphat Marinho – meu mestre na política, ensinou-me a fazer política –, que falaram tudo o que V. Exª merece. Acrescento apenas que a saída de V. Exª deixará saudades, muitas saudades, pela sua maneira de agir, de se comportar e de tratar com dignidade os problemas do seu Estado. Faço votos que retorne um dia a esse convívio. Muito obrigado.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, nobre Senador Lourival Baptista. Quero agradecer a V. Exª pelo exemplo que me deu deste fundo de plenário, sempre lutando pelo seu Estado.

Quero agradecer especialmente a V. Exª, que me revelou as riquezas históricas de Sergipe, informações de que apenas V. Exª dispõe e divulga com tanto carinho. Acredito também que se trata de uma área do Brasil inteiramente deixada de lado, lamentavelmente. Mediante o exemplo de V. Exª, talvez possamos recuperar, a começar por seu Estado, toda a riqueza histórica e arquitetônica do nosso País.

**O Sr. Reginaldo Duarte** – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senadora Eva Blay?

**A SRA. EVA BLAY** – Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O Sr. Reginaldo Duarte** – Não obstante eu ter chegado a esta Casa há pouco e meu contato com V. Ex<sup>a</sup> ter sido muito singular, desde a hora em que a conheci veio um sentimento de simpatia pela sua inteligência e pelo trabalho efetuado nesta Casa, segundo testemunho de todos os companheiros que já se reportaram. Faço minhas as palavras de todos os companheiros. Desejo-lhe muitas felicidades e um breve retorno.

**A SRA. EVA BLAY** – Nobre Senador Reginaldo Duarte, agradeço-lhe as palavras e creio que V. Ex<sup>a</sup> terá, ao substituir o Senador Beni Veras, a oportunidade que tive nesta Casa. Também lhe desejo muita sorte.

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** – Nobre colega, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. EVA BLAY** – Com muito prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Marluce Pinto** – Chegando agora ao meu gabinete, já de duas audiências em ministérios, ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Sinceramente, não só como Senadora, mas como mulher – somos apenas três nesta Casa – até nos emociona a sua saída. Mesmo tendo convicção de que o retorno do Senador Fernando Henrique Cardoso a esta Casa é muito bom – trata-se de uma pessoa da qual todos gostamos –, não podemos deixar de lamentar a saída de V. Ex<sup>a</sup>. Essa é a realidade. Só desejamos que os eleitores de São Paulo tenham acompanhado o seu trabalho no decorrer desses meses, para que possam fazer justiça, concedendo-lhe o retorno a esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> muito bem representou o seu Estado, muito bem representou a nossa Nação. O Brasil precisa de mulheres com o seu gabarito, com a sua sinceridade, com a sua honestidade para o trabalho, com as suas convicções firmes, com as suas posições tomadas aqui no decorrer desses meses. Só tenho a dizer a V. Ex<sup>a</sup>: retorne. Faça campanha com garra; muitas vezes as coisas que parecem impossíveis, se feitas com o coração, com luta, tornam-se realidade. E é isto que todos desejamos: contar com a presença de V. Ex<sup>a</sup> no próximo ano.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada, Senadora Marluce Pinto.

Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pelas suas palavras. Convivendo com V. Ex<sup>a</sup>, tenho visto o grandioso trabalho e a enorme dificuldade que V. Ex<sup>a</sup> tem em realizá-lo. V. Ex<sup>a</sup>, que viaja semanalmente, que perde muitas horas de sono – sabemos da enormidade que é o nosso País, há fuso horário dentro do País –, nunca se queixa nem deixa de realizar coisas importantes para o seu Estado. E a nossa fraqueza, suposta fraqueza, revela-se em V. Ex<sup>a</sup> uma força extraordinária, que durante esses meses pude presenciar e admirar. Creio que poucas pessoas poderiam fazer o que faz V. Ex<sup>a</sup>. Fazer mais é impossível. Sou eu quem agradeço a convivência com V. Ex<sup>a</sup>.

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi um grande amigo, um grande companheiro de Partido e uma pessoa sempre disponível.

Através de V. Ex<sup>a</sup>, quero agradecer mais uma vez a todos. Não se trata de um agradecimento pequeno, mas de um agradecimento muito grande, muito do fundo do meu coração e muito à altura das lutas que temos tentado e temos travado neste plenário para melhorar a condição do País. Repito: não sei se vai ser aqui o meu futuro. Talvez seja, talvez não. Mas tenho certeza de que esse companheirismo vai continuar.

Deixo nesta Casa alguns projetos que deverão ser aprovados. Espero que V. Ex<sup>as</sup>, na minha ausência, os considerem. Tenham a certeza de que esses projetos são o fruto do desejo da mulher brasileira. Muito obrigada. (A oradora é cumprimentada.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Nobre Senadora Eva Blay, a Presidência ouviu, com muita atenção, a primo-

rosa oração de V. Ex<sup>a</sup>, bem como os apartes de todos os Srs. Senadores e Senadoras.

V. Ex<sup>a</sup> chegou a esta Casa com a responsabilidade, entre outros títulos, de ser Professora-Titular e Chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Assessora Inter-regional da ONU, no Departamento de Desenvolvimento da Mulher, em Viena, Áustria. O que a Presidência pode dizer é que V. Ex<sup>a</sup> honrou esses títulos, correspondeu plenamente àquelas esperanças não só das mulheres, não só dos professores e dos estudantes de Sociologia, mas de toda a sociedade brasileira e daquelas pessoas que tiveram a oportunidade de ouvir, na Europa e nos Estados Unidos, a brilhante conferência que é V. Ex<sup>a</sup>.

De modo que a Presidência vê com tristeza a saída de V. Ex<sup>a</sup>, mas com alegria pelo que conquistou nesta Casa: um ambiente de admiração, de amizade, pelo seu esforço, pela sua inteligência brilhante e pela sua dedicação às grandes causas da sociedade brasileira, entre elas a da afirmação da mulher, e de outros segmentos tidos – não sei até onde – como de minorias.

Receba as congratulações da Presidência. E permita que este modesto Senador, que ocupa a Presidência, ocasionalmente, como 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, diga que, para mim – cheguei ao Congresso, à Câmara dos Deputados em 1951, e saí em 69, cassado – foi um grande privilégio, ao longo de tantas legislaturas, ter, como Parlamentar, conhecido e convivido com V. Ex<sup>a</sup> no Congresso Nacional. Desejamos e estamos certos de que V. Ex<sup>a</sup> alcançará novos êxitos e continuará honrando a inteligência brasileira, o Congresso Nacional, porque certamente para cá voltará como titular, como é titular da disciplina de Sociologia em uma das mais brilhantes e importantes universidades do País e da América-Latina.

Meus parabéns, nobre Senadora.

**A SRA. EVA BLAY** – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece ter sido reencontrado o caminho do bom senso. Os jornais noticiam e os Líderes, nesta Casa, confirmam que já terá sido emitida, ou será dentro de horas, medida provisória que regulará definitivamente o problema da conversão dos salários, determinante de uma crise absolutamente desnecessária ocorrida entre os Três Poderes da República.

Provocada a crise pelo Poder Executivo, que nela perseverou, acabou demonstrado que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não praticaram leviandade nem excesso de atribuições.

O Poder Legislativo, exposto à odiosidade pública pela iniciativa do Governo, guardou atitude de representação da ordem democrática. Não se exasperou e também não capitulou. Ao contrário, quando mais intensa a crise, o Poder Legislativo deu testemunho de serenidade, mantendo um veto do Presidente de República cuja recusa poderia acarretar gravame no pagamento de salários.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, deu nova demonstração ao País de que é uma Casa em cuja austeridade se pode confiar, sendo de salientar-se que seu Presidente, o eminente Ministro Luiz Galotti, procedeu com a tranquilidade do magistrado cioso de seu dever de quem não provoca e, ao mesmo tempo, com a firmeza de quem não cede nas suas atribuições.

Já agora, quando começa a ser esclarecida a opinião pública no sentido de que a medida provisória, inicialmente editada, efetivamente era confusa, e tão confusa que o Governo a modifica, cumpre até salientar-se que bem se haverá o Presidente da Repú-

blica, ou bem já se houve, se emitiu novo instrumento legislativo, estabelecendo claramente um dia apenas para a conversão dos salários.

Vale, entretanto, salientar, Sr. Presidente, que é indispensável que esses fatos não se reproduzam e que ninguém queira, neste País, passar por titular da moralidade pública, expondo o Congresso à odiosidade popular, e ainda menos que alguém, com alta responsabilidade na República, se arisque de novo a dizer que o Supremo Tribunal Federal estava fora da lei. Nem no regime militar tal se ouviu. Mas, de qualquer sorte, é bom que os incontidos saibam que a democracia é assim: tolera até os excessos, para submeter, em seguida, os menos contidos ao regime da compreensão e da tolerância.

Pena é que, enquanto se criava uma crise artificial no País, ameaçando a ordem geral e a tranquilidade da população, produtores, industriais e comerciantes disso se aproveitassem para explorar a economia popular. Enquanto o Governo se perdia numa agitação estéril, expondo o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, os gananciosos se valiam da confusão para continuar aumentando os preços e explorando a economia do povo.

Os abusos são tantos que um jornal anunciou: "A Batalha dos Preços". E todos nós estamos sentindo que esta batalha está travada entre os que produzem e vendem e os que são obrigados a adquirir os produtos. Outro jornal anunciou: "Disparada dos Preços Preocupa".

Mas, enquanto a disparada dos preços preocupa a bolsa do homem comum e de toda a sociedade, o Governo apenas discute. Anuncia que vai tomar providências, convoca industriais e revendedores à apreciação dos fatos, mas não lhes impõe a sanção devida.

E os jornais continuam: "Preços sobem sob controle de oligopólios".

O Governo anuncia: "Quem quer que se arrisque a abusar, vai ver!"

Os abusos continuam e não se vê a contenção dos preços.

Diz outro jornal: "Preços já têm reajuste em URV".

E em URV já se verifica inflação. Não obstante isso, a imprensa persevera no justo esclarecimento: "Oligopólio aumenta preços em URV".

Outro jornal anuncia: "Fazenda pede explicações para alta de preços em URV".

Mas não é de pedido de explicação que a sociedade está precisando que o Governo exija dos que exploram a economia popular. A Nação está precisando é de ação do Governo, é de providência enérgica! Instrumental legislativo já existe, desde a lei delegada do tempo do Sr. João Goulart até medidas legislativas mais recentes. Há todo um organismo administrativo, há uma Secretaria no Ministério da Justiça, há um órgão incumbido especificamente de proteger a economia popular! Que faz o CADE? Que providências tem adotado para coibir esses excessos? Delas não se tem notícia. E os jornais continuam: "Preços dispararam em todos os setores."

Rigorosamente, em todos os setores, onde quer que entremos, do supermercado à farmácia ou ao restaurante, os preços se multiplicam como por encanto, ainda que para desgraça da comunidade!

Comentou jornal, no dia 10 de março:

Indústria corta desconto para varejo. Fim dos abatimentos de até 20% pode provocar alta real dos preços ao consumidor.

E o jornal esclarece:

A indústria se defende dizendo que não pode vender em URV, quando os preços das matérias-primas estão em cruzeiros reais e existe um impasse quanto ao cálculo dos juros reais nas vendas a prazo.

Vale dizer, enquanto a confusão se estabelece em torno de URV e cruzeiros reais, todos se aproveitam para explorar as condições de sobrevivência dos economicamente mais fracos.

Enquanto tal ocorre, lê-se noutra folha: "Abuso de preços divide Governo".

Como é possível admitir-se que o abuso de preços divida o Governo? É que, segundo foi noticiado, uns são partidários da medida enérgica de contenção dos preços – se necessário, do congelamento de preços; outros, mais dogmáticos em suas teses econômicas, a sustentar que a fixação de preços é imprópria, improdutiva, porque logo em seguida novas majorações se farão.

Enquanto discutem divergências, muitas vezes no mundo astral, os que vendem e os que fabricam aumentam os preços. E a população, sobretudo a população pobre, a sofrer a tirania desses exploradores, sem uma providência enérgica. Um pão francês, o pãozinho francês, já custa 70 cruzeiros reais a unidade.

De que precisava mais o Governo para tomar a providência coibitiva desse excesso? Não é preciso nova lei, não é preciso a criação de novo organismo. As leis e as instituições aí estão; o que não há é a vontade de coibir, a disposição de proibir a exploração.

É preciso que se diga isso – e que se diga fortemente, para que não seja o Poder Legislativo o exposto à odiosidade popular.

A dubiedade do Governo é tão grande que um jornalista escreveu um longo comentário, que a imprensa publicou com este título: "A Grande farsa do combate aos oligopólios". E o jornalista procura demonstrar por que há essa farsa, e ninguém do Governo tentou responder-lhe. E os que observamos a vida em geral sentimos que, efetivamente, se não há uma farsa, há evidente fraqueza por parte da administração pública do País.

A fraqueza é evidente. Vou dar apenas aqui um ou dois exemplos a respeito do preço de medicamentos, para mostrar como a deservoltura corre sem receio de qualquer sanção adequada por parte do Poder Executivo. Um remédio, Antak 150, que no dia 10 de janeiro custava 1.742 cruzeiros reais, em 3 de fevereiro custava 4.132 cruzeiros reais; em 21 de fevereiro já custava 4.891 cruzeiros reais; e em 11 de março custava 6.898 cruzeiros reais.

Onde está a vigilância do Governo? Onde está o poder do Governo de exercer a sua autoridade para impedir esses excessos? Por que o Governo, ao invés de provocar o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, não exerce a sua autoridade para impedir esses crimes contra a economia popular?

**O Sr. Carlos Patrocínio** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Josaphat Marinho?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Ouço o aparte do nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O Sr. Carlos Patrocínio** – Senador Josaphat Marinho, gostaria de dizer de antemão que, desgraçadamente, estou tomando esse remédio que V. Ex<sup>a</sup> citou, Antak, que é a ranitidina.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – Eu também o uso.

**O Sr. Carlos Patrocínio** – E gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que comprei o de 300mg, a caixa com mais de 30 comprimidos, a mais de 26 mil cruzeiros reais, há poucos dias; ou seja, já extrapolou, e muito, o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar. Devo até lhe confessar que já estou usando um outro, de nome genérico cimetidine, bem mais barato. Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex<sup>a</sup> alertou para a aparente tranquilidade após a decisão de o eminente Presidente Itamar Franco, finalmente, emitir uma nova medida provisória estabelecendo o dia 30 para os salários serem convertidos para a URV. Gostaria de cumprimentar o Presidente Itamar Franco por esta tomada de posição que tranquiliza a Nação brasileira e não coloca em choque as instituições, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem frisou. Finalmente é acatada a decisão do Supremo Tribunal Federal, inclusive do Poder Legislativo. Nós estávamos corretos. Como um

pensador disse, "o feio não é mudar de idéia, o feio é não ter idéias para mudá-la". E o Presidente Itamar Franco tem procurado, ainda que de maneira quase inócua, como fala V. Ex<sup>a</sup>, controlar esses aumentos abusivos de preços. Eu tive a oportunidade de ver, através da TV Bandeirantes, o comentário do cidadão José Paulo de Andrade sobre a situação do Brasil, dizendo que quando o Ministro da Fazenda tomou posse estávamos com uma inflação de cerca de 20% e hoje, de acordo com o IBGE, já está em mais de 45%, ou seja, houve um aumento de quase 5% com relação ao mês passado. Estamos agora com inflação em URV. No entanto, o Sr. Fernando Henrique Cardoso é apontado como a única pessoa capaz de salvar a Nação brasileira. Eu não vi ainda nenhum plano sendo implementado. Será que a inflação só vai baixar quando o Real for efetivamente instituído? Como é que um cidadão, que deixou o Ministério da Fazenda com uma taxa de inflação em torno de 45%, é tido como o salvador da pátria brasileira? Eu não estou entendendo absolutamente nada. Nobre Senador, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhantismo do seu pronunciamento.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** – A responsabilidade é de todo o Governo, Excelência. É do Ministro da Fazenda, como de todo o Governo. Em verdade, a inflação chega a 45%.

Em um outro jornal se faz exatamente esta observação: "Inflação faz juros dispararem. Alta, a maior desde 1990; derruba bolsas e eleva remuneração de CDBs para 50,4% em 30 dias, beneficiando fundos e caderneta." Essa é uma observação feita pelo *Jornal do Brasil* exatamente no dia 22 deste mês. Quer dizer, com os preços, em função dos preços ou em concorrência com os preços, a inflação também sobe. E a confusão se estabelece. Não se sabe se os preços sobem em função da inflação ou se a inflação sobe em função dos preços. Não é com isso que a sociedade se preocupa. O que a sociedade quer é que haja condições normais para a sobrevivência de todas as pessoas. E disso o Governo não está cogitando. Não está cogitando o Governo dessas providências, como não está cuidando de outras que lhe cabem. E na medida em que delas não cogita, deixa mal também o Poder Legislativo.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, ainda agora, Sr. Presidente: chegou ao Congresso o Orçamento para 1994?

Não preciso esperar a resposta, porque sei que é não.

Por que o Governo não devolve ao Congresso o Orçamento que recolheu para rever? Que é feito do projeto orçamentário? Por que não se o devolve ao Congresso Nacional, quando já estamos no fim de março? Os jornais também publicaram, e o Governo não contestou: "Governo retarda envio do Orçamento", disse a *Folha de S. Paulo*, a 27 de março. E acrescenta: "Objetivo é diminuir gastos e forçar um superávit nas contas públicas para o sucesso do plano econômico". Enquanto isso, a Nação toda fica a perguntar: por que o Congresso não faz o Orçamento? Por que o Congresso não vota o Orçamento? É preciso, Sr. Presidente, que os responsáveis pela direção do Senado Federal e da Câmara dos Deputados dêem o esclarecimento público devido de que o Orçamento não está no Congresso Nacional.

Mas, ao mesmo tempo, se há de perguntar: como está administrando o Governo? Como está realizando as despesas? Como se distribuem os recursos? Se não dispõe do Orçamento, que norma, que orientação tem o Governo para proceder no campo financeiro? Onde está a legalidade desse procedimento?

Sobre isso, evidentemente, o Congresso exercerá, no devido tempo, o seu poder de fiscalização. Por enquanto, é preciso que se torne muito claro que o Orçamento repousa, descansa, nos escaninhos do Poder Executivo. Se a Nação não tem Orçamento, até esta altura, para 1994, é porque o Governo o retém. Mas não é possível

também que esta situação se prolongue indefinidamente, porque envolve a co-responsabilidade do Poder Legislativo.

Recordo-me que, quando o Presidente Castello Branco baixou o Ato Institucional nº 2, comentando-o nesta tribuna, no mesmo dia, tive oportunidade de lembrar que, quando preso, em 1930, e pouco antes de ser tangido para o estrangeiro, o ex-Ministro Octávio Mangabeira dirigiu carta aos dominadores de então, e nessa carta lhes fez uma observação que também ora recordo, por sua oportunidade. Ele dizia aos que o haviam prendido e no momento o expulsavam do País: "Ninguém pode tudo, sobretudo ninguém pode sempre".

Eram essas, Sr. Presidente, as observações que precisava e devia fazer nesta manhã.

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação, pela Liderança do Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** (PP – GO. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero mencionar aqui alguns fatos recentemente ocorridos no Estado de Goiás, às vésperas da saída do Sr. Governador do cargo que abandona para se candidatar a esta Casa, e que dizem respeito, primordialmente, ao rígido controle a que está submetida a imprensa do Estado de Goiás.

Dizia Winston Churchill que "quem troca a liberdade por um pouco de segurança, não merece a liberdade nem conquista segurança". E o que está a acontecer no Estado de Goiás – e, infelizmente, não só no Estado de Goiás, mas também em outras unidades da Federação – é que a imprensa está trocando parte de sua liberdade pela segurança das verbas públicas.

O que se tem gasto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na promoção pessoal, no culto à personalidade do Sr. Governador e no benefício da sua campanha ao Senado Federal, com verbas públicas, são somas verdadeiramente astronômicas. E como se não bastasse isso há o reverso da medalha ainda mais pernicioso, ainda mais perverso: a Oposição não pode levar as suas idéias e muito menos as suas críticas ao papel dos jornais ou às ondas da rádio e das televisões.

Eu próprio, há poucos dias, compareci a um semanário goiano para a concessão de uma entrevista; e qual não foi a minha surpresa quando, antes da entrevista, o proprietário do jornal, a portas trancadas, pede-me que não fizesse críticas ao Governo, porque se isso acontecesse o jornal sofreria graves sanções econômicas. Fui obrigado a dizer-lhe que como integrante da Oposição a minha função política é criticar o Governo – criticar construtivamente, porque sempre o faço –, e não poderia me abster das minhas colocações em criticar aquilo que julgava errado. E concedi a entrevista. Mas a entrevista não saiu na íntegra; as partes em que as críticas ao Governo eram formuladas – e todas elas no mais alto nível; os colegas não de convir que sempre procuro criticar no mais alto nível –, nem assim foram publicadas. E o dono do semanário, muito preocupado, com razão, com a sobrevivência econômica do seu jornal, ainda buscou o candidato oficial ao Governo do Estado – candidato de "bolso de colete" do Sr. Governador – para dar uma entrevista paralelamente à minha.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Há coisas mais sérias. Repórteres têm sido perseguidos porque levam ao ar entrevistas criticando o Governo. Há uma emissora – aliás de propriedade do Governador do Distrito Federal – que sofreu sanções econômicas graves porque dá abrigo à Oposição. E, na semana passada, um dos mais eminentes diretores de jornalismo, que é também dublê de entrevistador, o *Jornalista Cassim Zaiden*, que trabalha na em-



presa associada ao SBT, em Goiás, cometeu a inadvertência de entrevistar uma deputada da Oposição que criticava a venda das ações das Centrais Elétricas de Goiás pelo Sr. Governador do Estado às vésperas de sua saída. Julgando polêmica essa venda de ações, a Deputada se prestou a uma entrevista e o Sr. Cassim Zaiden a ouviu. Preocupado com o contraditório, ouviu também o Presidente das Centrais Elétricas de Goiás. Mas o Governo tomou aquilo como a mais séria das ofensas e exigiu a demissão do diretor de jornalismo da empresa televisiva; e ele foi demitido.

Esse tipo de censura, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é muito mais grave do que aquela que todos nós condenamos quando existia um ciclo de governos militares neste País, porque aquela censura, ainda que alguns pudessem discordar, obedecia alguns preceitos filosóficos – certos ou errados – ou preceitos morais. Essa obedece apenas à vaidade do governante e à pressão do dinheiro público. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos últimos anos temos assistido ao triste espetáculo da lenta agonia em que vai definhando o Estado no Brasil. Exaurido, saqueado e combatido em várias frentes, o Estado brasileiro, na sua descoordenação e no seu descontrole, apresenta-nos a imagem de uma máquina disfuncional, emperrada, sem agilidade nenhuma, principalmente para zelar pelo dinheiro público que lhe cabe distribuir e de acordo com o objetivo do bem-estar da sociedade.

Como resultado mais infeliz do que acabamos de dizer, vemos, a cada dia, agravarem-se a pobreza e a indigência do povo brasileiro, ferido em sua dignidade pela falta de investimentos estatais eficazes e de serviços públicos decentes. E é isto que temos de compreender. Num país de população pobre e de uma das piores distribuições de renda do mundo, o estiolamento do Estado corresponde ao adoecimento da sociedade e ao comprometimento do futuro como Nação.

Isto posto, Sr. Presidente, gostaríamos de nos centrar em duas funções essenciais ao bom desempenho do Estado, quais sejam: o planejamento econômico e o controle das despesas orçamentárias. Ademais, queremos defender as carreiras dos servidores públicos que trabalham nessas áreas, carreiras que têm sido aviltadas, nos últimos anos, por uma remuneração incompatível com a responsabilidade e a qualidade técnica que se exigem dos seus quadros. Referimo-nos às Carreiras de Orçamento, Finanças e Controle, aos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e aos técnicos e servidores da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – o IPEA. Devemos ter em mente que, sem valorizar os recursos humanos do serviço público, jamais poderemos recuperar a eficiência de nosso Estado, pois em última análise, é o servidor, motivado e respeitado em sua dignidade, que opera as transformações qualitativas que uma administração pública profissional e moderna exige.

Parte dos problemas do Governo brasileiro pode ser solucionada, de maneira simples, por meio de melhor gestão de pessoal. Ninguém ignora a proporção que assumiu o descontrole dos gastos públicos previstos no Orçamento Federal, que não raramente é desrespeitado, bem como a perda da capacidade de planejamento do Estado. Pois bem, Sr. Presidente, as carreiras públicas que acabamos de citar têm a ver com o acompanhamento e o controle do Orçamento Geral da União, bem como com o estudo da realidade sócio-econômica do Brasil e com a elaboração de diretrizes para a ação governamental no sentido de desenvolvimento do País.

Na questão do estudo dos problemas brasileiros e do planejamento econômico e social, todos sabemos que a contribuição do IPEA tem sido, de longa data, inestimável.

No entanto, Sr. Presidente, acontece que essas carreiras imprescindíveis ao País têm sofrido uma verdadeira evasão de seus melhores quadros por conta dos baixos salários. Por exemplo, um analista de orçamento, em final de carreira, que há quatro anos ganhava o equivalente a 4.993 dólares, está vendo seu poder aquisitivo sendo corroído ao longo do tempo; hoje, ganha apenas 988 dólares, ou seja, somente 20% do que já mereceu. No mesmo intervalo de tempo, um técnico do IPEA, em início de carreira, fazia jus a 1.076 dólares em março de 1990; em março de 1994, seu salário corresponde a ridículos 261 dólares mensais.

Assim, por um lado não surpreende a dificuldade que o Poder Executivo tem enfrentado no que diz respeito ao controle interno da execução orçamentária. Por outro lado, no que concerne à idealização de políticas públicas nacionais, se o IPEA continua a brindar o País com estudos de alto nível, como o há pouco publicado "Mapa da Fome", isso se deve apenas ao idealismo de seus técnicos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a forma jurídica para resolver o problema que mencionamos já se encontra, desde 25 de fevereiro do corrente ano, nas mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Nessa data, os Ministros Fernando Henrique Cardoso e Alexis Stepanenko enviaram-lhe a Exposição de Motivos Interministerial nº 46, do Ministério da Fazenda e da SEPLAN.

Anexo a esse documento, seguiu a Medida Provisória que trata da organização e do disciplinamento dos Sistemas de Controle Interno, de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo. Lamentavelmente, nessa ocasião, saíram algumas notas na imprensa, tachando essa iniciativa como uma espécie de trem da alegria. Não dizemos que isso tenha ocorrido por má-fé da imprensa, mas, sim, por pura ignorância do conteúdo da Medida Provisória e pelo desconhecimento da situação insustentável dos servidores a que fizemos alusão. Infelizmente, se generaliza, no Brasil, o ataque precipitado a toda e qualquer ação justa e legal do Estado para valorizar seus servidores.

Queremos, por fim, com esse pronunciamento, cobrar do Poder Executivo a edição, o mais rápido possível, da Medida Provisória referida, de forma a proporcionar aos servidores das carreiras mencionadas uma remuneração justa e compatível com suas atribuições, bem como a estancar a preocupante evasão desses quadros, que, em marcha formigueira, têm ido buscar outras oportunidades mais condizentes com sua qualificação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra na forma regimental.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB – CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para registrar o transcurso ontem do centenário do nascimento do ex-Deputado e líder empresarial Osvaldo Studart Filho, personalidade marcante da vida cearense, que, durante toda sua existência contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento do Ceará e da região nordestina.

Na legislatura de 1951 a 1955, Osvaldo Studart, integrante que foi da bancada do Partido Social Democrático, elegeu-se Deputado Federal e teve uma destacada atuação naquela Casa do Congresso brasileiro. Ligado à liderança política do também saudoso Senador Menezes Pimentel, Osvaldo Studart participava das



reuniões do nosso Partido, o PSD, e, com sua *lucidez, com sua* clarividência, seu descortino, tinha suas opiniões sempre acatadas por todos nós, que, naquele instante, iniciávamos a nossa trajetória na vida política do Ceará.

Sucedeu a Osvaldo Studart na liderança política da própria família o coronel Paulo Studart, que, durante três mandatos sucessivos, representou o povo cearense na Câmara dos Deputados e que ontem, na comemoração centenária, fez, durante missa gratulatória, um pronunciamento em nome da família, enaltecendo a figura inolvidável do seu ilustre pai, que, sem dúvida, soube honrar e dignificar a vida pública de nosso Estado.

Entendi como dever registrar, portanto, o transcurso do centenário de Osvaldo Sturdart, para que, dessa forma, pudesse eu render homenagem de admiração a um homem que sempre se portou com a maior correção na vida pública e nas atividades privadas, legando a todos os seus descendentes um exemplo edificante de seriedade e respeito ao interesse público.

Fica, pois, a homenagem da Bancada do Ceará - e a faço em meu nome e em nome dos Senadores Reginaldo Duarte e Cid Saboia de Carvalho - à figura inesquecível do ex-Deputado Osvaldo Studart Filho, cuja prole soube seqüenciar a faina patriótica daquele vulto exponencial de nossa terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 158, DE 1994

Brasília, 25 de março de 1994

Senhor Presidente,

Rogo a gentileza de justificar a minha ausência nas sessões dos dias 21, 22, 23 e 24 do corrente mês, pois encontrava-me realizando exames médicos em São Paulo, o que impediu o meu comparecimento no referido período.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, apresento as minhas mais cordiais saudações. - Senador **Wilson Martins**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - O requerimento está devidamente instruído, com atestado médico previsto no art. 43, I, do Regimento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 159, DE 1994

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso II, combinado com o § 1º do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam considerados como licença autorizada os dias 18 e 21 de março de 1994, quando estive ausente dos trabalhos desta Casa, cumprindo agenda política em meu Estado.

Sala das Sessões, 30 de março de 1994. - **Irapuan Costa Júnior**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - O requerimento lido será submetido ao Plenário oportunamente, na forma regimental, em face da falta de **quorum** para votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 160, DE 1994

Nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam considerados como licença autorizada os dias 29 a 31 de março do corrente, quando estarei afastado dos trabalhos da Casa.

Sala das Sessões, 30 de março de 1994. - **José Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - O requerimento lido será submetido ao Plenário oportunamente, na forma regimental, em face da falta de **quorum** para votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 161, DE 1994

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, nos dias 4, 7, 14, 18, 21, 25, 29, e 30 de março do corrente ano, a fim de tratar de assuntos partidários em meu Estado.

Sala das Sessões, 30 de março de 1994. - **Lavoisier Maia**.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - O requerimento lido será submetido ao Plenário oportunamente, na forma regimental, em face da falta de **quorum** para votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 454, de 25 de março de 1994, que dispõe sobre a assunção, pela União, de crédito do Banco do Brasil S.A., junto à EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

De acordo com as indicações das Lideranças e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

#### SENADORES

TITULARES		SUPLENTE
ALFREDO CAMPOS	<b>PMDB</b>	DIVALDO SURUAGY
MÁRCIO LACERDA		FLAVIANO MELO
JOÃO ROCHA	<b>PFL</b>	HENRIQUE ALMEIDA
HYDEKEL FREITAS	<b>PPR</b>	MOISÉS ABRÃO
DIRCEU CARNEIRO	<b>PSDB</b>	EVA BLAY
AUREO MELLO	<b>PRN</b>	NEY MARANHÃO
MAGNO BACELAR	<b>PDT</b>	NELSON WEDEKIN

#### DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE
LUIZ MOREIRA	<b>BLOCO</b>	ARACELY DE PAULA
TARCÍSIO DELGADO	<b>PMDB</b>	ALOÍSIO VASCONCELOS
VICTOR FACCIONI	<b>PPR</b>	FÁBIO MEIRELLES
JOSÉ SERRA	<b>PSDB</b>	GERALDO A. FILHO
RAUL BELÉM	<b>PP</b>	BENEDITO DOMINGOS
LUIZ SALOMÃO	<b>PDT</b>	CARLOS CARDINAL
JOSÉ FORTUNATI	<b>PT</b>	CHICO VIGILANTE

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 30/03/94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 30/03/94 – Instalação da Comissão;

Até 31/03/94 – Prazo para apresentação de emendas; prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10/04/94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 24/04/94 – Prazo no Congresso Nacional;

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 455, de 25 de março de 1994, que altera as Leis nºs 8.031, de 12 de abril de 1990; 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.249, de 24 de outubro de 1991 e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
TTULARES	SUPLENTE
RONAN TITO	PMDB
RUY BACELAR	MANSUETO DE LAVOR
GUILHERME PALMEIRA	PFL
JARBAS PASSARINHO	PPR
MÁRIO COVAS	PSDB
NELSON CARNEIRO	PP
MARLUCE PINTO	PTB
	VALMIR CAMPELO
DEPUTADOS	
TTULARES	SUPLENTE
LUIZ VIANA NETO	BLOCO
TARCÍSIO DELGADO	PMDB
FETTER JÚNIOR	PPR
JOSÉ SERRA	PSDB
RAUL BELÉM	PP
LUIZ SALOMÃO	PDT
JOSÉ C. VASCONCELOS	PRN
	OSÓRIO ADRIANO
	ALOÍSIO VASCONCELOS
	JOSÉ MARIA EYMAEL
	GERALDO A. FILHO
	BENEDITO DOMINGOS
	CARLOS CARDINAL
	AROLDI CEDRAZ

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989, CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 30/03/94 – Designação da Comissão Mista;

Dia 30/03/94 – Instalação da Comissão Mista;

Até 31/03/94 – Prazo para a apresentação de emendas e prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 10/04/94 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 24/04/94 – Prazo do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esgotado o período destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 36 Srs. Senadores.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

As matérias constantes dos itens 1 a 5 da pauta ficam adiadadas por se encontrarem em fase de votação e as do item 8 a 12 ficam sobrestadas nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

São os seguintes os itens adiados:

1

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1993 (nº 247/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Serião Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

2

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

3

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1993 (nº 293/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stéreo FM Lagoa Santa Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

4

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1993 (nº 2.989/92, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, do terreno que menciona, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 1993**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para instalação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável ao substitutivo da Câmara.

8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1993 (nº 2.239/89, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício de Técnico de Administração, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1993 (nº 1.023/91, na Casa de origem), que atualiza o valor da pensão vitalícia concedida pela Lei nº 3.597, de 29 de julho de 1959, à viúva do ex-Deputado Silvio Sanson, Srª Albina Clementina Frascalossi Sanson, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto, com emenda de redação que apresenta.

10

**REQUERIMENTO Nº 54, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 54, de 1994, do Senador Pedro Teixeira, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Governabilidade" e "Partido Político", de autoria do Senador Marco Maciel, publicado no *Jornal de Brasília*, edição de 26 de janeiro do corrente ano.

11

**REQUERIMENTO Nº 70, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 70, de 1994, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Confissões de um amante de mesóclises", de autoria do escritor João Ubaldo Ribeiro, publicado no jornal *O Globo*, edição de 6 de fevereiro do corrente ano.

12

**REQUERIMENTO Nº 73, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 73, de 1994, do Senador José Richa, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Nas Crian-

ças, o Celeiro da Cidadania", publicado na *Gazeta do Povo*, de Curitiba, edição de 29 de janeiro do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – "O Presidente retira da pauta da Ordem do Dia, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno as matérias constantes dos itens 7, 14 e 15.

São os seguintes os itens retirados da pauta:

7

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1994 -****COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1994 - Complementar (nº 181/94 - Complementar, na Casa de origem), que altera a redação da alínea "b" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para elevar de três para oito anos o prazo de inelegibilidade para os parlamentares que perderem o mandato por falta de decoro parlamentar. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Francisco Rollemberg, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Item 6:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1994 (nº 3.254/89, na Casa de origem), que regula a profissão de corretor de seguros, de capitalização e de previdência priva-

da, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 144, de 1994, de extinção da urgência.)

A matéria fica sobrestada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Item 13:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1993**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1993 (nº 457/91, na Casa de origem), que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 162, DE 1994**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e tenho em vista o art. 216 do Regimento do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, sejam solicitadas ao Exceletíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro-do-Ar Lélvio Viana Lobo, as seguintes informações relacionadas com o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1993 (nº 457/91, na Casa de origem), que "Disciplina o Exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências":

01) – Qual o número atual dos possíveis beneficiários do Projeto de Lei em questão

02) – Quais os requisitos necessários ao exercício da profissão, além daqueles elencados nos incisos I, II e III do art. 2º, que são exigências comuns a qualquer trabalhador, independente da profissão que exerça?

03) – Considerando que o passageiro, pessoalmente ou com o auxílio de terceiros (acompanhantes, familiares ou empregados), pode cuidar de sua bagagem (art. 1º § 3º), haveria necessidade de "carregadores de bagagens em aeroportos" em número suficiente para justificar a institucionalização de uma profissão específica?

04) – Quem será o empregador, para fins de obediência ao art. 5º, do Projeto de Lei em causa, entre outros encargos trabalhistas e previdenciários?

05) – A implementação do disposto no Projeto implicará em despesas para o Tesouro Nacional? Em caso positivo, estão elas previstas na Proposta Orçamentária para 1994?

06) – Tendo em vista seu envolvimento na execução do projeto, através do departamento de Aeronáutica Civil, qual a opinião do Ministério da Aeronáutica a respeito do Projeto em questão?

#### **Justificação**

A regulamentação do exercício de profissões tem se constituído em "faca de dois gumes" para o mercado de trabalho, uma vez que, ao restringi-lo, contribui, no mais das vezes, para ampliar o quadro da contravenção, do desrespeito e da burla à lei.

Esse quadro se torna ainda mais comum quando se trata de "profissões" – se assim se pode qualificar – para as quais não se exige formação especializada ou, ao menos, um tempo de experiência que implique especialização e justifique distinção de outras si-

milares. É de se indagar em que difere a profissão de "carregador de Bagagens em aeroportos" daquela exercida por aqueles que carregam bagagens em portos e estações rodoviárias e ferroviárias.

Assim, Senhor Presidente, para que não venhamos a restringir, ainda mais, o mercado de trabalho para aquelas classes sociais que não tiveram o privilégio de uma formação profissional especializada, julgo necessário que nos cerquemos dos devidos cuidados, antes de referendarmos o Projeto de Lei em questão. Este o propósito que nos anima ao encaminharmos à apreciação da douta Mesa Diretora do Senado Federal o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, 30 de março de 1993 – Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento será encaminhado à Mesa para decisão.**

A tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 55/93 fica assim interrompida, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Item 16:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 1992**

**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1992, de autoria do Senador Iram Saraiva, que regulamenta o inciso V do art. 203 da Constituição Federal e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

Nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993, designo a nobre Senadora Eva Blay para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

**A SRA. EVA BLAY (PSDB – SP. Para emitir parecer) –** Sr. Presidente, o Senador Iram Saraiva apresentou um excelente projeto de lei regulamentando o Inciso V do art. 203 da Constituição Federal.

Trata-se de pagar um salário mínimo para pessoas que portem deficiência física e para idosos acima de 65 anos, cujas famílias tenham renda inferior a três salários mínimos e que não tenham absoluta condição de sobrevivência.

Nesse caso, nem considero como concessão de benefício mensal, mas um direito do cidadão que não pode obter recursos suficientes para se manter. Portanto, que seja atribuída à Previdência ou a outro órgão a responsabilidade sobre essas pessoas. O Estado, por exemplo, deveria fazer muito mais, reabilitando inteiramente tais pessoas sempre que possível.

O Senador Iram Saraiva define o que é deficiência e condição do idoso.

Considero que este projeto de lei não é apenas humanitário, mas é um dever social, uma vez que vai possibilitar a verdadeira inserção das pessoas portadoras de deficiências físicas e de idosos, seja no mercado de trabalho, seja protegido em condições especiais, o que é, conforme reza a Constituição, um dever do Estado.

Desta maneira, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 66, de 1992.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O parecer conclui favoravelmente à matéria.**

A Presidência esclarece ao Plenário que durante a discussão poderão ser oferecidas emendas ao projeto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica sobrestada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Item 17:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1993, de autoria do Senador Iram Saraiva, que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

Nos termos do art. 5º, da Resolução nº 110, de 1993, designo o nobre Senador Valmir Campelo para proferir parecer sobre a matéria em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB – DF. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei sob análise, de iniciativa do eminente Senador Iram Saraiva, autoriza o Poder Executivo a estabelecer providências no sentido de apoiar os servidores públicos federais que tenham, sob sua responsabilidade, portadores de qualquer tipo de deficiência, seja física, sensorial ou mental.

Colimando atender o escopo do projeto, várias medidas são elencadas, indicando-se, dentre outras: a) diminuição da jornada de trabalho; b) horário especial ou móvel para cumprimento da jornada de trabalho total, e isto sem qualquer redução da remuneração do servidor.

Estabelece também que para a concessão desses benefícios deverão ser estabelecidos parâmetros que considerem, entre outros aspectos, o grau de deficiência, o nível sócio-econômico e educacional do servidor e o número de portadores de deficiência sob a sua responsabilidade.

Como ressalta o ilustre autor em sua justificação, o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União já expressa a preocupação do Estado com a família do funcionário público, mantendo a tradição de há mais de quatro décadas, quando permite, pelo seu art. 83, que o servidor obtenha licença remunerada, de até 180 dias, por motivo de doença em pessoa de sua família.

Inobstante, o Legislador não previu aqueles casos que se arrastam insidiosamente por décadas, a exigir cuidados especiais, mas que por medidas administrativas simples de flexibilização do horário do servidor poderiam ser devidamente resolvidos, beneficiando o próprio portador da enfermidade, a eficiência do serviço, por dispor de um funcionário mais grato e despreocupado, bem como a própria sociedade no seu propósito de reabilitação e de inserção social do portador de deficiência.

Da mesma forma, o projeto não vem onerar o Estado que se vê às voltas com servidores que frequentemente são obrigados a se licenciar, mas, ao contrário, resolve um problema que se arrasta cronicamente, com prejuízo para todas as partes.

É exatamente com uma visão realista do problema e visando solucioná-lo para o mais amplo benefício social, que alguns entes federativos já adotaram medidas semelhantes, valendo citar o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o próprio Distrito Federal, através da lei nº 323, de 30 de setembro de 1992.

Diante das considerações expendidas constatando o mérito e o insito valor social deste Projeto de Lei Autorizativo, somos favoráveis à sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – O parecer conclui favoravelmente a matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que durante a discussão poderão ser oferecidas emendas à proposição.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria fica sobrestada nos termos do art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, assomo à tribuna, nesta manhã, apenas para dizer da minha satisfação em relação a uma grande conquista do povo tocaninense: foi assinado convênio entre o Governo do meu Estado e a agência financeira japonesa para empréstimo da ordem de 138 milhões de dólares, destinado ao desenvolvimento do cerrado no meu Estado – para o chamado programa PRODECER.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que se trata de um programa integrado de assentamento. Nesse caso específico, cerca de 80 famílias serão assentadas em uma área de mais ou menos 40 mil hectares, com a infra-estrutura básica necessária para que os colonos possam desenvolver uma atividade pecuária, como é a vocação do nosso Estado.

O Estado de Tocantins situa-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em uma fronteira, em uma transição entre o cerrado e a floresta tropical úmida da Amazônia e se presta efetivamente ao desenvolvimento agrícola. O nosso Estado tem um cerrado imenso, propício ao desenvolvimento da agricultura. Agregando a tecnologia japonesa e de outros países, por certo haverá de ser um grande produtor.

A verba de cerca de 138 milhões de dólares diz respeito também ao Estado do Maranhão e visa o desenvolvimento do "Corredor de Exportação Norte", assim chamado. Posteriormente, teremos o advento da Ferrovia Norte/Sul adentrando o Estado de Tocantins; teremos ainda o projeto de implantação das hidrovias do rio Araguaia e do rio Tocantins, propiciando a chegada dos grãos produzidos em nosso Estado ao Porto de Itaquí, através de um sistema intermodal de transporte, mais barato, e que pretende diminuir o fluxo do transporte rodoviário, que onera a exportação dos nossos produtos.

Sr. Presidente, era o que gostaríamos de dizer neste momento, cumprimentando, portanto, o povo tocaninense, o Ministro da Fazenda do nosso País também e as autoridades econômicas do Governo japonês, que viabilizaram a implantação do PRODECER-III no Estado do Maranhão e principalmente no meu Estado de Tocantins.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de cumprimentar a todo o povo tocaninense, principalmente os desportistas, pois, sob o ponto de vista dos esportes, não tinha, ainda há pouco, maior significado. É que o Caburé Esporte Clube, time da cidade de Colinas do Tocantins, pelo esforço dos seus desportistas e de toda a sua comunidade, eliminou, na Taça Brasil, o América Mineiro, campeão mineiro de futebol. Agora pretende eliminar o campeão do Mato Grosso do Sul.

Há um clima de euforia em nosso Estado no que diz respeito à grande conquista desse time que é o campeão do Estado de Tocantins e que representa o nosso Estado na Taça Brasil.

Não posso encerrar sem cumprimentar, também, a Seleção Brasileira que começa, a passos largos, após a vitória conseguida contra a Argentina, depois de 5 anos de jejum, a conquista do tetracampeonato que, tenho certeza, haverá de acontecer em julho próximo, para alegria de toda a Nação brasileira.

Desejo, portanto, ao Caboré Esporte Clube sucesso nas próximas partidas e, também, à nossa querida Seleção Brasileira su-

cesso nos seus amistosos e que traga para o Brasil, definitivamente, o tetracampeonato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PPR – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço um registro e gostaria que as minhas palavras fossem ouvidas por todos os líderes partidários, principalmente aqueles que participaram da reunião ocorrida, ontem, no Gabinete do Senador Humberto Lucena.

Declarei, ontem, que a chamada crise entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal não existia. Já fiz vários pronunciamentos insistindo nisto. Critiquei com altivez – creio e estou convencido de que foi com altivez – a postura do Presidente da República. E hoje ocupo este microfone para enaltecer o gesto do Sr. Itamar Franco. Não sou daqueles que imaginam que evoluir no pensamento e tomar a decisão acertada, mesmo tendo que retificar posturas, seja sinal de fraqueza. Não penso isso. Se eu pensasse assim, estaria premiando todas as intransigências, todas as intolerâncias e todas as guerras.

Na condição de presidente de um partido que não está alinhado ao Governo, ocupo este microfone – e gostaria que o Senador Pedro Simon, que esteve presente na reunião, os líderes partidários como, por exemplo, o Senador Jonas Pinheiro, e os Deputados, aos quais não posso me dirigir diretamente, testemunhassem que com a mesma clareza com que ontem eu vituperava a postura do Executivo, e creio que tinha razões para isso, hoje não vou comentar nada sobre o que passou – para comentar a decisão do Presidente Itamar Franco de reeditar uma medida provisória sem o erro da data da correção do salário.

Se Sua Excelência teimou, se, inspirado por assessores, pensava diferente, de boa-fé, não vou e não quero comentar isso. Comento que acredito que um Presidente da República, um executivo, uma pessoa de responsabilidade, não se apequena; pelo contrário, cresce quando é capaz de corrigir uma rota, um caminho.

Faço questão de deixar assinalado que o gesto do Sr. Itamar Franco de reeditar a medida provisória com essa retificação é um gesto coerente com a "majestade" do cargo de Presidente da República. O cargo de Presidente da República precisa ser exercido – e merece ser exercido, principalmente no Brasil – por quem seja capaz de decidir e de ter a grandeza de retificar decisões.

A única colocação que eu faria, adicionalmente, é que não seria mau ao Presidente que teve esse gesto de grandeza dispensar os serviços de quem o tenha mal-aconselhado. Não seria mau, seria a complementação do bom exemplo que Sua Excelência está nos dando; que o Presidente foi mal-aconselhado, foi induzido, foi instigado a adotar as posturas que em boa hora retificou, também não tenho dúvida. E quem é que pode saber quem lhe deu o mau conselho? Sua Excelência. Quem tem a grandeza para fazer a correção que Sua Excelência fez, deve prosseguir.

**O Sr. Jonas Pinheiro** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço o nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O Sr. Jonas Pinheiro** – Nobre Senador Esperidião Amin, aparteio V. Exª apenas para testemunhar o que acaba de dizer e atendendo a invocação que fez do meu nome como testemunha. É verdade o que V. Exª acaba de dizer, que ontem, na reunião de líderes no Gabinete do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, V. Exª fez duras, severas e cabíveis críticas ao comportamento do Presidente Itamar Franco. E, hoje, V. Exª vem publicamente para enaltecer o gesto do Presidente Itamar Franco, por haver corrigido uma falha grande, por ter sido um dos princi-

pais participantes dessa crise que vivemos e que acreditamos esteja superada. O seu gesto mostra por inteiro o elevado caráter do qual V. Exª é possuidor. Esse equilíbrio, a rigidez, a inflexibilidade na hora de criticar, na hora de cobrar, e a leveza, a justeza e a justiça que faz, também, na hora de reconhecer o que está correto. De modo que me congratulo com V. Exª por esse equilíbrio invejável de que é possuidor, pela coerência imensa que é o traço característico de sua pessoa. Meus parabéns!

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Muito obrigado a V. Exª, que é testemunha ainda do seguinte: a crítica mais contundente, fiz num ambiente restrito – não em uma sessão secreta, mas em um ambiente restrito –, e o reconhecimento da correção do gesto faço questão de fazê-lo de público, deixando registrado nos Anais da Casa.

Se pretendesse, nunca poderia negar que fiz esse registro que estou fazendo agora. Faço questão de registrar. Fiz a crítica no particular e faço o reconhecimento de público.

Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Exª, especialmente pela generosidade do juízo que expendeu a meu respeito e que muito me alegria, porque pretendo cultivar e cultivar esse traço.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço o nobre Senador Gilberto Miranda.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Senador Esperidião Amin, cada dia que passo nesta Casa aprendo a admirá-lo muito mais. V. Exª, em ambiente fechado, realmente, fez as críticas que deviam ser feitas – críticas duras – e, agora, faz os elogios que são justos e necessários. A forma como V. Exª coloca, na manhã de hoje, o retorno, ou seja, a visão nova do Presidente de reeditar a medida provisória, aparentemente restabelece um diálogo entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Mas me preocupa muito, Senador, o fato de entrarmos, a partir da próxima semana, com todos os candidatos em campanha presidencial. Vimos essa equipe do Presidente da República fazer, no ano que passou – e estamos vendo neste ano –, muitas trapalhadas jurídicas. Se o setor jurídico da Presidência da República fosse competente isso não teria acontecido. Se o Ministério da Fazenda mandou ou remeteu essa medida, e se a Presidência não analisou, ela não poderia lançar, como lançou, e o Presidente não deveria ter sido turrão contra a Suprema Corte. Entendo que o Presidente faltou com o respeito à Suprema Corte; o Presidente jogou a imprensa e a população contra a Suprema Corte. O Supremo Tribunal Federal não pode passar por isso, Senador. Ou o Presidente da República se assessorar melhor, ou se cala, porque Sua Excelência quase criou um impasse: chegou a haver uma reunião, a pedido dos militares, no Palácio do Planalto, e o Presidente submeteu-se a isso simplesmente por causa de salário. Destituímos um Presidente da República, tivemos uma Comissão cujos trabalhos poderão até resultar na cassação de Parlamentares, e nada aconteceu. Chegamos ao limite, mas ainda bem que prevaleceu o bom senso; não podemos gerar uma crise institucional só porque o Presidente é metido a durão, auxiliado por aquela assessoria fraquíssima, incompetente, o "timinho" de Juiz de Fora. Está na hora de Sua Excelência lembrar que é Presidente do Brasil, de todos os brasileiros; e assim como respeitamos o Executivo, Sua Excelência deve respeitar o Legislativo e o Judiciário, o que não tem acontecido. Temos visto o Presidente da República e seus Ministros criticarem duramente o Legislativo e o Judiciário. Desse jeito não construiremos nada. Preocupa-me muito o que está por vir nesses últimos oito meses de Governo; Deus queira que não passemos pelo pior. Muito obrigado, Senador.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Agradeço a V. Exª, que fez uma análise mais abrangente, inclusive com uma retrospectiva que não posso retificar, até porque já a fiz. Esta foi minha observação,

na última segunda-feira, quando comparei a mistificação que estava acontecendo em relação a isso com a mistificação feita a respeito do Projeto de Decreto Legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados, que susta a vigência de mecanismos de correção monetária de recursos públicos. Por já ter feito essa colocação, não tenho como retificar o que foi dito por V. Exª

Apenas gostaria que o conteúdo de meu pronunciamento fosse voltado para o doravante. Ou seja, se o Presidente permanecesse na sua posição, prolongaríamos essa crise artificial por mais alguns dias e a desvalorização da função pública seria ampliada. O mal que está feito já está comentado. E o mal foi cortado. Na minha opinião, cabe-me fazer este registro com a mesma serenidade com que fiz as críticas, sobre as quais hoje tenho a convicção, mais do que nunca, de que eram procedentes.

No momento em que o Presidente assinou a medida provisória alterando a redação da forma da correção dos salários, ficou implícito que a forma anterior estava sendo adequadamente interpretada pela Câmara, pela Procuradoria-Geral da República, pelo Senado, pelo Supremo Tribunal Federal, e não era um crime de lesa-majestade, nem um crime de "lesa-o-plano", como se plantou pelo País afora.

Ora, se o Presidente assinou a reedição da medida provisória, não é preciso que, além da assinatura, Sua Excelência peça desculpas, faça a queima das suas vestes ou rasgue-as em sinal de luto, nojo ou prostração. Entendo que, com essa atitude, o Presidente da República retificou a sua posição.

A minha única sugestão adicional seria a de que Sua Excelência faria muito bem em cobrar a responsabilidade de quem o mal orientou, só isso. Mas – repito –, enalteço o gesto de Sua Excelência.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Permite-me V. Exª outra intervenção?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço V. Exª

**O Sr. Gilberto Miranda** – Senador, na verdade, o Presidente até agora não governou; apenas encontra-se no Palácio do Planalto. Mas V. Exª não acredita que está na hora de se parar de emitir tantas medidas provisórias? Parece que o Congresso somente aprecia medidas provisórias. Há medidas provisórias do Governo Itamar Franco que foram reeditadas três, quatro, cinco vezes; foram reeditadas com erro e depois não foram transformadas em nada. E o que foi feito durante o período da vigência dessa medida provisória, não sendo essa medida provisória aprovada?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Aí será necessário um decreto legislativo, como sabe V. Exª, para regular, nos termos da Constituição, esse período em que uma medida provisória decaiu na vigência; está sendo reeditada; para regular as relações jurídicas daqueles atos há um decreto legislativo.

**O Sr. Gilberto Miranda** – É lamentável que se vá continuar mandando medidas provisórias, mal feitas, com a mesma assessoria jurídica.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Se V. Exª me permite, o pior é se continuar o Governo a pedir que a sua Bancada não dê *quorum* para votar as suas próprias medidas provisórias.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Foi o que aconteceu na semana que passou.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Exato.

V. Exª está praticando a tentação sobre mim, porque está falando de outros assuntos, e eu hoje queria usar o microfone somente para enaltecer o gesto da assinatura, com retificação, da reedição da medida provisória. Peço a V. Exª, para que eu não envenene o meu pronunciamento, que faça com que eu me abstenha de outros comentários.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Para poder motivar um pouquinho V. Exª: o PPR lança candidato à Presidência da República?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Até às 15h de hoje, o PPR terá candidato.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço V. Exª, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** – Senador Esperidião Amin, não vou envenenar o seu pronunciamento; apenas fazer um esclarecimento: só este ano o Governo já enviou ao Congresso 66 medidas provisórias.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Nobre Senador Josaphat Marinho, a média, que era de duas medidas provisórias por semana, já está passando de três; a continuar nessa batida, chegaremos a uma por dia.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Veja bem, Senador Esperidião: Governo provisório, de Ministros provisórios, de competência duvidosa ou até provisória, com 66 medidas só este ano. Creio ser impossível para o Congresso ficar trabalhando apenas em função de medidas provisórias. A equipe do Governo não tem capacidade, é extremamente frágil. Penso que os Parlamentares não conhecem a maioria dos atuais Ministros. É lamentável que até os Ministros dos nossos partidos, de um modo geral, sejam fraquíssimos; nada farão pelo País; serão mais oito meses de medidas provisórias, talvez chegando a quatrocentas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Como V. Exª sabe, o PPR não tem Ministro neste Governo – Governo que já teve Líder do PPS, Ministro do PT e tem Ministros de tantos outros partidos. De forma que me sinto constrangido de fazer comentário sobre o Ministério que nós não integramos.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Eu me sinto muito à vontade em relação a isso, porque eu e o Governador Jader Barbalho, em todas as reuniões, propusemos que o PMDB saísse do Governo, apoiando aquilo que fosse importante. É lamentável que até o meu partido indique Ministros tão ruins.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Pode V. Exª ficar tranquilo, porque até o final do ano o PMDB sairá do Governo.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Acredito que tendo o Quêrcia como candidato sairá bem antes.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Obrigado. Quero agradecer a atenção de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

**O SR. GILBERTO MIRANDA** (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o conceito mais moderno em uso no momento empresarial é, sem dúvida alguma, o da reengenharia.

Trata-se de uma poderosa noção que indica repensar os fundamentos do negócio, redesenhando seus processos, para obter dramáticas melhorias no desempenho, em termos de custo, qualidade, serviço e velocidade de produção.

Reengenharia não significa reestruturar ou cortar custos. É muito mais do que isso! Uma reestruturação, uma redução nos custos, apenas indica que o empresário estará produzindo mais, a partir de um menor uso de recursos.

A reengenharia significa fazer mais com menos recursos.

Também não se pode confundir a reengenharia com o modismo da qualidade total. Os programas de qualidade partem da organização e processos que existem e tentam melhorá-los. Nesse sentido, essa é uma mudança suave, que envolve a idéia de continuidade, de mudança incremental.



Contrariamente, o conceito de reengenharia envolve um padrão de substancial inovação, de descontinuidade.

Todos esses esclarecimentos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são apropriados, de vez que me proponho a discorrer sobre desafio tão crucial com que a sociedade brasileira se confronta neste momento.

De fato, um desafio que nós todos, brasileiros, temos adiado, indefinidamente, enfrentar.

Trata-se do desafio de promover a reengenharia da ordem social do Brasil.

Todas as tentativas feitas até aqui têm se concentrado na dimensão administrativa e econômica. E os planos governamentais têm sido, tão-somente, planos de qualidade total para a economia brasileira. Temos buscado melhorar o funcionamento da organização social ora existente, nada mais.

É preciso, no momento, prepararmos nossa economia, nossa sociedade, para o século XXI, quando, ao que tudo indica, as mudanças serão ainda mais vertiginosas, na dimensão tecnológica dos processos de produção, da integração dos mercados e da promoção dos valores individuais.

Como representantes da sociedade, como Senadores da República, é nosso dever contemplar todo esse futuro que está muito próximo, e nos perguntarmos se ele também está ao nosso alcance.

Inquieta-me observar que nós, brasileiros, somos levados a persistir, olhando o passado e o presente, por pura falta de motivação para olharmos o futuro – tantas são as atribulações em que vivemos, que o futuro acaba diluído no dia-a-dia.

A elaboração de uma nova Constituição para o País é uma oportunidade de dotarmos a sociedade de regras e procedimentos que viabilizem uma trajetória de prosperidade. Em 1987-1988, o Brasil teve a ocasião de empreender sua reengenharia social, porém, a tarefa ficou inconcluída.

Uma vez mais, temos essa oportunidade com a Revisão Constitucional. Não podemos desperdiçá-la.

Mas também é o dia-a-dia da vida política que podemos atuar na promoção dessa reengenharia. Tendo a predisposição da mudança, saberemos encarar os problemas brasileiros de um modo mais adequado, encaminhando suas soluções de forma mais profunda.

Após o desempenho econômico do início dos anos 70, que nos levou à taxa de crescimento **per capita** de até 11% ao ano, iniciamos os anos 90 com uma sucessão de quedas na **renda per capita**: -6,2% em 1990, -1,0% em 1991 e -2,8% em 1993. Os 4,9% no crescimento do PIB no ano de 93 representaram muito pouco para servir de compensação a tanto declínio.

O fato é que hoje estamos 8% reais abaixo do nível de desempenho **per capita** que exibíamos em 1980.

Embora devam lamentar toda essa evidência numérica, não espanta que isso tenha ocorrido. Afinal, nas duas últimas décadas, que atitude tivemos com relação à competitividade de nossas indústrias? Que estímulos estabelecemos à entrada e fixação do capital estrangeiro em nossos processos produtivos? Enfim, que estabilidade demos às regras mais relevantes no funcionamento da economia nacional: da proteção aos direitos de propriedade e dos termos contratuais, às garantias de que os planos governamentais não seriam um modismo entremeado de arbitrariedades?

Na retórica oficial, transitamos de uma argumentação frouxa de que o Estado apenas ocupa espaços deixados vazios, pela aversão ao risco do empresariado privado, para a desculpa genérica de que a crise financeira internacional, iniciada no final de 1982, justifica a intervenção estatal: com seus desperdícios, seus déficits e suas profusas regulamentações.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, às vésperas do final do século XX, não podemos mais contemporizar com o atraso econômico e social em que vivemos, nem aceitar que alguns bons desempenhos isolados possam ser considerados substitutos satisfatórios para uma trajetória de intensa mudança social.

Por certo que não terei aqui a pretensão de apresentar a solução dessa reengenharia em nossa sociedade. Todavia, insisto em chamar a atenção de todos para o ponto inicial dessa mudança: as soluções institucionais.

Tais soluções se distribuem em três grandes classes de mudanças de motivações: Primeiramente, as limitações nos impostos e gastos públicos. Tais limitações são fundamentais para inibir a propensão dos ramos políticos em criar benefícios privados a um custo coletivo – propensão essa que na atualidade brasileira parece ter chegado a formas e proporções totalmente absurdas.

Por outro lado, a racionalidade política que motiva o comportamento da legislatura seria preservada. Apenas que, agora, criar mais um programa ou uma política pública envolverá quase que necessariamente eliminar programas ou políticas já existentes. O sentido de prioridade ficará muito aguçado. Isso, igualmente, disciplinará os grupos organizados da sociedade que perceberão os maiores custos políticos envolvidos no atendimento às suas demandas.

Subsidiariamente, estaremos eliminando, por motivos mais significativos e duradouros, uma potencial fonte do mecanismo inflacionário na economia brasileira.

Uma segunda classe de mudanças tem o sentido de mudanças na regulamentação econômica.

De fato, um efeito colateral de tentativas de limitar impostos e gastos públicos é a expansão da presença regulatória do Estado. Por exemplo, através de alterações nas regras e nos procedimentos do sistema fiscal, aumentam-se isenções e deduções, gerando mais ineficiência e maiores encargos tributários para a totalidade dos contribuintes não-beneficiados.

Tudo isso tem um custo coletivo que, no entanto, é de difícil percepção e mensuração. Porém, há recursos que podem tornar essa regulamentação mais sujeita a controle. Por exemplo, a delimitação na legislação regulatória de um prazo de validade da vantagem ou prerrogativa concedida fará com que a legislatura possa negociar as bases do acordo com os grupos ou segmentos beneficiados pela regulamentação.

Caberia igualmente ao Congresso Nacional redefinir grande parte da legislação regulatória, equacionando questões políticas que hoje têm sua solução delegada ao arbítrio da diversificada burocracia governamental. Tal recurso unificaria os critérios da regulamentação, muito contribuindo para o entendimento do interesse público, o que se constitui numa positiva alteração na motivação da atuação dos agentes públicos.

Outra vez, ao transferir para o Congresso Nacional a resolução de questões políticas explicitadas na concessão de benefícios regulatórios, estaremos encorajando a oposição dos segmentos organizados da sociedade à produção de regulamentação que venha a acarretar benefícios privados.

Uma terceira classe de mudanças institucionais envolve a descentralização do controle político. Essa descentralização envolve primeiramente a transferência de funções governamentais para as jurisdições em que os efeitos dessas funções se materializam. Isso é muito importante pois contribuirá para localizar os custos de programas e políticas públicas.

Escolas, postos de saúde, estradas e regulamentações no Estado ou Município de São Paulo, por exemplo, são temas que devem ser tratados como adstritos a esse Estado ou Município, de modo que se possa eliminar ou reduzir substancialmente as possi-

bilidades de que seus custos se transfiram para outros Estados e Municípios.

Isso também determinará jurisdições de governo mais homogêneas, de modo que os eleitores-contribuintes estarão menos sujeitos a serem excluídos dos benefícios da provisão dos bens e serviços públicos.

Por fim, vale lembrar que tal descentralização fomentará uma sadia competitividade entre as jurisdições de governo, em termos de preço e quantidade do que produzem desses bens e serviços públicos, como igualmente de processos pelos quais os produzem.

Por fim, vale lembrar que tal descentralização fomentará uma sadia competitividade entre as jurisdições de governo, em termos de preço e quantidade do que produzem desses bens e serviços públicos, como igualmente de processos pelos quais os produzem.

Por tudo isso, estaremos, efetivamente, revitalizando o federalismo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa é apenas uma ilustração do que rotulei, ao início dessa minha apresentação, de reengenharia da ordem social do Brasil.

Trata-se, ao mesmo tempo, de mudar engrenagens fundamentais do processo decisório governamental e legislativo, e induzir comportamentos que fomentem a cooperação social e o interesse público.

Estamos vivendo no Brasil momentos que são muito propícios à promoção de mudanças sociais e políticas. Por vezes, temos sido levados a entender que tais mudanças devem ocorrer, ainda que vigorem por um curto espaço de tempo.

Contudo, a extensão e a profundidade das dificuldades por que passa, há longos anos, a economia brasileira sugere que devemos contemplar saídas mais duradouras.

Não devemos persistir no erro de aceitar conviver com a existência dessa crise, porém livrando dos seus aspectos mais imediatos.

Não devemos pensar que mágicas técnico-operacionais articuladas nas equipes técnicas dos Ministérios tenham eficácia garantida ou que sejam isentas de efeitos perversos. Sob esse aspecto, as experiências de planos econômicos nos ensinam uma dura porém proveitosa lição.

Optemos, ao invés, pela mudança profunda, pelo rompimento com regras e procedimentos institucionais que não se mostram mais propensos a renderem bons resultados, desde que operados com zelo e competência.

Há que proceder a uma reengenharia dessas instituições, Sr. Presidente e Srs. Senadores! Somente assim estaremos sinalizando a toda a sociedade com o rumo da prosperidade e com a firmeza de propósito de suas representações políticas.

Somente assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estaremos empreendendo uma ação que possa verdadeiramente saltar por cima de todas as vicissitudes por que vem passando a vida política nacional.

Não precisamos, necessariamente, aguardar pela Revisão Constitucional para começarmos com essa reengenharia. É até muito produtivo que tenhamos esse foco previamente estabelecido, pois que assim tomaremos mais homogênea nossa visão quanto ao significado de uma Constituição para o Brasil.

**O Sr. Ronan Tito** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILBERTO MIRANDA** – Com muito prazer, nobre Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** – Nobre Senador Gilberto Miranda, infelizmente a nossa Casa hoje, nesta quarta-feira da Semana Santa, não está tão povoada quanto gostaríamos – de Parlamentares, evi-

dente. No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> não se furta de estar aqui e de trazer a sua colaboração sempre precisa, sempre oportuna, sempre judiciosa. Ousei pedir aparte a V. Ex.<sup>a</sup> justamente para cumprimentá-lo por essa noção que tem da obrigação de cumprir o dever. Não podemos faltar ao Brasil. Se nenhum brasileiro pode ou deve faltar ao Brasil, muito menos nós, Parlamentares, que recebemos o mandato eletivo, podemos faltar. E V. Ex.<sup>a</sup> – quero dar esse testemunho aqui – não tem faltado, com suas críticas, às vezes acres, agudas. Mas a democracia sem crítica é uma democracia de compadres, é uma democracia consentida; não é uma democracia viva, digna do nome que ela ostenta. E V. Ex.<sup>a</sup> tem dado vigor, força à democracia com sua crítica e, também, com sugestões judiciosas, com sugestões competentes, com idéias que sempre pôde ter na sua vida de empresário vitorioso, capaz, empreendedor; por isso mesmo, sabe e pode dar caminhos para este País. Parabenizo-o e me felicito por estar lá no meu gabinete sintonizado com o discurso de V. Ex.<sup>a</sup> Nesse breve período que V. Ex.<sup>a</sup> tem estado aqui conosco, no Senado Federal, tem dado muitas lições – a mim, pessoalmente: a lição da participação, da determinação, da luta permanente. Desta maneira, devo dizer-lhe que, da sua atuação e da sua determinação, tem V. Ex.<sup>a</sup> o meu apoio total ao discurso que ora pronuncia. Muito obrigado.

**O SR. GILBERTO MIRANDA** – Agradeço o aparte do nobre Senador e amigo Ronan Tito.

Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Senador, que após um ano e três meses nesta Casa, praticamente, analisando o comportamento do Senhor Presidente da República, que foi Senador por muitos e muitos anos, fico assustado ao questionar como e por quais caminhos o brasileiro terá que passar neste final de Governo. Fico assustado, Senador, porque para nós, Senadores, está impossível, participando de comissões, participando da Revisão Constitucional... Graças a Deus que V. Ex.<sup>a</sup> colocou o art. 3.<sup>o</sup>, dispondo que após cinco anos a Constituição seria revista, pois nenhum presidente conseguiu governar.

Chamo todos os partidos, mais uma vez, para que participem e para que os grandes partidos se unam e não se deixem levar pelo PT e pelo PDT, que tomaram a frente nas discussões, praticamente, dominando o Plenário da Revisão Constitucional; que se unam em torno do Relator, em torno do Brasil, para que, efetivamente, concluamos esta Revisão Constitucional, a fim de que o próximo presidente, seja ele do nosso ou de qualquer partido, até do PT, possa governar este País. De outra forma será impossível governar o Brasil.

Mas me assusta, Senador Ronan Tito, que só neste ano o Presidente Itamar Franco tenha editado 63 medidas provisórias.

**O Sr. Ronan Tito** – É o campeão!

**O SR. GILBERTO MIRANDA** – Sua Excelência, realmente, vai passar para a História deste País como o campeão da omissão, como o que menos emprego gerou neste País – pelo contrário, só desemprego –, pelo campeão em inflação, pelo campeão na troca de Ministros da Agricultura e na troca de Ministros de todas as Pastas, que já passam de mais de 26 Ministros na sua gestão. É lamentável que não tenha vindo do Palácio do Planalto, que não tenha vindo, ainda, dos seus Ministérios – do Ministério do Planejamento – nada no sentido de redesenhar o Estado; gastar menos e fazer mais. Nada! Não vimos nada!

Sabemos que os bancos ganham o que querem e quanto querem. E V. Ex.<sup>a</sup>, como combate ativamente o custo do dinheiro para a agricultura, sabe que o Presidente da República poderia fazer alguma coisa. Existem vários impasses até agora e nada é feito.

Com relação às obras públicas, o Estado não analisa quanto custa, o que custa e como custa; ou seja, o Estado não faz nada por absolutamente nada. Vimos no início do Plano FHC II só um tipo,

só uma classe de pessoas pagar a conta: a população pobre – esses cem milhões de habitantes deste País; esses que não têm emprego; esses que não têm salário; esses que ganham menos de um salário mínimo, quando ganham, e mais os catorze milhões de desempregados.

Assusta-me que ainda, Srs. Senadores, faltam oito meses de governo. Assusta-me quantas medidas provisórias este Governo vai mandar. Assusta-me o nível de ministros que ainda ocuparão esses ministérios. E assusta-me a qualidade de vida, ainda, que a população brasileira vai ter que passar, e aqueles que ficarem doentes? Pelo amor de Deus! Não sei o que este Governo vai fazer para pagar em dia os hospitais, para gerar saúde, para gerar um atendimento médico, que é lamentável vermos no Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, essa pobreza, essa barbaridade por que passa.

Mas o Presidente da República, Senador Ronan Tito, não sai do Palácio do Planalto, pouco viaja ao exterior para ver o que está acontecendo de mais moderno no mundo. Pelo jeito, também deve ler pouco e assistir pouco à televisão, porque, senão, estaria vendo o que se passa com a população brasileira, faminta. O preço dos mantimentos, nesses últimos meses, como se diz no interior, subiu uma brutalidade!

Quem ganhou com isso? Só os ricos. Os pobres vão continuar povoando este País cada vez mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

**O SR. RONAN TITO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Lembro aos Srs. Senadores que a presente sessão encerrar-se-á às 13h03min e que o Congresso Revisor está convocado para reunir-se às 14h.

**O SR. RONAN TITO** – Era apenas para fazer um registro, mas aguardo o discurso do Senador Aluizio Bezerra e, em seguida, faço o meu registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a discussão na Assembléia Revisora desenvolve-se sobre um tema muito debatido entre nós: a questão da privatização da PETROBRÁS e do Sistema TELEBRÁS.

Percebemos, Sr. Presidente, que há uma pressão muito grande por parte dos grandes oligopólios em relação à privatização dessas duas estatais brasileiras.

Sabe-se da necessidade de privatização de inúmeros setores da economia, mas é preciso avaliar os estágios de desenvolvimento e definir as estratégias que cada estágio de desenvolvimento da Nação necessita para apoiar o seu próprio crescimento.

Uma tese como essa, Sr. Presidente, é válida para uma grande nação como os Estados Unidos, que necessitam da privatização em todos os níveis, uma nação com um grande poderio econômico, científico e tecnológico. Ou seja, essa estratégia é válida para uma nação de Primeiro Mundo. Agora, à medida que um país em vias de desenvolvimento privatiza sua estrutura, as nações que dispõem de maiores recursos financeiros, científicos e tecnológicos vão penetrar nessa estrutura econômica dos países em desenvolvimento.

O Parlamento brasileiro deve justamente discutir ou desenvolver raciocínio sobre a privatização versus o nível de desenvolvimento em que se encontra o nosso País. Em congressos internacionais, há alguns anos, fizemos uma avaliação concreta e realista do que seria a privatização nos diferentes estágios de desenvolvimento de países do Terceiro Mundo.

No Brasil, um país em via de desenvolvimento, há um grande número de empresas que devem ser estatizadas; no entanto, ou-

tras empresas vitais, estratégicas para o desenvolvimento no estágio em que nos encontramos, devem ser preservadas. Não defendo um estatismo sem limite, não é isso, mas a nossa estratégia de desenvolvimento precisa ser bem traçada. Esse aspecto é importante, pois, sem nenhum desdenho, não somos uma nação como Formosa ou Taipé; somos uma Nação com uma dimensão extraordinária e temos que traçar a nossa estratégia de desenvolvimento de acordo com o espaço ocupado por nossa economia no contexto internacional.

É com essa visão que analisamos, hoje, a questão da PETROBRÁS e do sistema TELEBRÁS.

**O Sr. Gilberto Miranda** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** – Com prazer, ouço V. Exª

**O Sr. Gilberto Miranda** – Senador Aluizio Bezerra, fico muito preocupado quando assisto na TV ou recebo em meu gabinete os emissários da PETROBRÁS ou de qualquer outra estatal, neste momento da Revisão Constitucional. Quando abrimos a Veja, a Istoé ou outra revista de grande circulação, vemos propagandas institucionais sobre as maravilhas que são as estatais brasileiras. Sem dúvida alguma, elas tiveram um papel importante, seja no início da década de 70, quando se investiu muito no setor petrolífero aqui no Brasil, seja em 1974, com a crise do petróleo no Oriente Médio. Porém, está na hora de o Estado abrir mão dessas empresas, vendendo-as por um preço justo. O que não podemos, de forma nenhuma, é continuar vendo os benefícios que os membros dessas estatais têm, como tomar empréstimos, comprar carro e muitos outros privilégios. Pergunto: e o resto dos funcionários públicos? E a população? E aqueles que nem emprego possuem? Estamos acompanhando esse relatório encomendado sobre a PETROBRÁS e ficamos estarecidos com os números que estão sendo divulgados. Não quero absolutamente afirmar se são dados verdadeiros ou mentirosos, mas cabe à PETROBRÁS contestá-los o mais rápido possível. Com relação ao problema da telefonia no País, é brutal o custo do minuto falado para o exterior e do minuto interno no País, se comparados com os preços internacionais dos mesmos serviços. Por que a EMBRATEL deve permanecer na mão do Governo? Será que não há grupos empresariais no Brasil e no exterior capazes de ocupar esse espaço? Todos sabem, Senador, que o setor da construção civil foi um dos que muito faturou em nosso País e onde houve a maior parte da corrupção. É vergonhoso o que se passou no setor de construção! As empreiteiras ficaram abarrotadas de dinheiro. Esta última CPI mostrou o nível de corrupção, de envolvimento que as empreiteiras tinham e têm – um lobby brutal – sobre o Orçamento. Estaríamos fechando os olhos se não falássemos o que se passa no setor de construção civil em relação ao Governo. Se um particular vai fazer uma obra, Senador, custa "um", se o Governo vai fazer, custa "três". Agora, as empreiteiras e muitos políticos dizem que custa três porque o Governo paga mal. Não é esta a razão; custa três porque tem-se que dar "comissão" à Comissão de Licitação, tem-se que dar comissão aos membros. Todos sabemos que as licitações no Brasil são viciadas; todos sabemos que são vergonhosas; todos sabemos que tudo o que é comprado pelo serviço público ou pelas estatais custa mais caro. Por quê, Senador? Por excesso de dificuldades para criar facilidades. Se nós, Senadores, pudéssemos ter uma assessoria com muitos membros, se tivéssemos condições de ter uma equipe, de termos dotação para contratar auditorias a fim de acompanhar as licitações do Brasil, veríamos por que falta dinheiro para a educação e para a saúde. A corrupção está entranhada, está dentro do sistema brasileiro de governo, de estatais, etc. Quando analisamos os fundos de pensões das estatais, vemos que é vergonhoso o que acontece, Senador. O Governo não consegue tomar conta das empresas e precisa fazer contrato de co-gestão para as empresas cujo

controle acionário ele detém. Ele indica os presidentes, a diretoria, repassa recursos e não consegue controlar a máquina. Para finalizar, o que mais me assusta é o seguinte: enquanto o Governo for dono de estatais, enquanto Parlamentares, enquanto Deputados, Senadores, Governadores e amigos de "panelinhas" de Presidentes indicarem dirigentes de estatal, lamentavelmente a corrupção e a má administração vão continuar. Não acredito que quando um político ou um amigo de Presidente indica um diretor financeiro ou um presidente de estatal e briga por aquele cargo seja para melhorar a estatal. Se ele tivesse esse interesse, na condição de político poderia comparecer à empresa, verificar o quadro de acesso, observar quem são os mais competentes e indicar um funcionário de carreira da empresa. Mas o que vemos sempre são figuras estranhas às empresas, figuras estranhas ao meio, que vão lá, passam alguns anos, acumulam recursos e vão embora. É claro que eu gostaria de deixar registrado que não me refiro a todas as estatais, a todos os diretores, mas sabemos que quando existe a assinatura de um Deputado ou Senador para indicações de cargos, só pode haver algum interesse, Senador. Por isso, sou favorável a mudanças. Temos que desestatizar, mas – é claro! – tem que ser pelo melhor preço. O Estado tem que ser grande, o Estado tem que ser forte, mas em relação aquilo que o tornará uma grande Nação, que o levará a pertencer ao Primeiro Mundo; tem que ser forte na educação, no saneamento e na saúde. E mais: o Estado tem que proporcionar empregos. Isso é que é mais importante, Senador. Muito obrigado pela paciência de V. Exª, porque tomei grande parte do seu discurso.

**O SR. ALUIZIO BEZERRA** – Nobre Senador Gilberto Miranda, é exatamente essa a questão que temos que analisar, ou seja, o desenvolvimento da economia, debelando a corrupção, debelando a ineficiência, e criando condições de desenvolvimento e elevação da qualidade de vida da população.

No que diz respeito ao combate à corrupção, não há nenhuma medida, nenhuma forma milagrosa que possa superar o controle popular dos fundos públicos.

Sr. Presidente, quando me refiro ao controle popular dos fundos públicos, ou seja, dos fundos das estatais, refiro-me à transparência das estatais e ao fato de que estas devem ser aperfeiçoadas, como muito bem disse o nobre Senador Gilberto Miranda, suprimindo-se as ineficiências.

Essa ineficiência, no meu entender, não é uma peculiaridade do Estado; encontra-se também nas empresas particulares. A corrupção não é uma propriedade apenas do Estado, mas também das empresas particulares, que mais organizam a corrupção, conforme os resultados que obtivemos de todas as comissões de inquérito, do presente e do passado, mostrando a atuação do setor privado, que atua firmemente na corrupção dos setores públicos.

Sr. Presidente, precisamos ter uma administração transparente e o controle popular dos fundos públicos, o controle popular das estatais, através da participação dos funcionários, dos técnicos, da comunidade organizada, onde se receba o relatório das aplicações e onde se tenha uma agenda para se discutir a função das estatais.

Como eu dizia, Sr. Presidente, na CNI, na FIESP e até nas poderosas multinacionais do petróleo, existe toda uma pressão no sentido de que o Congresso Revisor privatize a PETROBRÁS, abra o monopólio estatal. É de desse assunto – PETROBRÁS – que quero tratar aqui, como também da TELEBRÁS.

Pretendo começar estas considerações chamando a atenção para uma iniciativa que ilustra muito o que quero dizer: a iniciativa que a PETROBRÁS vem tomando dentro da Amazônia.

O exemplo que quero citar é, como eu dizia, ilustrativo da importância estratégica das estatais para o desenvolvimento local e

nacional. Mostra uma dimensão social e econômica que apenas as estatais podem cumprir. Neste momento, duas estatais brasileiras estão investindo e se preocupando em produzir energia elétrica para regiões que estão entre as mais distantes e mais carentes da Amazônia.

A PETROBRÁS, em conjunto com a ELETROBRÁS, está organizando um sistema de geração de eletricidade destinado a regiões onde existe flagrante carência de energia elétrica. Tudo isso será feito a partir do gás natural da PETROBRÁS e de termelétricas da ELETROBRÁS.

Em visita que fiz recentemente, não somente à nossa região Amazônica, verifiquei, nas regiões do Equador e do Peru, explorações petrolíferas. A mais eficaz de todas, Sr. Presidente, é a da PETROBRÁS. Não há exploração petrolífera de empresas privadas no Equador nem no Peru. A mais eficiente e a de maior êxito, apesar de ter começado bem depois, tem sido a da PETROBRÁS, na região amazônica.

Estou convencido, como acredito que todos estarão, de que nenhuma empresa privada vai ter interesse em produzir eletricidade e atender às comunidades interioranas como atende aos grandes centros urbanos.

Esse é o caso, hoje, do Banco do Brasil. Os grandes bancos particulares atuam nos grandes centros de captação, onde podem ganhar bastante dinheiro e terem o retorno do seu capital em alta rotatividade. Mas quando viajamos às cidades do interior do País, é o Banco do Brasil que está lá, apoiando o pequeno produtor rural.

Então, temos que conviver numa estratégia de desenvolvimento com as empresas privadas e com as empresas estatais, que cumprem tarefas de desenvolvimento do País.

Entendo que, para essa realidade de combinar a pluralidade de participação de empresas públicas e empresas privadas, definindo aquelas que cumprem uma tarefa de vital importância para acompanhar o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos, seria fundamental a PETROBRÁS.

Há inúmeros outros exemplos como esse que acabo de citar.

Aqui formulo a seguinte questão: será que todos esses grupos que querem a privatização da PETROBRÁS já atentaram para essa e para outras dimensões do problema? Será que estão preocupados, estão levando em conta a dimensão social e a dimensão estratégica da questão PETROBRÁS ou mesmo da EMBRATEL e da TELEBRÁS? Não nos parece.

Uma coisa é discutir como melhorar o funcionamento da PETROBRÁS – como disse muito bem o nobre Senador Gilberto Miranda –, como fazer para que ela seja mais eficiente e muito mais harmonizada com os interesses nacionais – uma coisa justa e necessária, que até caberia numa Revisão Constitucional, se fosse o caso –, mas outra, bem diferente, é o que se está tentando atualmente através do Congresso Revisor, que é, pura e simplesmente, abrir uma empresa estratégica como a PETROBRÁS aos interesses internacionais. E, no fim de linha, terminar substituindo o monopólio do Estado brasileiro pelo oligopólio do capital privado estrangeiro.

No caso da PETROBRÁS, não vai haver outra alternativa. Afinal de contas, não existe terceira via; ou será uma coisa ou a outra: ou o petróleo brasileiro é monopólio do Estado ou vai para o controle de oligopólios privados e, mais ainda, estrangeiros.

Onde é que está o benefício disso? Colocando de outra forma: quem é que vai sair ganhando com isso? A Nação e o povo brasileiro, com certeza, é que não.

Eles dizem que se houver a privatização – ou se for "flexibilizado" o monopólio da PETROBRÁS –, a empresa, aí sim, poderá dar lucro.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – A Presidência solicita ao nobre orador que abrevie, na medida do possível, as suas considerações, porque a sessão se aproxima do seu término.

**O SR. ALUIZIO BEZERRA** – Concluirei em seguida, Sr. Presidente.

Não passa de um engodo: onde é que está escrito que estatal produtiva – do tipo Vale do Rio Doce, PETROBRÁS, TELEBRÁS – está impedida de dar lucro? Ou de ser eficiente? Ou de ser competente tecnológica e administrativamente?

O argumento que nos dão é o de que a CSN e a USIMINAS só passaram a dar lucro quando foram privatizadas. Muito bem! O que elas fizeram de revolucionário para alcançar mais eficiência? Demitiram pessoal. Só a CSN demitiu dois mil. Em um ano estava no lucro. Mesmo sem entrarmos no mérito social da questão, não existe impedimento algum para uma estatal enxugar seu quadro de pessoal, escolhê-lo segundo critérios técnicos, de competência, e tornar-se mais eficiente, sem demitir, transferindo pessoal.

É um falso dogma "neoliberal" esse de dizer que por ser estatal ela não pode fazer isso. Pode, perfeitamente. Tudo se resume na vontade política para determinar um melhor gerenciamento. O gerenciamento anterior da CSN era ruim. O da USIMINAS era ruim, como foi, outrora, o da SIDERBRÁS, que foi levada à ruína por um gerenciamento irracional, que terminou fazendo com que ela assumisse megadívidas no exterior para financiar projetos faraônicos aqui dentro. O resultado final foi o de uma estatal insolvente, inviável.

Nesse exemplo, a principal questão que se coloca é a seguinte: a SIDERBRÁS quebrou por que era estatal ou por que foi administrada de forma irracional? Qual o empresário que gerenciaria sua fábrica de forma tão estúpida, tão fora das mais elementares leis do próprio mercado?

Portanto, as discussões que precisam ser feitas são outras. É preciso que se discuta qual a destinação social, a função social de cada estatal; que se discuta a quantas anda a transparência de cada estatal; que se discuta se ela está sendo usada para fins privados, para subsidiar grupos privados, como fizeram com a CSN, ou em função de interesses nacionais; que se discuta se seus quadros estão sendo escolhidos por critérios técnicos, de se buscar o melhor técnico para funções de chefia, ou se seus chefes são escolhidos com a mínima consideração pela competência e a máxima pelo apadrinhamento político; que se discuta até que ponto a estatal está tendo controle da sociedade sobre ela, das forças organizadas da sociedade, dos trabalhadores de toda a comunidade sobre ela, para que se possa coibir corrupção, desmandos, falta de transparência, mureta.

Em suma, parece que o que falta é muito mais uma agenda para um gerenciamento democrático das estatais, para uma administração verdadeiramente competente, que funcione em direção dos interesses nacionais, sociais, do que mesmo mudar de dono. A questão é basicamente uma: o que é que uma PETROBRÁS vai ganhar mudando de dono, passando para as mãos de multinacionais? Pode dar lucros mais altos, é verdade, até porque é este o objetivo-mor desses grupos: o lucro. Mas serão lucros para quem? Como? De que forma?

Com sua privatização, o nosso País perderia de todo ponto de vista. Perderia riquezas estratégicas, perderia em soberania, perderia controle econômico, perderia no preço do produto final, que fica mais caro, e perderia seus funcionários, muitos deles sendo demitidos sumariamente, sem chance de serem transferidos para onde possam ser mais úteis, reciclados, etc.

Por outro lado, é enganoso crer que só privatizando é que se vai atrair o capital estrangeiro, que só assim haverá investimentos e, conseqüentemente, desenvolvimento do País. Há dados mos-

trando que somente a PETROBRÁS, em seus 40 anos de vida, investiu muitas vezes mais capital aqui do que a soma de tudo que todas as multinacionais investiram no Brasil neste século. Então, o problema é de outra ordem. Estão idealizando o capital estrangeiro e subestimando a importância nacional da PETROBRÁS.

Aquilo que os oligopólios estrangeiros – os únicos com capacidade de comprarem a PETROBRÁS – querem com a privatização da nossa estatal é outra coisa: querem ocupar um mercado interno promissor; querem abocanhar nossas reservas petrolíferas, já que as deles estão acabando; querem desfrutar de um dos melhores petróleos do mundo – um petróleo leve, nem pesado nem impuro como o deles.

Enfim, a discussão não está sendo feita nos seus devidos termos. Eles querem que monopólio estatal seja sinônimo de ineficiência. Não é. Se for mal gerenciado, sim, passa a ser, mas para isso não precisa mudar de dono, só de gerenciamento. Se o que queremos é premiar a produtividade, colocar técnicos em funções técnicas – e não apaniguados políticos incompetentes –, se queremos impor transparência, para isso não precisamos privatizar.

Para termos gasolina mais barata, para termos telefonia para todos, não precisamos privatizar. Muito pelo contrário, entregando essas estatais ao controle de oligopólios estrangeiros, aí é que o gás de cozinha, gasolina e telefonia não vão nunca ser para todos. O alinhamento com os preços internacionais vai ser contra a dona-de-casa, contra o consumidor de gasolina e de telefonia. Basta ter uma idéia do preço da Coca-Cola, hoje, na Argentina.

Se hoje a situação de combustível e de telefonia não está boa, não é porque existe o monopólio do Estado e, sim, porque o Estado tem que funcionar melhor, e ele pode funcionar melhor. Então, o enfoque, a luta precisa ser outra: tem que ser no sentido de como elevar o funcionamento do Estado, tem que ser no sentido de que aquilo que é público tenha uma destinação e uma transparência públicas.

Tudo isso passa pelo controle da sociedade, do público, do usuário sobre o serviço público. Ou o Estado funciona cada vez mais controlado pelo público, ou termina vítima de interesses de grupos, de castas e, portanto, funcionando na direção de interesses privados. Isso é o que, em boa parte, está acontecendo e o que está impedindo que cada uma dessas estatais tenha afirmado o seu objetivo social público e nacional.

E, finalmente, no caso de empresas como a PETROBRÁS, a EMBRATEL, a Vale do Rio Doce, a ELETROBRÁS, acredito que o embate tem que passar por outro caminho, a meu ver, decisivo: são empresas produtivas de importância estratégica, e não há desenvolvimento nacional sustentado e nem soberania econômica que não passe por elas.

Nós, os brasileiros, todos os brasileiros de boa vontade, que sonhamos com uma Pátria voltada para o social, para o mercado interno, superando a miséria de um País tão rico, temos que nos dar conta dessa mesma verdade, temos que combater esse grande blefe histórico, que afirma que entregar as empresas estratégicas a multinacionais é melhor para o Brasil. Definitivamente, não é. Temos que unir forças em torno do desenvolvimento nacional contra a pobreza, e isso não se faz entregando patrimônio gigantesco e estratégico como a PETROBRÁS. Não é por aí!

Esta é a nossa pequena contribuição, Sr. Presidente, a um debate que consideramos decisivo. Entendemos que há um estágio na economia em que todo o setor de estatais deve ser privatizados. Todavia, Sr. Presidente, na fase do desenvolvimento da nossa economia, em que base econômica repousará a soberania nacional para definir estratégias do nosso desenvolvimento?

Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, que muitas vezes empresas foram liquidadas para conter e controlar o desenvolvi-

mento de determinados setores que não seguiam o rumo traçado pelos grandes monopólios internacionais, ou seja, pelos sete países que definem e mapeiam o desenvolvimento mundial, operando da maneira que bem entendem.

Sr. Presidente, esta é a nossa contribuição com relação à PETROBRÁS e à TELEBRÁS.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. RONAN TITO** – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome da Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Tem V. Exª a palavra, na forma regimental.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Winston Spencer Churchill disse certa vez: "Os políticos pensam na próxima eleição; os estadistas pensam no próximo século". Acho tão importante esse pensamento de Churchill que vou repeti-lo: "Os políticos pensam na próxima eleição; os estadistas pensam no próximo século".

Hoje, Sr. Presidente, o Governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, completa anos, é o seu aniversário. Registro a idade do Governador Fleury cantando até uma hosana, uma aleluia, não só pela sua saúde, mas também pela sua lucidez.

O Governador Fleury teve uma reunião com os Parlamentares, com os Senadores, em minha casa, e todos pedimos a S. Exª que se candidatasse à Presidência da República. Uniria o Partido. Não disputaria com ninguém. S. Exª, então, se comprometeu a pensar. Depois, chegou à conclusão de que deveria terminar o serviço que começou como Governador de São Paulo. Deu-nos uma lição, uma lição de que os estadistas pensam muito mais no futuro do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues. Fazendo acionar as campainhas.) – Nobre Senador, peço permissão a V. Exª para interrompê-lo. A sessão deveria terminar dentro de um minuto. Se os Srs. Senadores concordarem, a sessão ficará prorrogada por cinco minutos para que V. Exª ultime suas considerações, tendo em vista que o Congresso Revisor está convocado para as 14h, e inclusive as Assessoras da Mesa lá deverão estar para a abertura dos trabalhos do Congresso Revisor.

**O SR. RONAN TITO** – Sr. Presidente, trouxe alguns registros das últimas obras que S. Exª o Governador do Estado, Sr. Luiz Antônio Fleury, fez, como as eclusas, que S. Exª está abrindo para a navegação, cuja inauguração contou com a presença de dois Presidentes de Estado: o Presidente da Bolívia e o Presidente do Paraguai. O Presidente Itamar Franco não pôde ir porque estava gripado.

Os Presidentes da Bolívia e do Paraguai lá compareceram porque sentiram a importância dessa navegação no rio Tietê, no rio Paraná, que pode levar as nossas mercadorias produzidas no Triângulo Mineiro e no interior de São Paulo até a foz do Paraná e entrar mar adentro. Eles entenderam a sua importância.

O Dr. Lozada, que é Presidente da Bolívia, é um homem extraordinário, que fez baixar uma inflação de 32000% – quando assumiu o Ministério – para 7% ao ano. Foi assim que ele se credenciou a se candidatar à Presidência da Bolívia. Hoje, o Dr. Lozada, que é conhecido lá como Gane – é o seu apelido, é o seu nome político – anda nas ruas da Bolívia sem guarda-costas.

Tive oportunidade de visitar o Presidente da Bolívia e sentir a sua popularidade. Mas ele amargou cinco anos numa cadeira, segurando a inflação, para depois, mais tarde, oferecer o seu nome como candidato à Presidência da República. Foi eleito, confirmado pelo Congresso Nacional e está fazendo um bom governo. Agora, veio dar ao Governador Fleury o testemunho da sua presença, pela importância da inauguração. E o Presidente Lozada disse uma coi-

sa extraordinária: que o seu país, a Bolívia, teria acesso ao mar – um sonho antigo dos bolivianos, que toda vida sonharam que o primeiro acesso que teriam ao mar seria pelo Oceano Pacífico e, no entanto, acabou sendo, agora, pelo Oceano Atlântico, porque pelos rios Paraguai e Paraná eles chegarão ao Oceano e poderão, então, pensar em cabotagem, em navegação, etc.

Trouxe alguns registros, Sr. Presidente, feitos no dia 15, data da inauguração, e eu gostaria de pedir a V. Exª que os mandasse colocar nos Anais da Casa, como um preito de reconhecimento deste Parlamentar a um Governador, jovem ainda – está completando, hoje, 45 anos de idade –, que, com uma visão de estadista, está enxergando o próximo século, tanto que está falando em navegação.

Não atendeu ao apelo veemente dos seus partidários, dos seus correligionários para que largasse o Governo e viesse unir o Partido, sendo candidato a Presidente da República pelo maior partido, o partido que tem sempre não só escolhido os melhores quadros, como também tem, inclusive, dado oportunidade a que esses quadros se elejam.

Assisti à despedida da extraordinária Senadora Eva Blay, eleita pelo PMDB. Hoje não está mais nos nossos quadros, mas foi eleita pelo PMDB. Temos muito orgulho de ter emprestado a legenda para que ela pudesse se eleger.

Temos certeza, convicção até, de que o Governador Fleury, unindo o Partido, se elegeria Presidente da República. Ele também tinha essa convicção, mas, ao final, entendeu que era melhor terminar a obra que havia iniciado, não a deixando pelo meio, porque ele poderia ser alvo de críticas, e críticas sérias.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Ouço o aparte do nobre Senador Gilberto Miranda.

**O Sr. Gilberto Miranda** – Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Governador Fleury pela administração que tem feito em São Paulo. Fazendo por São Paulo, onde se concentra o maior PIB brasileiro e 50% da arrecadação federal, está também fazendo pelo Brasil. O PMDB dá o exemplo com Fleury, que fica no Governo. Aliás, estivemos juntos – eu, V. Exª, o nosso Líder, o Presidente do PMDB e o Governador – conversando sobre a Revisão Constitucional. Exemplo também, dentro do PMDB, dá, também ficando no Governo, o Governador Gilberto Mestrinho, meu Líder, que foi Governador do meu Estado por três vezes e que, com certeza, deverá voltar em 1998. Acredito que o PMDB continua emprestando a este País os melhores valores, os melhores quadros. Espero, se Deus quiser, que venhamos a fazer o próximo Presidente da República, para mudarmos um pouco a cara deste País, para mudarmos um pouco a inércia deste País. Muito obrigado.

**O SR. RONAN TITO** – Eu é que agradeço, nobre Senador Gilberto Miranda, mas o Governador Fleury, desde o primeiro dia do seu mandato – S. Exª assumiu o Governo de São Paulo em meio a uma crise enorme –, ao invés de ficar gerando crises internas, fez o contrário: passou a dissipá-las, reunindo os empresários, somando esforços, abaixando os impostos e tentando ampliar o volume de negócios.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, que, quando o Governador Fleury assumiu o Governo de São Paulo, tínhamos uma crise no setor de álcool, provocada pela PETROBRÁS, uma empresa estatal monopolista que, não querendo a concorrência de um programa, que também é brasileiro – aliás, o único programa brasileiro que é copiado pelos Estados Unidos da América do Norte –, o PROÁLCOOL, que tem desenvolvimento numa das regiões mais pobres e deprimidas deste Brasil, o Nordeste brasileiro, segurou esse programa no Estado. Assim, no início do Governo Fleury, a



participação do Estado de São Paulo no álcool produzido no Brasil era de 46%; hoje, é de 75% a participação de São Paulo, porque ele não permitiu que fossem quebradas as destilarias, e fez isso com a agricultura, com a indústria. Onde o emprego verdadeiramente menos caiu, no Brasil, foi em São Paulo; aliás, ele teve inclusive incremento.

O Governador Fleury continuará trabalhando, dando exemplos e dando esperanças ao Brasil no futuro, porque tenho certeza de que, terminado o seu mandato, S. Ex<sup>a</sup> deverá ocupar outros cargos mais altos.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RONAN TITO** – Ouço, com prazer, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, meu correligionário do Rio Grande do Norte.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** – Senador Ronan Tito, desejo me associar à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> em homenagem ao Governador Luiz Antônio Fleury. V. Ex<sup>a</sup> já destacou o acervo de obras que S. Ex<sup>a</sup> vem realizando no Estado de São Paulo, e gostaria também de salientar as qualidades reveladas pelo Governador Fleury no campo da negociação política: a tolerância, a transigência e, agora, o espírito de renúncia demonstrado por S. Ex<sup>a</sup>. Tudo isso vem caracterizando-o como uma das mais promissoras figuras no cenário político nacional.

**O SR. RONAN TITO** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Este era o registro que gostaria de fazer. Solicito ao Sr. Presidente que faça constar dos Anais da Casa as notas que mandei elaborar sobre as inaugurações, principalmente das eclusas que dão condições de navegação ao Tietê e ao Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. RONAN TITO, EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

O Presidente Itamar Franco telefonou dia 15, (terça-feira), ao Governador Luiz Antonio Fleury Filho, quando inaugurava as eclusas de três irmãos, no Município Paulista de Pereira Barreto, cumprimentando-o pela obra. Em coletiva à imprensa, Fleury informou que Itamar, até ontem, "mantinha firme disposição de comparecer ao ato, mas não pôde fazê-lo em razão de ter sido acometido por uma gripe".

Com seu telefonema, disse o governador, "Itamar Franco demonstrou o seu apreço pela obra e pediu que eu agradecesse aos presidentes da Bolívia e do Paraguai a sua vinda ao Brasil para acompanhar essa cerimônia".

Referindo-se às eclusas de Três Irmãos, um investimento de US\$ 70 milhões, Fleury explicou que a obra, somada ao sistema de eclusagem de Jupia, a ser entregue em setembro ou outubro próximo, estenderá a Hidrovia do Tietê-Paraná até Itaipu, completando-se 2.400 quilômetros navegáveis. "É fácil realizar uma obra deste porte em momentos de prosperidade econômica, mas não numa conjuntura como a atual", frisou o governador afirmando que "as eclusas de Três Irmãos e tantos outros empreendimentos Governo Paulista simbolizam a resistência de São Paulo contra a recessão e o desemprego, demonstrando, ainda, que, com criatividade, trabalho e dedicação, é possível vencer os desafios".

O governador disse, também que "a obra ficará gravada na memória de São Paulo e de todos os que acreditam na integração latino-americana, no Mercosul e no desenvolvimento com justiça social". A presença dos presidentes da Bolívia do Paraguai, prosseguiu, simboliza a esperança dos seus povos no desenvolvimento e na democracia em todo o continente".

Destacando o papel da hidrovia para a integração do Cone Sul e de toda a América Latina, Fleury disse que o empreendimento "será a grande estrada da cooperação; cabe a nós, homens públicos, fazer com que seja a estrada da amizade e que por ela naveguem os que acreditam na justiça social".

O Presidente do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, comparou as eclusas de Três Irmãos "a vértebras de uma grande coluna vertebral da integração do Cone sul, que é a Hidrovia do Tietê-Paraná". Para ele, "se os países da região tiverem criatividade, atingirão maior produtividade e tecnologia, oferecendo aos empresários melhores condições de competitividade nos mercados internacionais". O Governador Fleury, prosseguiu, garantiu que a hidrovia estará aberta a nossos países. "A obra é de vital importância e deverá gerar mais desenvolvimento e paz no continente".

#### **CAMINHO AO MAR**

Segundo o Presidente da Bolívia Gonzalo Sanchez de Lozada, a hidrovia tornará viável um antigo sonho de seu País, o de ter caminho para o mar. "Agora, através do rio Paraguai e desse empreendimento do governo de São Paulo, poderemos chegar ao porto de Santos e à baía do Prata." Daí a importância desse projeto para os bolivianos, frisou manifestando sua concordância, "contribuindo para que tenhamos uma região sem fronteiras no Cone Sul".

O presidente boliviano também fez referência a outro projeto que ele analisou com o governador Fleury: o gasoduto entre Bolívia e Brasil, pelo qual o seu país poderia fornecer quantidade expressiva de gás natural, principalmente para o mercado paulista. "Estamos no aguardo da viabilização deste grande projeto, que também contribuirá para a integração", concluiu.

Daí, a importância desse projeto para os bolivianos, frisou manifestando sua concordância com a opinião de Wasmosy, de que a hidrovia será um fator fundamental de integração, "contribuindo para que tenhamos uma região sem fronteiras no Cone Sul".

O presidente boliviano também fez referência a outro projeto entre Bolívia e Brasil, pelo qual o seu país poderia fornecer quantidade expressiva de gás natural, principalmente para o mercado paulista. "Estamos no aguardo da viabilização deste grande projeto, que também contribuirá para a integração", concluiu.

#### **FLEURY E CHEFES DE ESTADO INAUGURAM ECLUSA DE TRÊS IRMÃOS**

Com a presença dos Presidentes Gonzalo Sanchez de Lozada (Bolívia) e Juan Carlos Wasmosy (Paraguai), serão inauguradas nesta terça-feira (15), às 9h30min, no Município paulista de Pereira Barreto, as colunas da barragem de Três Irmãos última do rio Tietê, distante 28 quilômetros de sua foz.

Dois marcos hidroviários vão ser atingidos na oportunidade: a navegabilidade total do rio Tietê e a interligação entre os tramos norte e sul da hidrovia Tietê-Paraná. Através dessas eclusas (cada uma 24 metros de altura, para transpor a barragem de 48m), as embarcações provierem da região de foz do Iguaçu e do Paraguai (tramo sul) poderão subir para o tramo norte até São Simão (GO), ou para o rio Tietê, até as regiões de Conchas e Piracicaba.

Os chefes de Estado serão recebidos pelo Governador Luiz Antonio Fleury Filho no aeroporto de Castilho, rumando então para um ponto junto às duas câmaras do sistema de eclusagem, onde vão assistir à primeira operação oficial de enchimento.

Após os discursos previstos, os presidentes assinarão a Carta de Três Irmãos, pela qual seus respectivos países se comprometerão a adotar providências no sentido de que a hidrovia inicial, formada pelo Tietê-Paraná, se transforme num grande canal de navegação de 7 mil km. Os governadores, por sua vez, firmam um



protocolo, comprometendo-se a trabalhar pela hidrovia e pela integração regional.

### A ECLUSA

As duas câmaras declusagem – enormes "banheiros" de 142 metros de comprimento, 12m de largura e 3,5m de calado – Vencem um desnível de 49 m das águas do Tietê, no ponto em que a represa foi construída. O tempo de enchimento de cada unidade é de 11 minutos, completando-se o ciclo declusagem individual em pouco menos de uma hora. Foram consumidas 414,5 mil toneladas de concreto para a implantação de ambas. No total 26 milhões de toneladas/ano de cargas poderão ser deslocadas através desse sistema duplo.

A hidrovia começou a nascer em 1973, quando da ativação da eclusa de Barra Bonita – um município que soube tirar grande partido desse partido desse serviço, que também tem grande potencial turístico, transformando-se num destacado centro de lazer do Interior. Vieram depois as de Bariri, Ibitinga Promissão, Nova Avanhandavae, agora, Três Irmãos.

Hoje há 1.040 quilômetros navegáveis, entre Goiás e as regiões de conchas e Piracicaba, a 200km da Capital. Com a inauguração da eclusa de rupiá em setembro próximo, se poderá chegar à Foz do Iguaçu e à ciudad del Este, na fronteira Brasil-Paraguai. Ahidrovia atingirá 2.400km podendo, ao "pular" Itaipu, estender o sistema a 7 mil km, como a anexação do trecho internacional do rio Paraguai. Com isto estarão intriguados, por via fluvial, Brasil Paraguai Argentina Bolívia e Uruguai.

### HIDROVIA ABRE AO PAÍS UMA NOVA FRONTEIRA ECONÔMICA

Quando entregar, na próxima terça-feira (15), o sistema declusagem da Usina de Três Irmãos, praticamente no ponto de confluência dos rios Tietê e Paraná, o Governo de São Paulo estará a um passo de abrir, definitivamente, uma hidrovia de 2.240 quilômetros, que redundará em investimentos previstos de US\$10 bilhões nos próximos anos. Esse enorme corredor aquático movimentará 26 milhões de toneladas/ano de cargas, reunirá economicamente os seis maiores Estados brasileiros produtores de grãos, integrará mais decisivamente os países do Continente ligados ao Mercosul e permitirá que os residentes nas duas centenas de municípios de sua área de influência conquistem, no final deste século, uma renda per capita de US\$10 mil dólares, possível hoje somente em regiões particularmente desenvolvidas do Primeiro Mundo.

Duas eclusas compõem o sistema de travessia da Usina de Três Irmãos, para vencer o elevado desnível de 49 metros das águas do Tietê no ponto em que a represa foi implantada, a 28 quilômetros do rio Paraná. Esse dado pode ser comparado com o da Usina de Barra Bonita, onde o desnível é de 25,5 metros. Cada uma dessas eclusas tem um comprimento útil de 142 metros, largura de 12 metros e calado de 3,5 metros. O tempo de enchimento de cada unidade é de 11 minutos, completando-se o ciclo declusagem individual em pouco menos de uma hora. Foram consumidas 414,5 mil toneladas de concreto para a construção de ambas. No total, 26 milhões de toneladas/ano de cargas poderão ser deslocadas através delas.

Esse é o complexo cuja operação será uma realidade a partir da próxima terça-feira (15) e para cuja inauguração o governador Luiz Antonio Fleury Filho convidou os presidentes do Brasil, Itamar Franco; da Argentina, Carlos Menem; do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy; do Uruguai, Luiz Alberto Lacalle; e da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada. Em setembro próximo solenidade similar deverá se repetir na Usina de Jupia, o que ampliará os atuais

1.040 quilômetros navegáveis da hidrovia, para 2.240, alcançando-se a hidrelétrica de Itaipu.

### POTENCIAL ENERGÉTICO

Corredor natural de intercâmbio nacional e internacional, a hidrovia interliga ferrovias, rodovias e importantes portos do Cone Sul, surgindo como nova fronteira econômica para vastas regiões. Seus números impressionam: na oferta geral, as hidrelétricas ali situadas somam atualmente mais de 26 milhões de quilowatts. Essa disponibilidade não é o único atrativo em termos de energia. O acordo assinado recentemente entre a Petrobrás e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) para fornecimento de gás natural ao País pressupõe investimentos da ordem de US\$5 bilhões, dos quais US\$1,75 bilhão apenas no trecho de Rio Grande (Bolívia) até Curitiba, numa extensão de 2.233 quilômetros. A maior parte desse combustível será consumido nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, que concentram 75 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O principal mercado será a produção de eletricidade nas usinas termelétricas e na co-geração industrial, especialmente nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, todos também beneficiados pela hidrovia.

A consolidação da hidrovia abre ainda perspectivas mais promissoras para o setor de "agrobusiness", pois seis Estados sob sua influência (Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul) são os principais produtores de grãos no País e têm pela frente a possibilidade permanente de reduzirem em 75 por cento o custo de seus fretes ao utilizarem a via navegável, em direção aos grandes centros de consumo.

E com o funcionamento pleno, a partir de 1º de janeiro do próximo ano, do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a nova fronteira econômica aberta pela hidrovia terá com seus participantes, além do Brasil, a Argentina o Uruguai, e o Paraguai. Nessa data, cairão as barreiras protecionistas entre essas nações, reunidos PIBs que somam cerca de US\$440 bilhões, gerados por 190 milhões de consumidores. A hidrovia Tietê-Paraná estará nesse meio, especialmente quando as barcas que a utilizarem partirem de Piracicaba para atingir Buenos Aires, junto ao rio do Prata, favorecendo os pólos de produção e exportação que já se estabeleceram ou venham a se implantar em sua área de influência, utilizando também uma rede intermodal de ferrovias e rodovias.

Finalmente, talvez até como atividade satélite à hidrovia, mas nem por isso menos importante do ponto de vista econômico, particularmente para os 80 municípios lindeiros aos dois rios no Estado de São Paulo, o lazer e o turismo se inserem seguramente no contexto dessa nova fronteira. Já foram identificadas na macro-região de influência hidroviária – que soma 200 cidades e 17 mil quilômetros de litoral interior – pelo menos 30 áreas potenciais para o desenvolvimento daquelas atividades. Nelas, resta virtualmente tudo a fazer, de hotéis a parques náuticos, de marinas a barcos de pesca e de passeios. Esses investimentos são relativamente baixos, mas os resultados positivos serão, em contrapartida, praticamente ilimitados, pois é exatamente desses municípios que parte o segundo maior contingente de turistas brasileiros que viajam ao exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PDT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, a Agricultura, em todos os países do mundo e em quase todas as épocas, tem merecido um tratamento especial por parte dos governos, pois a atividade agrícola não busca apenas produzir quilos ou toneladas de trigo, de milho ou de soja: a atividade agrícola produz alimentos.

A humanidade precisa de alimentos para se manter hígida, a humanidade precisa de alimento para poder viver e, mais ainda, a humanidade precisa de alimento em qualidade e quantidade suficientes para dar suporte a qualquer tipo de atividade. Em primeiro lugar, é preciso comer, e só depois poderemos exercitar todo o nosso potencial como pessoas humanas; só depois é possível pensar. Por isso diziam os antigos: **Deinde philosophare!**

Se a atividade agrícola existe para produzir comida, e se todos os homens e mulheres precisam comer para poder viver, é preciso então privilegiar de alguma forma, incentivar de algum modo, estimular de alguma maneira essa atividade agrícola, pois, além de ser indispensável por sua finalidade, ainda está submetida às contingências do tempo, dos preços, das pragas e doenças e, no caso brasileiro, há ainda a praga dos juros bancários.

O caso brasileiro é ainda mais interessante, pois, como se sabe, este imenso e rico País, com toda a sua vasta extensão de área agricultável, não consegue produzir o suficiente para alimentar os seus cidadãos. Apesar de dispor de tecnologia, capacidade gerencial e condições de clima e solo, nem assim temos sido capazes de produzir o bastante para que o nosso povo sobreviva minimamente alimentado. Temos hoje, segundo amplamente divulgado, mais de trinta milhões de brasileiros com fome.

Para resolver o problema dessa fome crônica que costuma devorar o melhor de nossa boa vontade e, em alguns casos até, consumir a paciência de suas vítimas, o nosso povo vê-se hoje envolvido em uma das mais belas e mais educativas das campanhas que já foram feitas entre nós, em favor dos desvalidos.

Mas falta complementar esse esforço e, junto à campanha de combate à Fome, prestar um pouco mais de atenção ao produtor agrícola, o único agente econômico capaz de fornecer à sociedade a única solução existente para matar a fome: a comida.

Seria no mínimo uma demonstração de racionalidade elementar que, ao lado do belíssimo esforço em doar e distribuir alimentos aos que estão com fome, se fizesse um esforço semelhante de apoio à produção de alimentos em nosso País.

Mas não é isso o que vemos, não é isso o que nos conta o produtor rural brasileiro, não é assim que agem as autoridades competentes. Parece que estamos todos em um momento de irracionalidade, em que o óbvio parece de tal modo opaco e obscuro que optamos por adotar medidas paliativas, deixando de lado as providências duradouras e efetivas.

Precisamos produzir mais alimentos para poder saciar a fome do nosso povo. Só poderemos eliminar a fome, se pudermos dar ao povo faminto o acesso à comida farta e sadia. E isto se fará, entre outras importantes providências, se formos capazes de produzir comida.

Precisamos, portanto, dar o máximo apoio a quem produz comida no Brasil.

Mas não é assim que vem agindo o Poder Público, no trato da questão agrícola em nosso Brasil. Não se percebe essa intenção de apoiar o produtor rural brasileiro, em que pesem alguns discursos em contrário. Mas não basta discursar; é preciso agir de modo efetivo e coerente.

É preciso, por exemplo, evitar-se transformar o empréstimo que se faz ao produtor de comida, ao produtor rural, em fonte de lucro bancário. É preciso que o banco receba o justo preço do dinheiro que emprestou ao produtor rural. Mas não é preciso que o banco enriqueça ainda mais, às custas do produtor rural.

Afinal, se existe algum estímulo nos empréstimos bancários concedidos ao agricultor brasileiro, onde estão os seus benefícios, se o cidadão é obrigado a pagar, apenas em uma única prestação, mais de sete vezes o valor do total que lhe foi emprestado?

Será indispensável que os bancos ganhem tanto assim? Será que isto caracteriza um estímulo efetivo ao produtor rural? Será que, como acontece no caso FINAME RURAL, o objetivo é mesmo apoiar a produção agrícola?

Ou não seria mais correto dizermos que o objetivo maior está em apoiar a produção industrial de máquinas e equipamentos agrícolas?

Onde está o fulcro do negócio? Onde está o estímulo de um programa oficial que cobra a chamada TR integral dos mutuários, onera o custo do dinheiro, penaliza o mutuário com uma enorme carga de burocracia e ainda lhe cobra juros que fariam corar os agiotas da praça?

Duvidamos das boas intenções de um programa, como o FINAME RURAL, que pouco interesse tem demonstrado para com a atividade agrícola, pois não aceita o pagamento antecipado das prestações, nem mesmo no período da safra, único momento em que o produtor rural, de fato, tem dinheiro.

O FINAME RURAL parece desconhecer as características próprias da produção rural, daí desconfiarmos que o seu objetivo seja, de fato, o de apoiar a produção da indústria de máquinas, equipamentos e implementos, para as quais, o produtor rural é apenas um consumidor.

É preciso que sejamos um pouco mais coerentes no trato de nossas questões maiores!

Se quisermos eliminar a vergonha da fome em nosso País, é preciso apoiar o Produtor Rural. E, para apoiar a produção de alimento, é preciso que programas como o FINAME RURAL se ruralizem de fato e se tornem instrumentos reais de apoio à produção de comida, e não o torniquete que sufoca lentamente aquele mutuário que tomou setenta e seis mil cruzeiros reais emprestados e paga, já na primeira prestação, mais de seiscentos mil cruzeiros reais.

É preciso buscar alternativas mais humanas e mais viáveis.

É preciso repensar-se, por exemplo a exigência do seguro obrigatório em empréstimos com recursos do FINAME RURAL, pois a experiência demonstra que o risco de roubo ou de perda é mínimo e que o valor pago deveria ser, igualmente, o mínimo.

É preciso repensar esta taxa de juros utilizada em programas que se dizem de estímulo à produção.

Mas, antes de mais nada, é preciso demonstrar que se tem, de fato, a intenção de ajudar e de estimular a produção agrícola no Brasil. Caso contrário, continuaremos com um batalhão cada vez maior de gente faminta, esperando a produção de comida por parte de um contingente cada vez menor de produtores rurais endividados e quase falidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Amir Lando – Aureo Mello – Carlos Patrocínio – César Dias – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Garibaldi Alves Filho – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Hydekel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Paulo Bisol – Júnia Marise – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mariluce Pinto – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Ronaldo Aragão – Ronan Tito

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14h30min, a seguinte

**ORDEM DO DIA****1****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII,****Parágrafo único, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1993 (nº 247/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sertão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Piauí, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

**2****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993****(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

**3****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1993****(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1993 (nº 293/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stéreo FM Lagoa Santa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

**4****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1993****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1993 (nº 2.989/92, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, do terreno que menciona, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**5****SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 1993****(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre restabelecimento do prazo fixado pelo art. 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para ins-

talação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos industriais e agrícolas nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável ao substitutivo da Câmara.

**6****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1994****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1994 (nº 3.254/89, na Casa de origem), que regula a profissão de corretor de seguros, de capitalização e de previdência privada, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 144, de 1994, de extinção da urgência)

**7****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1994 - COMPLEMENTAR****(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1994 - Complementar (nº 181/94 - Complementar, na Casa de origem), que altera a redação da alínea "b" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para elevar de três para oito anos o prazo de inelegibilidade para os parlamentares que perderem o mandato por falta de decoro parlamentar. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

**8****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Francisco Rollemberg, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

**16****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1993****(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado.

(Dependendo de parecer da Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**).

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13h15min.)*

#### **ATO DE APOSENTADORIA Nº 366/92**

Ato de Aposentadoria de Juarez Mendes, Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão II.

#### **APOSTILA**

No presente Ato onde se lê: "Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão I", leia-se: "Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão II".

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DE APOSENTADORIA Nº 101/94**

Ato de Aposentadoria de Demervaldo José de Souza, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30.

#### **APOSTILA**

No presente Ato de Aposentadoria, onde se lê: "com proventos proporcionais", leia-se: "com proventos integrais".

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 151, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002/640/94-5, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora **JÚLIA PEREIRA GOMES**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37, e 41 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 152, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004/208/94-3, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **SALVADOR DE FREITAS MUNIZ**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 193, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 153, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de

competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004/255/94-1, resolve aposentar, voluntariamente, **CLÁUDIO DE OLIVEIRA PINTO** Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37, e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 154, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004/153/94-4, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora **MARIA DOS SANTOS MUNIZ**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso II, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 192, inciso II; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37, e 39, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 155, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.097/94-3, resolve aposentar, voluntariamente, **OLIVEIRA GUEDES DOS SANTOS**, Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37, e 41 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 156, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004/611/94.2, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora **TEREZINHA DE JESUS DA ROCHA FONSECA**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III,

alínea "a", inciso II; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37; e 39, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 157, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.632/940, resolve aposentar, coluntariamente, a servidora ELIZABETH GUSMÃO CURVO, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a; e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com a Resolução (SF) nº 77, de 1992, e os artigos 34, § 2º, 37; e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 29 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 158, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012049/93-0, resolve alterar o Ato nº 186, de 1985, desta Presidência, publicada no DCN, Seção II, de 7-9-85, para manter aposentado, voluntariamente, GUILHERME SALGUEIRO DE OLIVEIRA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal Permanente do Senado Federal, a partir de 21 de junho de 1993, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, 67 e 93, da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com os artigos 34, § 2º, e 37, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 159, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004384/93-8, resolve alterar o Ato nº 064, de 1990, desta Presidência, publicado no DCN, Seção II, de 10-05-90 para manter aposentado, voluntariamente, Olavo de Sousa Ribeiro, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal Permanente do Senado Federal, a partir de 1º de abril de 1993, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 160, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009930/93-0, resolve alterar o Ato nº 224, de 1985, desta Presidência, publicado no DCN, Seção II, de 26-09-85, para manter aposentado, voluntariamente, Amphisio Santos, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal Permanente do Senado Federal, a partir de 1º de abril de 1993, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 161, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010429/93-0, resolve alterar o Ato nº 159, de 1991, desta Presidência, publicado no DCN, Seção II, de 31-01-91, para manter aposentado, voluntariamente, Hélio Vargas Aguilera, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal Permanente do Senado Federal, a partir de 1º de abril de 1993, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994

Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 162, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002 922/94-0, resolve manter aposentado, por invalidez, o servidor Eugênio da Rocha Frago, Assessor Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 67 e 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990, artigos 34, § 2º, 37 e 38 da Resolução SF nº 42, de 1993, a partir de 2 de março de 1994, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 163, DE 1994**

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003 409/94-5, resolve manter aposentado, por invalidez, o servidor Dario Abranches Viotti, Assessor Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos

do artigo 40, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil combinado com os artigos 67 e 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990, artigos 34, § 2º, 37 e 38, da Resolução SF nº 42, de 1993, a partir de 2 de março de 1994, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 34 DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o disposto no artigo 2º do Ato nº 09, de 1992, do Primeiro-Secretário, resolve:

Artigo 1º – Designar os gestores (titulares e substitutos) dos contratos celebrados entre o Senado Federal e as empresas abaixo relacionadas:

- Subsecretaria de Assistência Médica e Social:
- UNICON – União Comercial de Equipamentos Hospitalares Ltda. – Contrato nº 009, de 1994: aquisição de equipamentos (um Glucometer e três nebulizadores ultrassônicos) destinados à Subsecretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal – Titular: ISABEL C. S. CARDOSO (matrícula nº 3043); Substituto: Vanda Maria Mendes (matrícula nº 3039);
- Subsecretaria de Engenharia:
- Reforvidros – Reforma, Comércio e Vidros, Espelhos e Molduras Ltda. – Contrato nº 010, de 1994: fornecimento e colocação de vidros, usando massa de vidraceiros misturada com IGASM2, no complexo arquitetônico do Senado Federal – Titular: Evandro Jorge Cunha Chaves (matrícula nº 4087); Substituto: Carlos Magno Fagundes Franci (matrícula nº 2369);
- Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio:
- ALBERFLEX – Indústria de Móveis Ltda. – Contrato nº 011, de 1994: aquisição de mesas para Gabinetes diversos e Presidências de Comissões do Senado Federal – Titular: Ronaldo Henrique Giordani (matrícula nº 3963); Substituto: Maria Auxiliadora Ferreira Antônio (matrícula nº 2072);
- Futura Interiores e Mobiliário Panorâmico Ltda. – Contrato nº 012, de 1994: aquisição de móveis para Gabinetes diversos e Presidências de Comissões do Senado Federal – Titular: MARIA AUXILIADORA FERREIRA ANTÔNIO (matrícula nº 2072); Substituto: Ronaldo Henrique Giordani (matrícula nº 3963);
- MAC – Distribuidora de Produtos para Escritório Ltda. – Contrato nº 013, de 1994: aquisição de tubos-circuladores de ar e refrigeradores para escritório, destinados a diversos setores do Senado Federal – Titular: José Nalvo Gualberto Pereira (matrícula nº 1895); Substituto: Ronaldo Henrique Giordani (matrícula nº 3963);
- CORBEL – Comércio e Representações de Bebidas Ltda. – Contrato nº 014, de 1994: aquisição de bebedouros elétricos, destinados a diversos setores do Senado Federal – Titular: Ronaldo Henrique Giordani (matrícula nº 3963); Substituto: José Nalvo Gualberto Pereira (matrícula nº 1895);
- ITA – Indústria e Comércio de Carimbos Ltda. – Contrato nº 015, de 1994: fornecimento de carimbos – Titular: Maria Goiaci Alves Carvalho (matrícula nº 4079); Substituto: Gilson Luiz Paraguassu Bastos (matrícula nº 1376 – CEGRAF);
- BOMTEMPO – Comércio e Representação Ltda. – Contrato nº 016, de 1994: fornecimento de 19.000 (dezenove mil) Kg de açúcar refinado, em pacotes de 01 (um) Kg – Titular: Antônio César Nóbrega de Moura (matrícula nº 4020); Substituto: Manoel Francisco Régis (matrícula nº 3136);
- DIMASTER – Comercial de Equipamentos Ltda. – Contrato nº 017, de 1994: aquisição de aparelhos de ar-condicionado,

"fan-coil", máquinas de café e peças de reposição destinadas a diversos setores do Senado Federal – Titular: José Nalvo Gualberto Pereira (matrícula nº 1895); Substituto: Ronaldo Henrique Giordani (matrícula nº 3963);

– CORBEL – Comércio e Representações de Bebidas Ltda. – Contrato nº 020: fornecimento de 25.000 (vinte e cinco mil) garrafas de água mineral (de 20 litros, somente o líquido) – Titular: Manoel Francisco Régis (matrícula nº 3136); Substituto: Antônio César Nóbrega de Moura (matrícula nº 4020);

– Indústria e Comércio de Café Lopes Carvalho Ltda. (Café Arábia) – Contrato nº 022: fornecimento de 13.000 (treze mil) Kg de café em pó de primeira qualidade, acondicionados em pacotes de 1/2 kg – Titular: Antônio César Nóbrega de Moura (matrícula nº 4020); Substituto: Manoel Francisco Régis (matrícula nº 3136);

– Subsecretaria Técnica de Eletrônica:

– TELECOM – Sistema de Telecomunicações e Informática Ltda. – Contrato nº 021, de 1994: fornecimento de pessoal técnico para execução de serviços de instalação e reparação de linhas telefônicas – Titular: Rogério Braga de Figueiredo (matrícula nº 3437); Substituto: Gerson Valentin (matrícula nº 3441);

– Serviço de Telecomunicações:

– SCORPION – Teleinformática – Contrato nº 019, de 1994: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, durante o exercício de 1994, a dois terminais de Telex, marca Telemática, modelo TSI 7360, e a duas impressoras, marca ELEBRA (escravos), instaladas no Serviço de Telecomunicações – Titular: Ricardo W. Ottoni de Carvalho (matrícula nº 3317); Substituto: João Marcelo de Castro Novais (matrícula nº 5007).

Artigo 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Em 29 de março de 1994. – **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

Secretaria Legislativa

Subsecretaria de Comissões

Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito

#### SENADO FEDERAL

**Comissão Senatorial Temporária criada através do Requerimento nº 513, de 1993-SF, "para elaborar um programa decenal de salvação do Nordeste".**

Ata da 1ª Reunião (instalação) realizada em 18 de agosto de 1993

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Darcy Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Antônio Mariz, Jutahy Magalhães, Beni Veras, Mauro Benvides, Francisco Rollemberg e Henrique Almeida, reúne-se a Comissão Senatorial Temporária "para elaborar um programa decenal de salvação do Nordeste". Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Darcy Ribeiro, declara instalada a Comissão e informa que procederá a eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho e Antônio Mariz para escrutinadores. Após a votação, o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho comunica que votaram sete Senhores Senadores e foi eleito por unanimidade o Senhor Senador Beni Veras para Presidente, ficando a eleição do Vice-Presidente marcada para a próxima reunião. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Beni Veras designa o Senhor Senador Darcy Ribeiro para relator. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da

Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá à publicação.

Secretaria Legislativa  
Subsecretaria de Comissões  
Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito

#### SENADO FEDERAL

**Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 777-SF, de 1993, "destinada a apurar irregularidades operacionais de armazenagem, transporte e comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e suas antecessoras Comissão de Financiamento da Produção – CFP, Cobal e Cibrazen, nos últimos 10 anos".**

Ata da 1ª Reunião (instalação) realizada em 10 de novembro de 1993

Aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Moisés Abrão, Jonas Pinheiro, Bello Parga, Pedro Teixeira, Carlos Patrocínio, Garibaldi Alves Filho e Ney Maranhão, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "apurar irregularidades operacionais de armazenagem, transporte e comercialização da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e suas antecessoras Comissão de Financiamento da Produção – CFP, Cobal e Cibrazen, nos últimos 10 anos". Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Ney Maranhão, declara instalada a Comissão, informando que a eleição do Presidente e Vice-Presidente será feita na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá à publicação.

Secretaria Legislativa  
Subsecretaria de Comissões  
Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito

#### SENADO FEDERAL

**Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 935, de 1991-SF "Destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País".**

Ata da 21ª Reunião realizada em 11 de novembro de 1993

Às onze horas dos dezessete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e três, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ronan Tito (Presidente), João Calmon, Esperidião Amin, Meira Filho e a Senadora Senadora Marluce Pinto, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar a situação atual da evasão fiscal no País". O Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão e convida o Senhor Senador João Calmon para ser relator ad hoc da reunião. Em seguida, o Senhor Presidente informa que a Comissão recebeu a comunicação oficial do Ministério da Fazenda no sentido de que finalmente obterá as informações criptografadas da FEBRABAN e outras informações bancárias. Usam da palavra os Senhores Senadores Esperidião Amin, João Calmon e Meira Filho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, agradecendo a presença dos Senhores Senadores, encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá à publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta Ata.

Anexo à Ata da 21ª Reunião de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País, realizada em 11-11-93 na sala 6, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

Íntegra de acompanhamento taquigráfico

#### COMISSÃO DE EVASÃO FISCAL

REUNIÃO – 11-11-93 – 11H

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Convido o Senador João Calmon para ser o Relator *ad hoc* desta reunião.

Havendo *quorum* para dar início aos nossos trabalhos, eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que recebemos, até que enfim, a comunicação oficial do Ministério da Fazenda, no sentido de que finalmente obteremos as informações criptografadas da Febraban e outras informações bancárias para que possamos então checar principalmente uma fonte de corrupção, que é o depositante fantasma – o CPF fantasma.

Quando o Senador João Calmon, na quinta-feira próxima passada, perguntou ao Sr. Ministro se tínhamos ao redor de um milhão de depósitos fantasmas, ele sorriu e chegou a dizer: "Um milhão? Temos muitas mais, trinta ou quarenta milhões de contas fantasmas!"

Agora, com esse sistema de contas fantasmas fechadas e que faz um *by pass* de uma conta, vamos dizer, correta para uma conta fantasma, como é que a sonegação poderá encurralar?

Muito bem! Então, convoquei esta reunião, que seria interna, para que examinássemos os documentos que nós, por determinação do Plenário, provocamos, pedimos. E temos um número bastante grande de informações aí. No entanto sugiro aos Srs. Senadores, porque o Ministro acabou se comprometendo em mandar mais dois assessores para ajudar o sempre presente, o sempre atuante assessor Dr. Corsatto, para que se dê a eles o trabalho inicial de explorar esses documentos e fazer um relatório dos mesmos, porque, sem nenhum exagero, já temos mais de cem documentos em mãos para examinar. E, após essa reunião entre assessoria, que espero que aconteça imediatamente, na próxima semana, já poderemos ter um relatório do que verdadeiramente acoelhemos de concreto a respeito das informações que pedimos.

Deixo a palavra livre para que alguns dos Srs. Senadores se manifeste.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Li no jornal essa notícia de um milhão de contas fantasmas. E todas as vezes que tem havido reunião ou arguição de Diretores do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos, tendo insistido em saber qual o processo que foi aberto. Parece-me que esta semana, hoje, ou na semana que vem, será apreciado o nome do novo Diretor de Fiscalização do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Dr. Edson Sabino, que é atualmente Delegado do Banco Central em Minas Gerais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Penso que poderíamos "concentrar bateria" nesta questão de contas fantasmas, até como forma de prestarmos uma contribuição, primeiro, para divulgação do trabalho da comissão; em segundo, para demonstrar que deve ter passado já um ano e meio que o Sr. PC Farias declarou, na CPI do PC, que existiam pelo menos quatro milhões de contas fantasmas.



Ele declarou isso. E que éramos todos hipócritas por não reconhecer isso.

Para não dar toda a razão ao PC Farias, acho que poderíamos instar a Comissão de Assuntos Econômicos a que o principal... o que se pode esperar do Diretor de Fiscalização do Banco Central? Qual é o seu principal trabalho? Fiscalizar os bancos. Se o Governo Federal abre mão da fiscalização, se o Banco Central o faz para coibir a evasão fiscal, então não é verdade que o Governo está preocupado em combater a sonegação, porque não há dúvida nenhuma de que o cartão de crédito cobre despesas. Isso constitui uma forma de ter uma moeda paralela não tributada na renda e não tributada, portanto, talvez até no consumo. Mas, pelo menos, na renda, não.

E, quanto à conta fantasma, está aí a CPI do Orçamento mostrando que continua operando normalmente. E esse número estapafúrdio – eu nunca tinha ouvido falar em trinta milhões – de um milhão de contas fantasmas já é um absurdo! Três ou quatro milhões de contas fantasmas, como dizia o PC Farias, já é um número elucidativo. Um País que tem quatro milhões de contas fantasmas não combate a sonegação e nem a evasão.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Concedo a palavra ao Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON – A iniciativa da revelação da existência de 30 ou 40 milhões de CPF não partiu de mim. Falei apenas de um milhão de contas fantasmas porque eu tinha ouvido referências. Foi o próprio Ministro quem tomou a iniciativa de fornecer esta informação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM – 30 milhões de CPF ou de contas fantasmas?

O SR. JOÃO CALMON – De CPF e de contas fantasmas. Mas, obviamente, se ele fez esta revelação é porque é importante. Se fosse irrelevante, ele não faria. Agora, obviamente, não houve registro nenhum em jornal, rádio ou televisão. Só hoje o *Correio Braziliense* trouxe a resposta. Tenho a impressão de que este episódio ainda é mais importante, porque eu o citei no meu aparte, esse exercício de autocritica que sugeri no Simpósio sobre Sonegação Fiscal, realizado pelo Sindifisco, em São Paulo. E, nesta base de autocritica em público, citei o caso do Concílio dos Cardeais, no Vaticano, o do Soviet Supremo, da União Soviética. Na União Soviética, a autocritica era feita diante de milhares de delegados e, no Vaticano, o Concílio dos Cardeais, pelo menos diante da totalidade dos cardeais.

Lá fiz uma outra pergunta, tudo foi gravado e lembrei-me desse aparte. É uma chance de ouro para mim. Não tenho repercussão, mas o Ministro tem. Perguntei se era verdade ou mentira, porque é praticamente impossível haver uma devassa fiscal nas contas dos supermagnatas deste País. Alguns que inclusive manipulam instrumentos, o poder, e humilham a bomba atômica ou a bomba de hidrogênio. E os auditores fiscais do Tesouro Nacional confirmaram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIM – Que é impossível?

O SR. JOÃO CALMON – Que é impossível. Há recomendação. Não é preciso nem citar nomes, não?

Então, fiz questão de fazer este histórico porque aí é que aumentou muito mais o meu interesse. Eu tinha feito um discurso sem a menor repercussão, porque sou um Senador de nível bem modesto, sem nenhum registro. Depois desta autocritica realizada em São Paulo, fui convidado para uma outra reunião. Na primeira vez, o meu companheiro de parlamento convidado foi o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Da segunda vez, foi em Belo Horizonte, na Faculdade de Direito, na Universidade de Minas Gerais.

O outro Parlamentar convidado foi o Deputado Roberto Freire. Então, são pessoas realmente acima de qualquer suspeita de má vontade.

Esse fato não teve a menor repercussão, quando, na realidade, deveria ter provocado um estrondo, capaz até de humilhar uma explosão de bomba atômica ou de bomba de hidrogênio.

Tenho a impressão de que, graças à iniciativa do nosso Presidente e graças à iniciativa do Senador Fernando Henrique Cardoso, estamos vivendo o início ou o prosseguimento de um dos processos mais importantes da história deste País. Quem viver verá!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Mas, nobre Senador, emendando as duas coisas, se temos 20, 30, 40 milhões de CPF fantasmas, para que esta CPF? Por nada? Por que fazer um CPF fantasma? Como é que se abre uma conta fantasma sem um CPF fantasma? É impossível! Primeiro, é preciso criar o CPF fantasma para, depois, termos a conta-corrente fantasma. Então, estão umbilicalmente comprometidos esses dois fantasmas!

De maneira que acho que é por aí que vamos começar a tentar desmanchar o nó górdio, porque, segundo todos os depoimentos e as comprovações dados, a tributação teórica do PIB e o que se arrecada, na verdade, para cada cruzado que se arrecada, há um cruzado de evasão. Ora, se estamos arrecadando em torno de 70 bilhões de dólares, a evasão é de 70 bilhões de dólares!

Mas, talvez, esse seja um escândalo muito pequeno, que não interesse à população brasileira, porque, na realidade, a grande corrupção do Orçamento começa muito antes do Orçamento. Por quê? O que dispunha o Orçamento para a distribuição de obras públicas, no ano passado, distribuição para as entidades? Nominalmente, 18 bilhões de dólares, que foram cortados pela metade por iniciativa do Ministro; chegaram a 9 bilhões de dólares e a inflação se encarrega de diminuir 35%. Quer dizer, a execução verdadeira desse Orçamento chegará em torno de 6 bilhões de dólares, se tanto.

Portanto, a corrupção que pode haver nesses 6 bilhões de dólares, comparada à grande corrupção institucionalizada, cultuada – estou dizendo cultuada porque o Presidente da Federação mais importante deste País disse: "Quem não sonega neste País é trouxa"! Mário Amato. Não aconteceu nada com ele; ele não foi preso. Aliás, ele foi tão eloquente e tão convincente que dois Senadores, depois disso, disseram: "Não, eu também sonego"!

O SR. JOÃO CALMON – Qual foi o Senador que fez essa declaração?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Na televisão, em público: "Quem não sonega neste País é trouxa"! E, mais tarde, comprovou-se que ele é um sonegador contumaz, comprando as famosas "firmas laranja", que tinham um débito, só com a Previdência e com o Erário, da ordem de 45 milhões de dólares. Comprou o ativo pelo passivo e não saldou os seus débitos. E isso foi denunciado pela Rede Globo, pelo ilustre Diretor da Federação das Indústrias, Dr. Walter Sacca.

A Televisão perguntou ao vendedor.

– Como é que o senhor vende uma firma?

– Eu vendi o ativo pelo passivo e esclareci a eles que devíamos 45 bilhões de dólares. Por isso eles assumiram o ativo e o passivo.

E a resposta do Dr. Walter Sacca, na televisão, foi simplesmente esta: "Se a gente deve, a gente vai pagar".

Quer dizer, é o cinismo total, é o deboche total, é o deboche público, confessado, e que passa despercebido da grande maioria. E a imprensa, por alguma razão – a minha inteligência não descobriu o porquê –, acha que isso não é importante e que o importante é pegarmos o João Alves. Não estou dizendo que não é importante

pegar o João Alves e seus asseclas; é importantíssimo, mas também essa conversa de que limparemos o Congresso Nacional e de que passaremos o Brasil a limpo é uma mentira descarada!

Bom, parece-me que todos os Srs. Senadores têm algumas obrigações pela frente, nós todos temos uma do plenário...

O SR. MEIRA FILHO – Eu só queria fazer uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup>

V. Ex<sup>a</sup> ainda há pouco, mencionou mais de três milhões de CPF fantasmas, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não, quem falou foi o Ministro da Fazenda, que deve ter em torno de 30 a 40 milhões de CPF fantasmas.

O SR. MEIRA FILHO – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – E ele está se baseando nesses dados porque existem registrados 80 milhões de CPF e apenas 7 milhões e 500 mil contribuintes de impostos inscritos. Não é que pagam não; inscritos.

Os números estão certos, Dr. Corsatto?

O SR. CORSATTO Estão certo?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Então, para que esses outros CPF?

O SR. MEIRA FILHO – Agora, pergunto: se a Receita sabe da existência disso, não sabe como combater?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não, a Receita, neste momento, está trabalhando de parceria com esta CPI, tanto que estamos recebendo 120 milhões de informações bancárias, em fita magnética, e essas fitas serão cruzadas nas centrais de computação de dados...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não, quem falou foi o Ministro da Fazenda, que deve haver em torno de 30 a 40 milhões de CPF fantasmas.

O SR. MEIRA FILHO – Quer dizer que a existência disso ratifica a opinião do Senador Esperidião Amin, no que diz respeito ao Banco Central fiscalizar essas coisas?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Mas é evidente! Se não matarmos o mal no nascedouro, em é que vai fiscalizar o banco? Eu? Esta CPI? Se existe o Banco Central, que tem a obrigação de fiscalizar e que tem um Diretor de Fiscalização, e se ele não fiscalizar, aí caímos naquele provérbio caipira lá no Rio Grande do Sul: "Ou nós tudo faz o que nós tem que fazer, ou nós não faz nada". Ou cada um de nós faz o que tem que fazer, "ou nós não faz nada". Certo?

O SR. JOÃO CALMON – Ocorreu-me uma idéia, em face da quase absoluta falta de divulgação dos trabalhos desta Comissão, que é, sem dúvida nenhuma, a mais importante. No Congresso, talvez seja a mais importante da história.

O SR. MEIRA FILHO – Senador, realmente é muito difícil, porque, no meu entendimento, a evasão fiscal é o lucro da corrupção.

O SR. JOÃO CALMON – Exatamente. Ocorreu-me, então, a idéia, dentro dessa linha de raciocínio: precisamos utilizar um instrumento precioso, o serviço de divulgação através da Voz do Brasil – está aqui um funcionário, atento –, embora não ocupando um espaço muito longo, obviamente. Mas é um instrumento que talvez não esteja sendo utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senador, outro dia me foi dada a oportunidade de falar na TVE, durante uma hora e quinze minutos. Só falei um assunto. Estou igual ao Bulhões, só tenho um assunto.

O SR. JOÃO CALMON – A audiência da Tve é pequena.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Mas é nacional, é cadeia nacional.

O SR. JOÃO CALMON – Mas em termos de cobertura nacional A Voz do Brasil supera...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – A TVE?

O SR. JOÃO CALMON – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Em tudo?

O SR. JOÃO CALMON – Mas sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois, então, vamos hoje provocar o pessoal de A Voz do Brasil, para que nós todos sejamos ouvidos.

O SR. MEIRA FILHO – Não tem nada igual.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Que cada um seja ouvido. Eu falo hoje, ou o Senador João Calmon; o Senador Esperidião Amin fala amanhã, o Senador Meira Filho fala depois de amanhã; depois eu falo, depois outro fala. Como fazíamos no tempo do regime forte, em que os tais "autênticos", porque éramos uma meia dúzia, nós combinávamos um assunto e ficávamos batendo todos os dias aquele assunto, e aquilo dava repercussão.

O SR. JOÃO CALMON – Dentro das limitações de espaço de A Voz do Brasil que cabe ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Perfeito. Acho que valeu a reunião, nobre Senador.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

#### SENADO FEDERAL

**Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 935, de 1991-SF, "destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País".**

Ata da 22ª Reunião Realizada em 24 de fevereiro de 1994.

Às onze horas dos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e quatro, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Ronan Tito (Presidente), Meira Filho (Vice-Presidente), João Calmon, Jutahy Magalhães (Relator), Lavoisier Maia, Esperidião Amin, Guilherme Palmeira, César Dias, Magno Bacelar e Senhora Senadora Mariluce Pinto, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Investigar a situação atual da Evasão Fiscal no País". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Ronan Tito, declara abertos os trabalhos da Comissão. Em seguida, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão a seguinte relação de convocação para prestar depoimento: Sr. Joelmir Beting, Editor de Economia da Rede Globo, Sr. Alcides Lopes Tápias, Presidente da Febraban, Sr. Aloísio Biondi, jornalista, Dr. Aristides Junqueira, Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Prudente, Juiz Federal, Dr. Edgar Lincoln de Proença Rosa, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr<sup>a</sup> Elvia Lordello Castello Branco, Presidente do Tribunal de Contas da União, e Dr. Osires de Azevedo Lopes Filho, Secretário da Receita Federal. Submetida à votação, a relação é aprovada por unanimidade pela Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores João Calmon, Jutahy Magalhães e Meira Filho. O Senhor Presidente concede ainda a palavra aos Senhores Assessores Olavo Nery Corsatto e Heraldo José Rosa e ao Coordenador da CPR do Prodasen, Dr. Evandro Amado Botelho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, agradecendo a presença de todos, encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada irá a publicação com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante desta ata.

Anexo à ata da 22ª Reunião de trabalho da Comissão parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação atual da Evasão Fiscal no País, realizada em 24-2-94 na sala 2, Ala Senador

Nilo Coselho, Anexo II, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Ronan Tito

Vice-Presidente: Senador Meira Filho

Relator: Senador Jutahy Magalhães

*Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico*

Senado Federal

Secretaria Legislativa

Subsecretaria de Taquigrafia

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE  
INQUÉRITO EVASÃO FISCAL  
REUNIÃO 24-02-94-11H

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Está aberta a reunião.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a situação atual da Evasão Fiscal.

Sabemos que já temos um relatório parcial, que tem sido muito elogiado, inclusive, pelo nosso Secretário da Receita Federal. E recebi, de Minas Gerais, agora, um pedido dos auditores fiscais, para levar cinco volumes. Vou levar, com muito agrado para eles.

Proporia, baseado no anseio do Senador João Calmon e Talvez de outros, planejamos agora um **aggiornamento** da nossa CPI. Na verdade, devo confessar aos senhores que venho pedindo a prorrogação da nossa CPI, com esperança de, na Revisão Constitucional, derrubarmos aquela questão dos dados, no art. 5º da Constituição, no seu inciso XII, quando fala que é vedado o fornecimento de dados e, a partir daquilo, os bancos de se negam a fornecer, para nós, as contas criptografadas. Não estou querendo contas abertas, não. Estou querendo as contas criptografadas. Porque recebemos, inclusive, um requerimento do Plenário, as contas dos maiores empresários brasileiros, mas se não tivermos como checar o relacionamento entre as empresas, porque todos esses grandes empresários, na verdade são proprietários de a cotas de empresas, que muitas vezes são **holding**, com capital não muito grande, que são proprietárias das ações tais e tais, e de baixo daquela **holding**, na verdade, há um império, sem alguns dados para checar – o Dr. Corsatto teve a oportunidade de observar – não temos como fazer o trabalho. Também acho que seria uma obrigação da Receita Federal, porque a ramificação disso seria muito grande. Saímos de uma **holding**, vamos para uma empresa, tem-se que fiscalizar a empresa, depois, as interligadas. Qualquer um desses grandes empresários deve ter ramificações, cada um deles de quinze, vinte empresas, no mínimo.

Há poucos dias, fiquei impressionadíssimo com o fato de que uma empresa brasileira tem, de forma regular, 230 CPF. regulares.

Senador Esperidião Amin, estou fazendo um breve histórico da nossa CPI, algumas coisas que estão acontecendo para, justamente, tentarmos, agora, dar uma arrancada na nossa CPI, até para sairmos para o relatório final. o art. 5º, inciso XII, a questão de dados, que foi colocada à época, e eu me lembro bem, com vistas a dados pessoais no SNI, na verdade, hoje acabou ficando contra o Estado, contra o sigilo bancário.

Muito bem, então, não vamos poder avançar mais. Peço ao Dr. Corsatto para me informar, e também ao Dr. Heraldo: o Banco do Brasil nos remeteu um rolo de fitas contendo todos os clientes criptografados do Banco do Brasil. Pedi ao Dr. Corsatto que procurasse a Drª Regina do Prodasen para entrarem em entendimentos, para ver como se podem trabalhar esses elementos. E eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. CORSATTO – Senador, estivemos conversando, não com a Drª Regina mas com o Dr. Evandro, a quem pedimos para comparecer daqui a pouco. Temos uma relação de todas as fitas que foram entregues, não só pelo Serpro como também pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, e ele fará uma análise sobre esse assunto.

Não sou um especialista, mas na conversa que tivemos com ele, tanto o Reinaldo quanto eu, realmente há uma necessidade de um grupo de trabalho para examinar – são muitas as informações.

Eu gostaria que o Dr. Heraldo também falasse sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Tem a palavra o Dr. Heraldo.

O SR. HERALDO – Eu trouxe uma amostra de uma pequeníssima parte dessas listagens do material, do Banco do Brasil, do Banco do Estado de Goiás, e assim por diante. – temos outras informações, Foram poucas as entidades que mandaram informações, mas o volume de informações, na forma do que foi solicitado, é imenso. Então, esse seria um trabalho que há muito tempo a Receita já não faz, não tem, de fato, esses dados, mas ela não tem condições e fiscais em número suficiente para fazer um levantamento de tudo isso – a quantidade é muito grande.

Acredito que, na CPI, o que se deveria fazer é um levantamento amostral, procurando selecionar, de alguma forma. Pegar – não sei quanto – um valor mais alto, de tal maneira que isso fosse limitado a dez, vinte mil, porque temos aqui alguns milhões de cadastros, de CPF, de CGC. É praticamente impossível fazer isso num prazo razoavelmente muito curtos. E nem seria a nossa função, também, porque seria o caso de se estar fiscalizando pela Receita. Não importa de quem é o CPF; há CPF marcados, até um aberto, alguns vem criptografados, outros não, vieram com o próprio CPF. Depende do banco que mandou, da entidade que mandou – podíamos identificar. Entretanto, entendo que o interesse nosso não é fazer essa identificação.

O que penso é o seguinte: levantar a informação de que há sonegação e de que a sonegação não está sendo aferida, nem pela Receita, que talvez não possa aferir porque faltam informações adicionais para ela. Como é o caso das informações bancárias.

Acredito que com essa amostragem poderíamos chegar a alguma coisa; mas para dizer isso, só após ter feito algum levantamento.

Recebemos isso; isso não dá para trabalhar – pelo menos foi o que ele nos transmitiu, o Evandro. Deveria transmitir aqui. É impossível, impraticável trabalhar com este volume de dados. Essa é expressão dele, não é minha.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – O Dr. Eduardo Jorge, que é assessor do Fernando Henrique Cardoso, falou-me à época que tinha como fazer um tratamento a isso daí, não ele mas que tinha um grupo a ele ligado – parece que aqui na própria Casa – e que seria capaz.

Então, eu pediria ao Dr. Corsatto para entrar em contato com o Dr. Eduardo Jorge, que Será Secretário do ministro se houver dificuldades, me fale, porque eu não tenho a menor dificuldade em falar com o Eduardo, sempre me atende muito bem – e dizer: temos algum material e gostaríamos de trabalhar. Qual é o "caminho das pedras"? Qual o critério a ser usado? É o da amostragem? O da amostragem também sabemos fazer. Há outro critério? Quais são essas pessoas que, verdadeiramente, se identifica, dentro do Prodasen, que poderiam nos auxiliar, neste trabalho? Está certo?

Dr. Corsatto, e aqueles outros elementos que vieram?

O SR. CORSATTO – Eu gostaria de fazer um breve relato sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Por favor.

O SR. CORSATTO – Senador, há realmente quatro grupos de informações aqui coletadas. Grupo de depoimentos, aqueles prestados por um empresário de bebidas, Luís Felipe Neto, do Rio Grande do Sul, de um outro grande empresário, Sr. Abílio dos Santos Diniz; um outro Deputado, Roberto Campos; um outro Deputado, Luís Roberto Ponte; um outro Deputado, Delfim Netto; outro do Ministro Antônio Britto e outro, ainda, do atual Secretário da Receita Federal, Osires de Azevedo Lopes Filho.

Esses foram de 1992 até 1993, fora aqueles oito primeiros depoimentos iniciais, que já estão no relatório.

Mas também há um outro grupo de informações fornecidas. Nesse grupo estão, por exemplo, o da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relação nominal das ações ajuizadas contra esses maiores devedores do Fisco e relação das 300 maiores dívidas inscritas na Procuradoria-Geral da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Vamos dar uma paradinha, apenas para discutir, porque gostaria de ouvir os Sr. Senadores.

Recebemos, e na época perguntei ao Procurador, quando S. Ex<sup>a</sup> nos remeteu esse relatório, se já poderia dar publicidade a isso. Disse-me que, evidentemente, como já foram ajuizadas as ações, isso é de domínio público.

Então, eu queria perguntar ao Senador Jutahy Magalhães, Relator, aos Senadores João Calmon, Meira Filho, Esperidião Amin, qual o tratamento que iremos dar a essa relação de devedores que tiveram as suas dívidas inscritas na dívida ativa.

O SR. CORSATTO – Ai são dois grupos da Procuradoria-Geral da Fazenda: uma relação nominal das ações ajuizadas e outra das maiores dívidas inscritas. São coisas diferentes. Uma seria ...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Parece-me que só poderemos dar publicidade às ajuizadas. Pelo menos foi a informação que recebi, de que o fato público, que não quebra sigilo, são as ações já ajuizadas. Essa é a informação que recebi, pode estar errada, mas a que recebi foi essa, de que as inscritas ainda não estariam em condições de serem tornadas públicas. Mas é preciso que se faça uma verificação da correção dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Vamos fazer essa checagem com o Procurador da Fazenda. Porque existe algum sentido em publicar as 300 maiores.

O SR. CORSATTO – Mas esses dados. Senador, são antigos. Talvez fosse importante que a CPI pedisse uma atualização desses dados.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – De quando são esses dados?

O SR. CORSATTO – Não tenho agora as datas precisas dos mesmos, mas são de 91 e 92, se não me engano. Mesmo porque, Senador, naquela época a Fazenda contava apenas com 163 Procuradores e já houve um concurso e temos mais 600 Procuradores admitidos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Hoje teremos facilidades nessas informações através do Edgar, penso que ele as fornecerá facilmente.

O SR. CORSATTO – Podemos ter, Exatamente, o Dr. Edgar poderá nos fornecer essas informações. Será necessário apenas que se peça através de um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senador João Calmon com a palavra.

O SR. JOÃO CALMON – Em várias oportunidades declarei que esta CPI é a mais importante do Congresso Nacional. Não sei, mas talvez seja a mais importante da história do congresso, pelo menos nas últimas décadas.

Recolhemos um material riquíssimo e fizemos um livrinho com cento e poucas páginas apenas. Deveríamos – salvo melhor

juízo – publicar o texto integral dos depoimentos. A CPI sobre o Orçamento consumiu toneladas e toneladas de papel. O futuro deste País vai depender da solução dos problemas de sonegação. O dinheiro para a saúde, para a educação, para habitação popular, está lá, nessa oceânica sonegação de impostos.

Sugeriria que a Presidência, que é do mais alto nível e do mais alto grau de eficiência, examinasse a possibilidade de aceitar esta minha sugestão e publicar esses depoimentos, que têm uma importância extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Publicar na íntegra?

O SR. JOÃO CALMON – Na íntegra. Sr. Presidente, é assim que se procede nesta Casa. Fui Presidente e Relator de CPI, inclusive sobre a crise da universidade brasileira. Nós publicamos um livro de cerca de 900 páginas. 'É um livro que foi inclusive solicitado pelo Banco Mundial, pela UNESCO, por essas entidades da área da educação.

Fica aqui essa sugestão, pois estou convencido de que se esta Comissão atingir as suas finalidades vamos dar um passo realmente muito significativo na solução dos problemas angustiosos que o Brasil enfrenta.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> entrar em contato com a gráfica e se a taquigrafia já está com todo o material pronto, penso que será fácil, inclusive, fazer separatas de cada depoimento. Então, vai se publicando, Volume 1, Volume 2, Volume 3 ...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Publicam-se as separatas e depois no relatório final...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – No relatório final faz-se uma publicação só, de vários volumes. Inclusive os antigos, pode-se fazer com os anteriores a publicação em separatas.

O SR. JOÃO CALMON – Diria que é ótima idéia, nobre Senador, daqui para diante. Mas esses depoimentos...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Falo para facilitar a leitura porque quando se faz um volume muito grande e o sujeito encosta. Então, se for menor, por exemplo, sobre o Roberto Campos, tem gente que vai se interessar em saber o que foi que o Roberto Campos disse. A proposta do Pontes, do Delfim Netto. Mas se forem colocados esses temas no meio de um volume grande, talvez passem despercebidos.

Sabemos que nós, brasileiros, não gostamos de ler. Então, a notícia sempre deve ser – V. Ex<sup>a</sup> é mestre nisso – a manchete uma informação rápida, para passar pela visão de quem lê.

O SR. JOÃO CALMON – Ainda sobre a universidade brasileira, a vergonha nossa, o Banco Mundial publicou um volume com mais de 480 ou 490 páginas sobre a da universidade brasileira – o mesmo tema – e foi recusado a mim ter a posse desse livro, que era: confidencial – reservado. Tive que dizer à diretora do Ensino Superior do MEC, D<sup>a</sup> Eunice, que mantém relações realmente muito afetuosas com o então ministro: lamento muito a senhora ignorar que o poder público tem três setores: Executivo, Legislativo e Judiciário. eu pertencço ao poder público, sou Senador e Relator., Ela não queria me dar uma cópia! E esse estudo do Banco Mundial é magnífico, porque não são apenas técnicos americanos os autores, também eles utilizaram técnicos brasileiros, professores, especialistas na área de terceiro grau.

Entendo que é tamanha a importância desta CPI que a idéia que humildemente sugiro para ser apreciada é de lançarmos um volume abrangendo todos esses primeiros depoimentos. E depois fazermos um esforço um pouquinho maior para continuarmos a coleta desses depoimentos, mesmo que estejam presentes apenas dois Senadores, um no exercício da Presidência e um no exercício da relatoria.

O SR. PRESIDENTE – (Ronan Tito) – Perfeito. Mas, nobre Senador João Calmon, parece que a sugestão do Senador Jutahy Magalhães não conflita com a de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. JOÃO CALMON – Daqui para diante.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Estou querendo enriquecer as sugestões. Nós podemos fazer uma separata de cada um de todos os depoimentos, mas isso não quer dizer que depois o relatório final não traga todos na íntegra todos os depoimentos.

Então, com as separatas, teremos um público que quer ler Roberto Campos – Vai ler Roberto Campos. E para aquele público que quer consultar o relatório final – que será uma tiragem muito menor, evidente – não faremos o relatório final, com todos dos depoimentos. Mas mãos vamos desprezar essa idéia das separatas, que acho extraordinária.

Eu mesmo gostaria de ter, por exemplo, a do Ponte, a do Delfim de a do Roberto. Gostaria muito de relê-las.

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não.

O SR. MEIRA FILHO – Ultimamente, tenho tido uma certa preocupação com relação a esta CPI.

Estou de pleno acordo com os Senadores que dizem ser esta não uma das mais importantes CPI do Congresso Nacional, porém a mais importante. Porque diz respeito a essa coisa que se chama evasão e que tanto prejudica o nosso País.

Então, tenho pensado que ou a Comissão está escondida ou estão escondendo a Comissão.

Sem sensacionalismo, vivendo uma realidade brasileira, acho que esta Comissão tem um serviço inestimável a prestar ao País.

RELATOR (Jutahy Magalhães) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

O SR. MEIRA FILHO – Pois não.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Dentro da linha de raciocínio para a qual V. Ex<sup>a</sup> quer chamar a atenção, não publicar a relação de todos os devedores, não importando se já está no Judiciário ou não. Mas nessa hora se faz um escândalo e todo mundo vai querer saber.

O SR. MEIRA FILHO – Mas tenho certo receio, Senador, de que transformemos esta Comissão em apenas um tribunal acusatório. Isso fica muito antipático para nós.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – É pouco sério.

O SR. MEIRA FILHO – É pouco sério. Penso que não exista comissão que possa provar mais do que esta. Ou seja, sonegou, não pagou, está lá no Ministério da Fazenda. Mas tem que se mostrar que realmente te não pagou; não deixar dúvida. Aí, tudo bem. Porque se ficarmos aqui somente acusando, forma-se um sensacionalismo em torno desta CPI e nunca chegaremos ao ponto que ela deva chegar. Aí ficam falando em pizza, que vai terminar em pizza. São homens de alta representatividade perante a Nação. São homens de alto conceito perante a Nação. Aqui, ninguém é mais criança. Então, vamos fazer uma coisa fundada na masculinidade, mesmo! Dentro dos princípios éticos e com provas incontestáveis, incontestáveis.

Penso que ela seja, sem dúvida, a mais importante Comissão do Senado da República.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – V. Ex<sup>a</sup> me permite? Apreendi na CPI do Orçamento várias lições. Em primeiro lugar, acredito que na CPI do orçamento afloraram os sentimentos verdadeiros de vários componentes da Comissão: aqueles que procuraram se utilizar da Comissão para se promover, aqueles que queriam apenas fazer "denuncismos", aqueles que queriam apurar os fatos sem preocupação de aparecer.

Falei que iria somente criar-se um escândalo. Na CPI do Orçamento eu fazia parte da Subcomissão de Bancos e seu Coordenador concedia duas entrevistas coletivas por dia.

Como se pode chamar os jornalistas e eles terem interesse de participar? E o Prodasen ficava lotado, era uma quantidade imensa de emissoras de televisão e jornalistas, microfones. Somente se forem dadas informações; senão, os jornalistas não irão. Mas informações sigilosas. Era só fazer vaziar informação para dar satisfação aos jornalistas. Isso diariamente era feito. Cansei de sair de reuniões onde havia cinco pessoas presentes, Deputados e Senadores, pessoas responsáveis, em que eu chegava e dizia: cuidado, porque essa informação é sigilosa; estamos tratando aqui de questões de bancos. Não quebramos sigilo bancário para conhecimento público; transferimos o sigilo bancário para nós. Então é preciso haver um compromisso. Ninguém vai dizer nada; ao sair daqui, ninguém vai informar os números, os cheques. Tudo bem. Quando eu saía no corredor, já havia jornalista perguntando: esses números estão corretos? Então, passo por jornalistas, mas ninguém olha para mim porque sabe que não do informações. E passou por centenas de jornalistas e eles nem me olham. Procuraram-me no início para ser um dos informantes, mas eu disse que não podia, que não daria informações.

Se quisermos trazer os jornais e a televisão para cá, basta começar a fazer vaziar notícias.

O SR. MEIRA FILHO – Há outra coisa que temos de perseguir por meio desta Comissão. Certa, há muito tempo, citei um caso da minha senhora, que era técnica de tributação e que infelizmente já faleceu. Ela era quem fazia a nossa declaração do Imposto de Renda: minha, dela e dos nossos filhos. Quando sentávamos para fazer a declaração do Imposto de Renda feitos, os meninos já ficavam com medo. Eles diziam: Com a mamãe tem de ser *ipsis literais*, tem de fazer uma declaração do Imposto de Renda ao pé da letra". Eu dizia: "E vocês querem fazer como?" Respondiam: "Certas coisas não podemos estar declarando; senão, e como fica?".

Quer dizer, estavam dentro da filosofia brasileira, da nossa cultura, como falam muito por aí. Minha senhora dizia: "Vocês vão ter de fazer a declaração como estou dizendo e como é para ser feita". Eles diziam: "Mas mamãe...". Ela respondia: "Não tem mamãe, não tem nada; aqui é para declarar tudo cerinho". Diziam: "E nós?". Ela respondia: "Não tem nada com nós. Pagar o imposto é de lei, é obrigação nossa; a única coisa que me preocupa é a aplicação desse dinheiro".

Acredito que esta Comissão, seguindo o exemplo da minha mulher, deve perseguir a aplicação desse dinheiro lá, verificar em que está sendo aplicado o dinheiro e mostrar ao povo que o dinheiro recolhido está sendo aplicado aqui, ali e acolá.

A Comissão pode perseguir esse caminho e vai prestar um bem enorme a tanta gente que Vacila na hora de fazer sua declaração de Imposto de Renda, porque tem medo de como será a aplicação desse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Senadores, eu estava querendo perseguir uma linha daqui para a frente. Conversei outro dia com o Senador João Calmon. Creio que podemos coordenar dois anseios: o de fazer o trabalho de pesquisa em cima dados que temos, mas enquanto isso está acontecendo podemos trazer pessoas que tenham conhecimento do assunto e que trazem repercussão também para os seus depoimentos. Entre eles, há o nome do economista e jornalista Joelson Beting. Eu queria submeter o nome dele. Se V. Ex<sup>a</sup> concordarem – é claro que preciso da maioria do Plenário –, depois vou procurar assinaturas. Nesse caso, eu iria requerer a presença do jornalista, porque convidei-o e ficou difícil

O SR. JOÃO CALMON – Quantas vezes?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Algumas vezes, mais de dez.

Não quis dizer para V. Ex<sup>a</sup> a verdade. Falei para V. Ex<sup>a</sup> que o convidei duas ou três vezes. Mas, na verdade, já tentei mais de dez vezes.

O SR. MEIRA FILHO – Muito bom. Ele tem muita credibilidade e, além disso, sabe dizer de maneira simples aquilo que o povo precisa entender.

SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Quero submeter o nome de Joelmir Beting. Para não haver a desculpa de que o tempo é muito escasso – uma semana entre o envio do requerimento e sua chegada lá – pensei em fazer o requerimento na quinta-feira, dia 10.

O SR. CORSATTO – Para mim não há problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Seria uma convocação.

O SR. JOÃO CALMON – No caso de haver alguma resistência, terá que vir até debaixo de vara.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – A lei fala ... até debaixo de vara.

Gostaria que falássemos de outros nomes. Vamos elaborar uma sequência, para que cada quinta-feira venha mais um.

Qual o outro nome que podemos sugerir?

O Presidente da Febraban.

O SR. JOÃO CALMON – (Fora do microfone.) – Há um jornalista econômico, que eu já havia sugerido antes, cujo nome é Aloysio Biondi. Esse jornalista tem uma massa de informações e conhecimento fabulosa.

Ele dirigiu, durante alguns anos, o *Jornal do Comércio* e depois o *Diário de Comércio e Indústria*, de São Paulo, e parece-me que também esteve por um período na *Gazeta Mercantil*.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Eu o conheço.

O SR. JOÃO CALMON – De modo que é uma pessoa que poderá dar uma contribuição da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Já temos alguns nomes bons, então.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Eu pediria que as reuniões não fossem somente às quintas-feiras. Poderíamos ouvir os dois na semana do dia 10, ou ouviríamos um deles na terça-feira da semana seguinte, porque na quarta-feira da outra semana, dia 16 de março, vou fazer uma pequena viagem.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Na terça-feira, temos a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Pode ser na quarta-feira?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Pode, embora haja reunião da Comissão de Justiça. Tenho de sair de Brasília, possivelmente, no dia 15, à noite.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Então, seria possível na quarta-feira?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Creio que dia 15 seja uma terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Na quinta-feira, dia 10, seria aconselhável virem dois desses depoentes?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Não, no mesmo dia não é possível. Poderíamos ouvir um, na quarta-feira, e outro, na quinta-feira, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Poderia ser um, no dia 9, e outro, no dia 10.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) Esses assuntos, normalmente um Senador não gosta de antecipar. Tenho uma viagem marcada para o exterior, para participar da Interparlamentar. Então

devo sair de Brasília no dia 15, devendo retornar, depois da Semana Santa, no dia 3 ou 4.

O SR. JOÃO CALMON – Não tem nada em relação ao dia?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Lá, é do dia 21 ao dia 26.

O SR. JOÃO CALMON – Tem certeza?

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE – (Ronan Tito) – Então, vamos ver aqui. Que tal um para o dia 9 e outro para o dia 10?

Dia 9 chamaríamos o Joelmir Beting, e dia 10 já anunciaríamos que viria o Presidente da Febraban.

O SR. JOÃO CALMON – Chamar para valer, convocar. É necessário explicar que é uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Convocar. Faremos tudo de acordo com a lei.

Então, no dia 9 e 10, marcaríamos esses dois.

O Aloysio Biondi deixaríamos para o dia 17?

Deixaremos um hiato para a vinda do Aloysio Biondi, porque já conversei demoradamente com ele e achei-o muito na retanca. Devemos levar em conta que havia sofrido uma intervenção cirúrgica do coração, colocou ponte de safena.

Depois de ouvir essas pessoas, se tivermos ainda uns 30 ou 40 dias de trabalho, estava pensando em chamar o Secretário-Geral da Receita, para encerrar.

O SR. CORSATTO – Sr. Presidente, já que estamos numa reunião de trabalho, se V. Ex<sup>a</sup> me permitisse?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Pois não, por favor.

O SR. CORSATTO – Eu gostaria de fazer um breve relato que vai ao encontro do que V. Ex<sup>a</sup> está pretendendo agora. Também farei algumas sugestões sobre convocações.

Temos informações do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento daquele tempo ainda. Luiz Fernando Gusmão Wellich compareceu aqui. Há autos de representação de ilícitos penais junto à Procuradoria-Geral da República. Ou seja, o Ministério da Economia mandou para a Procuradoria-Geral da República representação sobre ilícitos penais. Isso é importante, porque seria uma fórmula. Precisaríamos saber se houve as punições desse pessoal, ou seja, forçar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Nesse caso, nós convocaríamos o Dr. Aristides?

O SR. CORSATTO – O Dr. Aristides, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Está bem.

O SR. CORSATTO – O Dr. Aristides, porque é o Procurador da República.

Aliás, a Procuradoria-Geral da República também prestou informações sobre esses ilícitos que estão distribuídos pelas unidades da Federação, por todas as Procuradorias Regionais da República. Por isso, seria importante a convocação do Dr. Aristides.

Aqui nós temos informações trazidas pelo Senador Esperidião Amin: requerimentos referentes à CUT e a Orestes Quêrcia, e há uma nota técnica sobre requerimento de quebra do sigilo bancário de ambos. Parece que essa nota técnica é contra a quebra de sigilo bancário de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Isso aí nós teríamos que decidir com *quorum* no plenário. Eu o indeferi na época, e o Senador Esperidião Amin recorreu da decisão ao Plenário. Então, é preciso *quorum* no Plenário para decidir. Eu tenho medo de que nós desvirtuemos o objetivo da CPI, que em vez de ficarmos na análise de uma política nacional, passemos à caça às bruxas: pega o fulano, pega o fulano. E essa não é a função de uma CPI, no meu entendimento; essa é uma função do Fisco.

O SR. CORSATTO – Exatamente. Senador, há uma outra denúncia do Deputado Paulo Ramos. S. Ex<sup>a</sup> enviou à CPI um do-

cumento referente as contas bancárias de três doleiros brasileiros, informações tornadas públicas em decorrência da falência do Central National Bank de New York. Com relação a esses três doleiros, seria interessante que mandássemos esse documento para a Receita impetrar uma ação fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Já o remeti.

O SR. – O Senhor já o remeteu?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Já remeti à época que S. Ex<sup>a</sup> me trouxe, porque conclui que era uma questão que para a CPI ficaria muito difícil, porque envolve contas no exterior, remessa de dívidas etc. Remeti-o, na mesma época, à Receita Federal. Nós podemos, talvez, reiterar essa informação à Receita e perguntar se foi tomada alguma medida contra eles.

O SR. CORSATTO – Fazer uma cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Fazer uma cobrança, sem referir que nós remetemos. Poderia ser assim: temos a denúncia aqui reiterada sobre esses doleiros assim, assim, assim, e gostaríamos de saber se a Receita já tomou alguma medida.

O SR. CORSATTO – Senador, existe também uma outra denúncia aqui, da CEBRACON – Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional. É um documento sobre sonegação fiscal de 30 milhões de dólares da esso Brasileira de Petróleo; talvez V. Ex<sup>a</sup> tenha remetido também.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não, essa eu não mandei. Essa talvez nós tenhamos que remeter à Receita Federal, dizendo que temos essa denúncia aqui, porque não temos como verificar. Trazer o pessoal da esso aqui, ou trazer quem denunciou aqui? Só fariamos palco, porque não vamos ter como ir lá para fiscalizar, para verificar se isso é verdade. Agora, remeter para a Receita, sim.

O SR. MEIRA FILHO – E com relação à questão do Senador Esperidião Amin sobre a CUT?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – A questão da CUT e do ex-Governador Orestes Quércia, que é a quebra de sigilo bancário etc. Acho que com relação à CUT ficou superado, por causa da instalação da CPI da CUT; o Presidente já disse que ela será instalada. Então, pelas mesmas razões que neguei com relação à CUT, neguei também com relação ao Quércia, para não cair nos casos específicos e particulares e desvirtuar o objetivo da CPI; porque o objetivo da CPI, no meu entendimento, é bem maior. Se sairmos catando, pegando fulano ou sicrano, vamos nos transformar em uma delegacia de polícia, em filial da Receita Federal, desviando-nos do verdadeiro objetivo dela, que é descobrir como, quanto, por que se sonega tanto, e mostrar também que o Tesouro precisa desse dinheiro. E dar elementos ao próprio Ministério da Fazenda para buscar esse dinheiro.

Vamos reencaminhar o dos doleiros e encaminhar o da esso para eles, com ofício assinado etc.

O SR. CORSATTO – Senador, dentre os pedidos que foram feitos pela CPI, a Losango, uma compainha de crédito, me mandou uma relação das aplicações em valor superior a 10 mil dólares, no exercício de 1988 e 1992; uma relação nominal, pelos CPF, está conosco. Fora aquelas outras relações pedidas, que solicitamos, por meio magnético, que têm que ser examinadas. Aliás, sobre esse assunto, de análise dessas informações fornecidas por meio magnético, o Dr. Evandro Mauat Botelho, Coordenador da CPR do Prodasen, tem uma opinião a respeito. Penso que seria interessante a sua presença aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Então, vamos continuar a nossa reunião, até que venha o Dr. Evandro, para que possamos verificar com ele o tratamento que daremos a essas informações eletrônicas. Volto a sugerir um contato de V. S<sup>a</sup> com o Dr. Eduardo Jorge, porque, à época, era relator dessa CPI o Se-

nador Fernando Henrique Cardoso, cujo assessor, o Dr. Eduardo Jorge, havia sugerido essas informações, porque ele teria como checá-las. Queremos saber dele, se é pelo sistema de amostragem, tudo bem, ou se ele tem outro sistema.

O SR. CORSATTO – Senador, dentre as sugestões que poderemos apresentar, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, sobre as convocações, sugeriria que convocássemos o Chefe do Poder Judiciário, tendo em vista a demora nas execuções fiscais. Muitas daquelas ações, execuções fiscais que foram solicitadas estão demorando, o Poder Judiciário não decide, há uma morosidade muito grande. Poderíamos verificar a razão dessa demora.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Convocaríamos quem?

O SR. CORSATTO – O Chefe do Poder Judiciário. Por exemplo, na Justiça Federal, convocaríamos o seu presidente. Começaríamos na Justiça de primeira instância, depois na de segunda instância.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Mas a Justiça Comum ou a Justiça Federal?

O SR. CORSATTO – A Justiça Federal.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Poderíamos conversar, não sei se convocar, mas fazer um acerto.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Podemos deslocar três, quatro Senadores para irem lá.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – A idéia é correta, porque eles poderão nos dar informações, e nós poderemos também dizer muita coisa.

O SR. MEIRA FILHO – Aliás, quero lembrar que em uma certa ocasião o Secretário da Receita Federal falou sobre essa dificuldade que há no Ministério da Fazenda, porque quando chega no Ministério Público empaca, não vai para frente nem para trás.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Parece que o Ministério Público ainda coloca para frente e rápido, o problema maior está na Justiça mesmo; é na Justiça que entrava.

O SR. CORSATTO – Como sou lá da UDF, conversando sobre o assunto com o Juiz Federal, Dr. Antônio Prudente, S. Ex<sup>a</sup> se prontificou a também comparecer aqui desde que fosse convocado para tal.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Isso é ótimo, quando a pessoa se oferece não cria constrangimento algum, o meu medo é criar constrangimento. Qual é o nome dele?

O SR. CORSATTO – Dr. Antônio Prudente, Juiz Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Sede em Brasília?

O SR. CORSATTO – Sim, não sei qual é a vara em que S. Ex<sup>a</sup> atua. Seria preciso falar com o chefe da Justiça Federal de Brasília para designá-lo. Seria, talvez, interessante, não sei se seria possível, convocar também o Procurador da Fazenda Nacional, que veio aqui, naquele tempo, o Dr. Tércio. Hoje, as Procuradorias da Fazenda têm seiscentos procuradores a mais.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – O senhor se lembra do nome dele?

O SR. CORSATTO – De quem, do atual?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Sim.

O SR. CORSATTO – Dr. Edgar Lincoln de Proença Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – O Dr. Edgar Rosa foi chefe da nossa assessoria aqui, e um dos melhores trabalhos sobre CPI que conheço em toda minha vida é assinado por S. Ex<sup>a</sup>.

O SR. CORSATTO – Seria interessante a presença de S. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – S. Ex<sup>a</sup> é extraordinário, jeitoso, muito competente.

Acho que vamos ter que suspender a reunião.



O SR. CORSATTO – Quero sugerir o nome do Presidente do TCU também, para ver o que S. Ex<sup>a</sup> faz em matéria de controle da receita, porque este tribunal precisa controlar a receita.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Este nós podemos convocar, não há problema algum.

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, vou me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Então, vamos fazer duas reuniões por semana, para darmos uma agilizada.

Agora, vamos ter que correr lá para votar. V. Ex<sup>a</sup> também, nobre Senador, tem que ir lá, agora, para votar.

O SR. MEIRA FILHO – Vou para lá com V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Está bem, vamos juntos.

Quero pedir um favor: tão logo chegue o Dr. Evandro, que os senhores compareçam ao meu gabinete para conversar.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h48min.)*

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – É preciso que se faça um contato com o Dr. Eduardo Jorge para ver se ele tem por amostragem um critério no computador ou quais as idéias que ele tem.

Pergunto ao Dr. Evandro, diante dessas informações todas, o objetivo desta CPI é apurar a evasão fiscal não tanto quem, mas principalmente como, para podermos orientar uma política para conter os abusos. Então, com essas informações que nos foram fornecidas, como, por exemplo, que vamos chegar às contas fantasmas, a duplicidade de CPF. Qual a idéia que V. S<sup>a</sup> tem para nos dar?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Nobre Senador, o Prodasen se envolveu, nos primórdios desta CPI, de uma forma reativa, porque reativa não no sentido de negar, mas montou-se uma equipe comandada pelo Dr. Eduardo Jorge, composta por cérebros do Banco Central, da Receita Federal, do Tribunal de Contas da União, do Banco do Brasil, da Assessoria do Senado Federal, do Unafisco, Sindifisco. Em suma, pessoas com vivência na área a quem se supunha o que teria definir por orientação da Presidência e da Relatoria não só diretriz, mas a parte operacional, o que é que queremos apurar.

Participei de algumas das reuniões técnicas, nesse início, e entre as várias fontes de evasão mencionamos tais impostos: IPI, ICMS, na Previdência, Fundo de Garantia etc., decidiu-se começar pela parte de Imposto de Renda da Pessoa Física. Então, solicitou-se à Receita Federal, ao Serpro, o fornecimento de alguns cadastros com informações mais ou menos simplificadas sobre as contribuições de pessoas físicas ao Imposto de Renda nos cinco anos imediatamente anteriores. E como resultado disso, o Serpro, depois de um longo trabalho, encaminhou ao Prodasen o seguinte acervo: o cadastro de CPF, com trinta e um rolos de fita magnética. Não sei quantos têm, se são quarenta, cinquenta, setenta, oitenta milhões de registros. São CPF novos. Era o acervo disponível do Serpro à época em que encaminharam essa informação ao Prodasen. Tem mais de ano. O Serpro encaminhou também em meio magnético, fitas magnéticas, extratos das declarações de rendimentos das pessoas físicas nos períodos de 1988, 1989, 1990 e 1991. Isso é o que temos lá.

Não trouxe aqui, saí correndo da reunião, então não trouxe o detalhamento do que contém essa fita do Imposto de Renda. Mas basicamente é o seguinte: para cada contribuinte teria, lá, renda bruta, renda líquida, deduções, compromissos A, B, C, D, E; deduções A, B, C, D, E, F, variação patrimonial. Em suma, algo simplificado. O que se pensava em apurar à época.

Concomitantemente, deflagrou-se para as instituições financeiras, de créditos, pedidos, por exemplo, aos bancos. Movimenta-

ção nas várias modalidades dos correntistas daquela instituição. Então, tanto de poupança quanto de conta-corrente, quanto de CDB, RDB, fundos etc. À Bolsa de Valores, à Bolsa Mercantil e de Futuros, às instituições que negociam ouro. O que efetivamente foi solicitado não acompanhamos de perto, aguardamos o retorno das instituições. E pelo que vi, quer dizer, por esse acervo que foi parar no Prodasen e mais o acervo que está de posse da Secretaria da Comissão que o Dr. Corsatto levou ao Prodasen, ontem, para nós. É assim, é muito pouco em relação...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Ao que foi pedido.

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Ao que foi pedido. Enfim, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Os bancos se negam peremptoriamente, escudados no art. 5º da Constituição, no seu inciso XII, sigilo de dados e que, portanto, não podem fornecer, sob pena de estarem desprotegendo o cliente. Portanto, não entregam.

Entregou ao Banco do Brasil, mas se reduz aí e pronto.

Quando falei isso no plenário, o líder do Governo, Senador Pedro Simon, disse: "Mas isso é brincadeira".

Agora, foi o Tesouro Nacional que entrou em juízo e eles não entregaram, e o pior é que o Supremo deu guarida, não pode entregar. E aí?

Quer dizer, qualquer funcionário do Banco do Brasil pode quebrar o sigilo de um Parlamentar.

"José Lourenço recebeu 80 mil dólares de Portugal", "Ronan Tito é inadimplente com o Banco do Brasil" – e o pior é que não sou. Podia ser, o que é que tem: você negociar com o Banco do Brasil, estou inadimplente, vamos renegociar, isso é normal em relações de banco. Mas não sou, pode.

O que queremos não é quebrar o sigilo para o público, mas para a CPI. Entretanto, o Supremo, Tribunal Federal não nos dá guarida.

Consultei este tribunal, porque não sou louco de entrar com uma peça para, depois, o Supremo dizer: "Não, não vou conceder".

Fui, então, informado por aquele Tribunal: "Não adianta V. Ex<sup>a</sup> requerer estes dados, porque não vamos dar", por causa da palavra "dados" no inciso XII do art. 5º

Agora, a Receita Federal negou em relação ao IPMF.

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Bom, Senador, então, o que temos é isso: extratos das declarações de renda de pessoas físicas no período de 1988 a 1991 e o cadastro de CGC e CPF disponível à época.

Esse constitui o grosso das informações picadinhas.

Esse movimento que o Banco do Brasil nos mandou, no ofício diz que são de dois anos. Agora, não se sabe em detalhes, se é o total acumulado, se é o saldo em 31 de dezembro, o que é aquele dado que está lá. Quer dizer, se formos processar isso, ainda temos que obter informações complementares para a perfeita compreensão das informações que foram encaminhadas à CPI.

Também nos foi enviada uma fita do crédito real, de investidores em aplicações financeiras; o BNB nos mandou três arquivos de clientes com compra e remessa de moedas estrangeiras.

Até fizemos, à época, por solicitação de uma das assessoras alocadas à CPI, um estudo em cima desses investidores com aplicações, os clientes com compra e remessa de moedas estrangeiras.

Deu um trabalho danado, tivemos que ir ao Banco Central para que ele explicasse, corrigisse informações que estavam fora de padrão e quando concluímos o trabalho não tínhamos a quem entregar, porque a assessora solicitou, a essa altura já tinha retornado ao seu órgão de origem, não ia voltar mais, o resto da estrutura de suporte tinha sido desfeita, só tinha, então, só o Dr. Corsatto, cavaleiro solitário, dando suporte às atividades técnicas da CPI, ao que sabemos. E ficou assim, perdeu-se no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Sim, mas vamos objetivar.

Nós temos, aí, por exemplo, essas informações dos CPF, não é?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Também o caso de a moça ter retornado, vamos passar isso para o Dr. Corsatto, e vamos começar a questionar e ver quais as informações que nos dão.

Como é que podemos trabalhar essas informações dos CPF? Para decodificar, por exemplo?

Há possibilidade de checarmos o que é legítimo e o que não é legítimo, porque um dia o Senador João Calmon afirmou para o Ministro Fernando Henrique que tínhamos mais de um milhão de CPF falsos, ou fantasmas.

Na estimativa da Receita tem mais de 10 milhões, e como nós vamos chegar a esses 10 milhões, ou 1 milhão, ou 500 mil? Como é que vamos saber os que são verdadeiros e os que são falsos?

Porque sem o CPF não abre um conta bancária, sem a conta bancária, principalmente a fantasma, fica difícil de fazer movimentação, principalmente de grandes somas. Pequenas somas não têm problema algum.

Como é que nós poderíamos trabalhar isso?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Dentro do que temos, Senador, é impossível saber o que é falso do que não é, porque para estar nesse arquivo, controlado pelo próprio Serpro, é preciso que os dígitos de controle, quer dizer, o número do CPF como número seja válido e isso ele é, quer dizer, os dígitos de controle foram calculados adequadamente e incluídos nos arquivos do Serpro.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – O que é legítimo? São os dígitos? Eles foram datilografados corretamente. O Deputado Francisco Dornelles, por exemplo, pegou um nome hipotético e...

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – E tirou carteira de identidade e CPF.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Tirou tudo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Eu levei minha senhora para tirar um cargão e fiquei apavorado. Isso porque fui à agência e perguntei o seguinte: o que é preciso? Responderam-me que era só dizer o nome e o endereço para se obter o cartão. Isso não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Como vamos saber o que é quente e o que é frio; ou seja, qual o CPF que é verdadeiramente válido. Isso porque o CPF fantasma tem razão de ser, isto é, deve ter o objetivo de dar guarida a uma conta fantasma. E a conta fantasma existe para quê? Para se sair verdadeiramente daquela contabilidade ortodoxa.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – No que diz respeito a essa relação de milhões de dados – número do CPF e nome da pessoa – poderia haver a possibilidade de se saber pelo menos quais são as pessoas que têm mais de um CPF? Isso é fácil de se fazer?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Senador, provavelmente deve haver alguma coisa, algum dado para desempatar. Isso porque "Antonio Ribeiro da Silva", por exemplo, deve haver uma infinidade...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Sim, existe a paternidade, Para início de conversa, poder-se-ia saber, com facilidade, através do cruzamento de dados dessas fitas, quais são as pessoas que têm mais de um CPF?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Eu não vou dizer-lhe que isso é inviável, mas se fosse fácil, o próprio Serpro já o

teria feito. A forma de se verificar essas duplicidades seria colocar tudo em ordem alfabética. Por exemplo, o nome "Antonio Ribeiro da Silva", com a mesma data de nascimento e filiação, existem três ou quatro. Trata-se de uma duplicidade de CPF, provavelmente de CPF falsos. A dificuldade é tão grande que o nosso computador, apesar de todos os recursos de que dispõe, apesar de toda a sua capacidade de armazenamento, talvez não consiga ordenar esses 80 milhões de CPF.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Esses 80 milhões representam números acima de que valor? Existe um valor estabelecido?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Não, trata-se só do cadastro do CPF.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Para todos?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Para todos os CPF existentes à época em que o Serpro mandou...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Não há nenhuma relação com o valor do Imposto de Renda?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Isso diz respeito a outro arquivo. Há outro arquivo encaminhado pelo SERPRO, que diz respeito única e exclusivamente às informações do Imposto de Renda. Trata-se de um arquivo menor.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – A imprensa publicou matéria informando que a Receita Federal descobriu não sei quantas mil empresas fantasmas. Valeria apenas procurarmos saber quais são essas empresas e através da força da CPI, através da quebra de sigilo bancário das mesmas, tentar fazer um levantamento sobre isso?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Então, podemos pedir a quebra do sigilo bancário dessas empresas. Nós temos poderes para isso.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – O que V. S<sup>a</sup> acha disso?

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Eu não sou um expert nisso.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – A CPI hoje pode pedir a quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Se há o indício penal...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – A Receita Federal descobriu que são empresas fantasmas, que não existem.

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que seria interessante para a CPI requisitar.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Seria interessante para a CPI conhecer um dos pontos de evasão fiscal a fim de poder comprovar alguma coisa. Por exemplo, comprovar se a Receita está tendo dificuldades de obter informações em virtude disso ou daquilo. Sigilo bancário é uma coisa difícil de se quebrar. Na realidade, apesar de se poder pedir isso ao Judiciário, tem sido sempre difícil quebrá-lo. Nós, por intermédio da CPI, poderemos, talvez, com mais facilidade, quebrar o sigilo bancário, porque é um indício criminal, comprovando a existência da empresa fantasma pela Receita. Então, poderá ou não. Poderia ser feito, em segundo, se interessa fazer para os trabalhos da CPI.

Pelo que estou vendo nesses milhões de informações da CPI pouca coisa poderemos atender. Se não há condição de saber pelo CPF poderemos ver pelo Imposto de Renda e não sei onde poderemos chegar com essas informações. É preciso ver se vale para a CPI essa quantidade de informações que temos, se tem validade para comprovarmos alguma coisa, se existe a possibilidade de mostrarmos onde está o erro, o que é preciso ser feito para co-

brir esses buracos. Se há possibilidade, tudo bem, vamos fazer com mais rapidez porque o tempo está passando e tanto o Presidente quanto eu estamos esperando dar um fim a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Dr. Evandro, recebemos o material, pouco em relação ao todo, mas de *per si* volumoso. Qual o proveito que podemos tirar deste material fornecido que nos introduza, que nos leve à conclusão de que há e onde há evasão fiscal, onde temos contas fantasmas, porque a relação pura e simples do CPF com o nome de Antônio José da Silva Sobrinho, filho de fulano, com endereço determinado, tudo pode ser inventado. Francisco Dornelles provou isso para o Brasil, aliás ele arranjou sobrenomes famosos como Farias, dois sobrenomes capiciosos e arrancou na hora o CPF, abriu a conta fantasma e foi embora. Qual a possibilidade de fazer contas fantasmas desse tipo...

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Deixe-me explicar o que entendo, apesar de não ser *expert* no assunto. Esse cadastro de CPF que recebemos é real, as carteiras daquelas pessoas foram emitidas, agora se as pessoas existem ou não, não sabemos e não temos condições de saber pela análise deste cadastro. Este cadastro tem oitenta milhões de CPFs emitidos, inclusive de pessoas que já morreram, pessoas que não são contribuintes, mas que tiraram o CPF porque é um documento como a Carteira de Identidade exigida hoje em dia e não se precisa trabalhar para tê-lo e pessoas que não existem.

Agora, essas que estão no cadastro que o SERPRO nos mandou e que efetivamente não existem não temos condições de identificar, nem o SERPRO e nem a Receita, tanto que, para identificar se eles existem ou não o que eles estão propondo é um outor recadastramento.

Com relação aos outros podemos pensar em apurar contas fantasmas. Como nasce o CPF fantasma? Chego no banco, para abrir a conta e digo que o meu CPF é o número tal e não preciso nem mostrá-lo às vezes. Se estou com intenção de falsificar já faço as contas e deduzo o dígito verificador do CPF para fazer com que bata, caso alguém faça uma checagem, digo que o meu CPF é aquele, posso até dar o meu nome real e me cadastro como correntista ou como aplicador, em qualquer instituição financeira.

Então, é o número do CPF válido como número, quer dizer, a fórmula de cálculo dele está correta. Se bato essa conta contra o cadastro de CPF da Receita Federal e não encontro registro correspondente na Receita Federal, então, aí, posso supor que essa seja uma conta fantasma. Nós temos condições de apurar, por exemplo, essas contas que recebemos do registro Banco do Brasil, bater com os CPFs das contas desse banco contra os CPFs do cadastro certo e fazer uma listagem daqueles correntistas cujo CPF não consta do cadastro da Receita Federal, já seriam candidatos em potencial a serem contas fantasmas. O que traria isso de informação para a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Não sei. Nós, de vez em quando, trombamos, com uma conta fantasma, apenas não estou vendo como, apesar de termos algumas informações que pedimos, que são inúmeras, podemos identificar alguma conta fantasma. Posso checar CPF tal, vou na relação e existe o CPF. A conta está funcionando normalmente. E não existe, o cara não existe e aí? Ele inventou o nome do pai, da mãe, inventou endereço, tudo. E a conta corrente existe, como vou checar que ela é fantasma? Por isso que gostaria que os senhores tivessem uma conversa com Eduardo Jorge, que foi, na época, não tenho como verificar sim, é um negócio até simples, etc. Ele não disse que era ele que tinha.

O SR. EVANDRO MAUAT BOTELHO – Nobre Senador, acho que o Eduardo Jorge, era um simples coordenador de uma massa de inteligência que se formou e que era cada um especialis-

ta no seu ramo de atividade. Coisas que não somos. Nós dois aqui somos via de processamento, se tiver alguém aqui para detectar a sonegação em cima do Imposto de Renda, o que precisamos fazer é isso, isso, isso... Nós temos todas as condições de programar etc. Agora, não sabemos nada de Imposto de Renda. Era o que estava dizendo para o Dr. Corsatto, se formos nos meter a apurar sonegação em cima de nomes, pessoas que sonegaram Imposto de Renda de pessoa física, a Receita Federal, que tem uma estrutura 50 vezes maior do que a nossa, especialista, vive para isso, não consegue pegar, dificilmente, nós conseguiremos.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Concedo a palavra ao Dr. Corsatto.

O SR. CORSATTO – Nobre Senador, sempre tenho me indagado à propósito de uma metodologia de trabalho. Como é que iríamos, digamos, analisar essa massa enorme de informações? Nós aqui, no Senado, somos poucos e não temos a experiência que tem, por exemplo, a Secretaria da Receita Federal. É acho que a CPI tem poder, mas ela não tem meios de analisar isso sozinha. Acho que, neste caso, para analisar estas informações é preciso requisitarmos os serviços da Secretaria da Receita Federal, porque a CPI pode até quebrar o sigilo bancário. Há pouco o Senador Jutahy Magalhães queria saber como é que seria útil para termos uma relação dos CPF falsos, fantasmas, realmente não vejo utilidade alguma nós termos a relação desses CPF dos fantasmas. Só vejo utilidade se esses dados forem trabalhados de maneira científica, técnica e que nos conduza a resultados. Bom, temos essa massa de informações, porque vamos ficar, não temos condições de fazer isso, aqui com alguns gatos pingados, pegamos essa equipe com 3, 4, 5, 6 ou 10 pessoas para trabalhar em cima disso. Se uma informação desse porte a própria Secretaria da Receita tem dificuldade em analisar, então, como é que nós poderíamos fazer essa análise? Uma sugestão inicial que hoje estivemos debatendo. Pediria logo em seguida ao Dr. Heraldo que ele dissesse qual é o caminho na opinião dele.

Na minha opinião, além deste, pode haver um outro caminho, qual seja, passar essas informações todas, esses cartuchos, esses discos de processamentos para a Secretaria da Receita Federal, mediante um prévio entendimento com o Secretário Osires Lopes Filho para que S. Ex<sup>a</sup> organize, naquela Secretaria, uma equipe auxiliar que trabalhe lá com todos os dados que possuem e com o pessoal da fiscalização, da arrecadação, da tributação, pois sei que têm condições de fazer uma análise.

O grupo de trabalho trabalhará por um mês e fornecerá resultados. A Secretaria da Receita Federal fará isso se for determinado pela CPI. A CPI tem poder de determinar que a Secretaria faça isto. Ela nos dá as coisas mastigadas, já analisadas. Com base nisso, a CPI fará as propostas de trabalho e o seu relatório, inclusive depois de chegar a conclusões fará propostas de trabalho, porque já temos muitas coisas.

Há em nosso espírito muita coisa a respeito do que se poderá fazer em matéria legislativa e em matéria do controle do próprio Poder Legislativo em relação a tudo isto. Na realidade, uma das funções básicas do Poder Legislativo é a de controle, juntamente com a função legislativa.

O SR. MEIRA FILHO – Uma breve interrupção. Lembrou-me que uma vez o Secretário da Receita veio aqui e falou, por várias vezes, que infelizmente a máquina arrecadadora é deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – A máquina arrecadadora, sim, mas...

O SR. MEIRA FILHO – Porque até apelou para que o Congresso ajudasse o Ministério da Fazenda no sentido de melhorar e aprimorar essa máquina.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Acho que o Dr. Corsatto está apontando um caminho que seria o do nosso entendimento com o pessoal da Receita...

O SR. CORSATTO – Exato, Senador, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Marcaríamos um horário e discutiríamos.

O SR. CORSATTO – Para sentarmos, discutirmos isto e montarmos uma equipe. Porque se formos lá e pedirmos humildemente, às vezes cordialmente, como temos feito... V. Ex.<sup>a</sup> tem mandado ofícios ao Dr. Osiris para que ele nos encaminhe alguns auxiliares e o Dr. Osiris não nos encaminha estes auxiliares. Entretanto, ele não deixa de encaminhar por má vontade, mas porque não quer dispor, embora tenha recebido 1.500 novos fiscais e outros tantos vão entrar agora.

Ele acha que é um desperdício mandar 1, 2 ou 3 fiscais para que trabalhem nesta CPI. Na realidade o que vamos fazer? Vamos pegar estas informações e fazer um outro relatório como este daqui. Mas há uma riqueza enorme de informações que a CPI pode solicitar que eles produzam para nós, porque a CPI tem este poder de solicitar. Então, mandamos estas informações e eles é que trabalhem junto com o SERPRO, o SIAFI e o PRODASEN e produzam os resultados. Fazemos as perguntas e eles têm que responder.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Então, vamos objetivar a proposta. Por favor, faça um relatório dos elementos que temos.

O SR. CORSATTO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – E marcamos, para a próxima semana, a audiência com o Dr. Osiris. Vamos conversar com ele, mas de antemão já podemos dizer o que vamos fazer para que se prepare para nos receber.

Podemos dizer que temos isto e aquilo. Entretanto, antes disto, fale com o Deputado Eduardo Jorge, por favor, para ver se ele tem alguma coisa.

Dr. Eraldo, o que V. S.<sup>a</sup> está achando de tudo isso? Nós temos uma porção de coisas na mão e não temos nada.

O SR. ERALDO – Quero dizer que o que disse, propôs, se for aceito, quebra a minha proposta... A minha proposta era de termos um (inaudível). Então, passo à informação para o Evandro de que é praticamente impossível lidar com o conjunto dos dados, e estão me faltando informações desde que entrei recentemente nesta CPI. Quanto ao estado do Acre foi a primeira vez que fiz contato e obtive a informação hoje. Então, em face dessa informação, se nós quisermos trabalhar, eu sugeriria que se fizesse por amostragem. A minha idéia da amostragem seria o quê? Seria pegar esses dados, que já são uma pequena parte do conjunto de dados, que pega alguns bancos – cinco ou seis entidades bancárias que mandaram informação. Mas pegaria esses dados não para o universo que tem lá, porque os valores estão acima de um certo tanto. Não sei se são os mesmos 10 mil dólares que uma das entidades... Houve uma solicitação... É que não sei, mas temos informações sobre movimentação financeira muito grande. Se não podemos atacar tudo, poderíamos aumentar o valor. Então, pediríamos que o PRODASEN nos desse uma listagem bem mais reduzida, acima de tais valores, e eles, talvez na base da tentativa e tal coisa, quer dizer, repetindo, poderiam limitar isso. Não sei exatamente qual é o valor agora; posso estabelecer o valor, por exemplo, de 50 mil dólares. Aí teríamos que tentar 100 mil etc. Quer dizer, informações sucessivas desse jeito eu poderia saber quem são. E esse resultado, que teria que ser diminuído, seria comparado com as declarações. Portanto, precisaria verificar se temos as declarações dessas pessoas, porque a declaração nos dá uma informação de que renda o indivíduo tem. Ora, quem tem uma renda muito baixa não poderia, na declaração de renda, estar movimentando aqueles valores. É a

mesma coisa que fez a CPI do Orçamento com aquelas pessoas determinadas. Então, trata-se de um indício de sonegação de parte daquela pessoa. Não podemos afirmar; afirmação só poderia ser por uma ação fiscal, efetiva, mas temos um indício forte de que praticamente... O que a CPI fez – pelo menos o que vi fazer – foi tomar isso como base de que houve mesmo. Como a CPI não julga como a Justiça julga – ela julga mais do lado político –, ela aceitou isso como um fato. Seria a quebra de decoro etc. No nosso caso não sei, mas que se poderia levantar isso e que pelo menos serviria para mostrar, para defender melhor que a Receita precisaria de quebrar o sigilo... Se nós, tendo essa quebra de sigilo, podemos detectar que há de fato e comprovar, embora não interesse dizer quem é, quer dizer, é por amostragem, poderíamos ter alguma informação adicional e talvez até defender que a Receita precisaria da quebra de sigilo para poder evitar essas coisas. Essa é a minha posição no caso. E creio que o trabalho por amostragem, tenho certeza, podendo-se diminuir bastante o universo, de que seria possível ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Muito bem. Então, eu gostaria, Dr. Corsatto, que, na próxima terça-feira... Hoje eu já vou tentar entrar em contato com o Dr. Osiris Lopes Filho para ver se S. S.<sup>a</sup> marca na terça-feira para darmos um pulo lá. Agora, enquanto isso, o contato com o Eduardo Jorge... E se ele falar que se deve ir mesmo pelo caminho da amostragem, a gente toca o negócio da amostragem. Ficamos brigando com um banco aí um ano e tanto para conseguir alguma coisa e não conseguimos quase nada, sendo que o que conseguimos não vale nada... Isso lembra até o verbete lá do Cervantes: "Disparada a corrida, cavalaria por tudo, por nada!"

O SR. ERALDO – Só para completar: com relação à informação nominal das pessoas, como não temos o universo das contas bancárias, acho que é não ter equidade de tratamento. Não podemos pegar informações que vêm do Banco do Brasil, que vêm de umas cinco ou seis entidades – e há uma quantidade imensa de outros bancos, de outras entidades financeiras que não mandaram informações, e as bolsas de valores – e divulgar. Então, a meu ver, seria mais uma informação de natureza técnica. Bom, isso é uma questão de opinião pessoal. Por exemplo: vamos informar que Fulano, Beltrano e Sicrano são devedores, porque conseguimos detectar esses, sem ter os dados dos outros? Acho que o trabalho devia ser mais um trabalho de propor medidas genéricas, de propor meios de a Receita poder levantar em um universo e não poder levantar a informação individual.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Estou de pleno acordo, Dr. Eraldo – e sempre a minha orientação, desde o início, foi essa – no entanto, tivemos, em um determinado momento, vou repetir, um Relator que era o Senador Fernando Henrique, que o seu assessor havia sugerido e pedido isso aos bancos. Depois de muito tempo de insistência, de vai para aqui vai para lá. Estamos mais ou menos igual a "cachorro que alcançou o automóvel". Não alcançou todos os automóveis que queria, mas arranjou um "Fiatzinho" pequeno, contas do Banco do Brasil. E agora, o que faz o cachorro? Morde o pneu? Volta?

Por mim, em nenhum momento, eu teria requisitado isso aí, mas fui convencido, como Presidente e pelo assessor, particularmente, até na hora fiz uma gozação desagradável: "Isso aí não leva a nada". Mas ele disse com convicção: "Não, dá sim". Agora, temos esses elementos, quero cobrar dele, Sr. Eduardo Jorge, o que vamos fazer com isso? É amostragem? Amostragem para quê? De quê? Vamos cruzar o quê? Então é isso.

Agradeço a presença dos Senhores todos e confesso assim muito bem informado, mas bastante perdido, estou no meio da mata, já sei que, aqui, é tantos graus norte, sul etc., mas não sei

para onde devo ir ainda não. Vou começar tentar pegar a ponta da meada, salvo melhor juízo, se o Senador Jutahy Magalhães tem alguma sugestão para dar, começar a conversar com o Secretário da Receita, Dr. Osiris, e com o Dr. Eduardo Jorge.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Uma sugestão que tenho para dar, é para nós nos prepararmos para a vinda do Presidente da FEBRABAN para fazermos um questionamento duro e bem objetivo para ver o que ele fala e quais as possibilidades de ele apresentar até sugestões legais para termos no relatório, porque esses pedidos de informações – estou muito triste com as informações que estou tendo aí dos técnicos – e eu imaginava, foi tanta insistência para termos essas informações, que, quando aqui chegassem, teríamos um verdadeiro furo para apresentar: aquilo de atos criminosos, o que os bancos vêm fazendo, facilitando, quais são os sonegadores. Pensei que íamos ter informações e, pelo que estou vendo, foi tempo perdido e papel perdido.

Acho que temos hoje, mais do que tudo, que preparar os depoimentos que faltam. Temos que aproveitar esses depoimentos que aqui vêm e fazemos com que eles falem ou, então, que se neguem a falar, mas para responder coisas objetivas que pudemos fazer. Acho que temos que apresentar, aqui, alguma coisa de concreto aos depoimentos. Há o Joelson Beting, o juiz que podem vir aqui dar informações. Quer dizer, estamos atacando, com os depoimentos, áreas que podem dar as informações e nos apresentar sugestões. Se aproveitarmos bem esses depoimentos, podemos encerrar os trabalhos para preparar o relatório com informações muito boas a respeito disso.

Eu gostaria de ter, e acho que o objetivo do Senador Ronan Tito e dos demais Senadores que aqui vêm sempre, é darmos algum fato concreto, é apresentarmos alguma coisa, dizer: Bom, temos a comprovação de que isso foi feito contra o País. Se tivéssemos isso, seria uma vitória para nós. Se não tivéssemos, apenas ficaremos nas sugestões, que já será uma grande coisa. Apresentar fatos que aqui ocorreram, que muitos são do conhecimento público, para que não tenhamos aquelas comprovações localizadas para mostrarmos aquilo que vem acontecendo neste País de ruim. Mas se não tivermos esse poder, essa competência de chegarmos a esse ponto podemos pelo menos apresentar o relatório final, que o parcial já está sendo elogiado por todos; mas no relatório final poderemos apresentar muito mais ainda do que foi feito. O meu objetivo é apenas esse: preparar os depoimentos.

O SR. MEIRA FILHO – O Senador Jutahy Magalhães quase falou tudo o que tinha intenção de falar e com menos palavras. O órgão arrecadador é que tem que mudar os elementos, pois é ele que arrecada. Reclama-se tanto que não se arrecada o necessário para o País. E o órgão é que tem de dizer quem é que paga ou não, para que esse poder subsidie, ajude, ao órgão arrecadador, porque ele precisa de elementos. Aqui já se queixaram que há deficiência, carência na arrecadação. Chegou o momento de haver o entrosamento de uma coisa com a outra.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Muito bem. Então, vamos começar a tentar esse entendimento, a partir de hoje, com a Receita, e também a não esquecer do Deputado Eduardo Jorge, porque às vezes S. Ex<sup>a</sup> tem a receita do ovo de Colombo, que ainda não encontramos, e vamos ver se essa correria e briga toda com os bancos se não foi por nada. Há um ano que estamos brigando. Já tive discussões pessoais acaloradas, de quase ir à... Tenho certeza de que o presidente da FEBRABAN não vai se sentir bem aqui.

O SR. CORSATTO – Senador, apenas um rápido acréscimo. As informações que recebemos – quero dizer ao Senador Jutahy Magalhães e a V. Ex<sup>a</sup>, também – é que essas informações não são perdidas, não foram por nada, como se pode pensar. Elas são valiosas, valiosíssimas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) – Acredito que se uma pessoa souber que tem ouro na montanha tal não conseguirá fazer a mineração. É o caso. Estamos com informações valiosíssimas, mas não estamos sabendo o que fazer com elas. Precisamos chegar a algo de concreto. É esse o problema. Não digo que nada valha. Apenas pelo volume ou porque não vieram todas as informações. O Banco do Brasil deve ser onde tenha menos contas fantasma. Há os bancos especializados em contas bancárias que não mandaram. Se tivermos cartões de crédito, aí poderemos obter algumas informações mais valiosas. Mas não temos. São esses fatos que me levam a ficar preocupado por não podermos utilizar essas informações. Não temos condições para isso. Essa é a minha preocupação. Se tivermos, ótimo. Como disse o Senador Ronan Tito, pode ser tudo uma questão de ovo do Colombo, muito fácil: botar em pé. Mas não conseguimos ainda descobrir, está sempre caindo.

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Obrigado aos senhores pela presença e vamos dar prosseguimento a esse nosso encontro para que demos sequência e consequência.

O SR. MEIRA FILHO – Quando será próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Ronan Tito) – Normalmente, quinta-feira. Convidarei aos Senhores Senadores para irem ao encontro do Dr. Osiris, antes de quinta-feira.

Está encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

**Ata da Nona reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março de 1994, às 11 horas e vinte e cinco minutos.**

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de março de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Esperidião Amin, Henrique Almeida, Jonas Pinheiro, João Calmon, Ronan Tito, Garibaldi Alves Filho, Lourenberg Nunes ROcha, Gilberto Miranda, Pedro Teixeira, Mansueto de Lavor, Magno Bacelar, Meira Filho, Dario Pereira, Affonso Camargo, Aluizio Bezerra, Lavoisier Maia e Moisés Abrão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, passa a palavra ao Senador João Calmon, para que leia o seu parecer, favorável com a Emenda nº 1-CAE que apresenta ao PLC nº 188/93, "que concede isenção de impostos aos bens destinados ao prosseguimento da execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélites", de autoria do Poder Executivo. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação, sendo aprovado o parecer do relator. Em seguida, o Senador Henrique Almeida passa a relatar o PLC nº 239/93, que "dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo. O relator oferece parecer favorável nos termos da Emenda nº 1 que apresenta. Colocada em votação a matéria, é aprovado o parecer do relator. A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Senador Jonas Pinheiro que proceda à leitura do parecer favorável, oferecido pelo Senador Moisés Abrão ao PLC nº 66/93, que "dispõe sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação", de autoria do Deputado Aroldo Cedraz. Não havendo discussão, a matéria é submetida a votação e é aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente convida o Senador Gilberto Miranda a proferir o seu parecer, favorável nos termos da Emenda nº 01 que apresenta ao PLC nº 170/93, que "altera a composição do Tribunal Regional Federal da 2ª Regional Federal da 2ª Região e dá outras providências", de autoria do Superior Tribunal de Jus-

tiça. Em discussão a matéria, falam os Senadores Magno Bacelar, Gilberto Miranda e Ronan Tito. EM votação a matéria, é aprovado o parecer do relator. Passa-se, em seguida, à apreciação do PLC nº 24/92, que "dispõe sobre os termos e as condições com que serão conferidos o título de domínio e a concessão de uso nos programas de reforma agrária.", de autoria do Deputado Victor Faccioni, cujo relator, Senador Henrique Almeida apresenta parecer favorável. Não havendo quem queira discutir, a matéria é colocada em votação e aprovada. A seguir, o Senador Ronan Tito lê o parecer favorável que apresenta ao PDS nº 33/93, que "homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1992, no valor de Cr\$21.100.000.000,00 (vinte e um trilhões e cem bilhões de cruzeiros)." Em discussão a matéria, participam os Senadores Magno Bacelar e Ronan Tito. Submetido a votação, o projeto é aprovado. Prosseguindo, o Senador Ronan Tito profere o seu parecer, favorável ao PDS nº 35/93, que "homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1992, no valor de Cr\$5.230.000.000,00 (cinco trilhões, duzentos e trinta bilhões de cruzeiros), para atender às exigências das atividades de produção e circulação de riqueza nacional no primeiro semestre." Não havendo quem queira discutir, a matéria é colocada em votação e é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente pede ao Senador Jonas Pinheiro que leia o parecer favorável oferecido pelo Senador Eduardo Suplicy ao PLC nº 144/93, que "sujeita as empresas de elaboração e publicação das demonstrações financeiras de que trata a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976", de autoria do Deputado João Mendes. Não há discussão e a matéria é aprovada. Continuando, o Senador Jonas Pinheiro passa a ler o seu parecer, favorável nos termos do Substitutivo que apresenta ao PLS nº 42/93, que "submete ao Tribunal de Contas da União a fiscalização das contas da parte nacional da Itaipú Binacional e ao Senado Federal a nomeação dos seus diretores brasileiros", de autoria do Senador Luiz Alberto Oliveira. Em discussão a matéria, falam os Senadores Mansueto de Lacerda, Magno Bacelar, João Rocha, Aluizio Bezerra, Affonso Camargo e Jonas Pinheiro. A votação é adiada devido ao caráter terminativo da matéria. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Ronan Tito, relator da MSF nº 74/94, "proposta do Senhor Presidente da República para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total equivalente a DM27.000.000,00 (vinte e sete milhões de marcos alemães), sendo DM24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil marcos alemães) a título e DM2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil francos alemães) como contribuição financeira, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau) - KfW, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Ações Básicas de Saúde no Ceará." Em discussão a matéria, participam os Senadores Meira Filho, Mansueto de Lacerda, João Rocha e Ronan Tito. Colocada em votação, a matéria é aprovada. Ainda com a palavra, o Senador Ronan Tito para relatar a MSF nº 199/94, "Do Senhor Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, para a contratação de operação de crédito externo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Japan International Cooperation Agency (JICA), no valor equivalente a Y 7.154.000.000,00", à qual oferece parecer favorável, nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada. Tendo em vista o adiantamento da hora, o Senhor Presidente encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada pelo Senhor Presidente. Senador João Rocha, Presidente da Comissão.

### Íntegra do Apanhamento Taquigráfico

Anexo à Ata da 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 15 de março de 1994, às onze horas e vinte e cinco minutos, que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador João Rocha.

### COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS REUNIÃO - 15-3-94 - 11H20MIN.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Vamos dar início a nossa reunião de hoje pedindo ao Senador João Calmon que relate o Projeto de Lei da Câmara nº 188/93, não-terminativo, que concede isenção de impostos aos bens destinados ao prosseguimento da execução do programa chamado Comunicações Domésticas por Satélite.

O SR. JOÃO CALMON - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o sucateamento das escolas públicas no Brasil deve-se, em grande parte, à falta de verbas suficientes para o ensino. Especialmente no interior do País, muitas escolas ainda empregam recursos, equipamentos e materiais ínfimos para transmissão do conhecimento.

O Brasil convive com processos educacionais de primeiro mundo em alguns estabelecimentos de ensino nas grandes cidades, em contraste com a falta de recursos para equipamentos modernos das escolas do interior. Na década de 70, o Governo francês reuniu especialistas em educação de todo o país, com vistas a adotar um programa nacional de informatização nas escolas, o qual começou pelas escolas primárias e, hoje, atinge todos os níveis de ensino.

Enquanto um programa desse tipo não é adotado entre nós, torna-se necessário, pelo menos, iniciar a modernização, em pequena escala, das escolas dos Estados envolvidos no Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite. Acreditamos que os recursos gerados pela isenção de impostos na importação de bens requeridos pelas empresas participantes do programa poderão ser carreados, com resultados extremamente positivos, para dotar as escolas públicas de computadores e outros equipamentos necessários à modernização do ensino estadual.

Por tais razões, contamos com a aprovação de nossos Pares com a seguinte emenda:

Emenda nº 1. Inclua-se como art. 4º do PLC nº 188/93, renumerando-se os demais.

Art. 4º. Só gozarão da isenção prevista nesta Lei as empresas que aplicarem integralmente, em prol da educação, os valores correspondentes aos impostos mencionados concomitantemente ao prosseguimento do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.

§ 1º Os recursos assim gerados serão aplicados nos Estados onde estejam instalados centros, estações e terminais do programa.

§ 2º A aplicação referida dar-se-á por meio da instalação, nas escolas públicas, de computadores e outros equipamentos de informática, de telefone públicos, de terminais de voz ou dados; equipamentos para o funcionamento do Programa de Ensino à Distância e de outros meios necessários ao desenvolvimento do ensino estadual.

Srs. Senadores, V. Ex.<sup>as</sup> têm em suas respectivas pastas o texto do Projeto. Vou passar a ler o texto original:

"Concede isenção de impostos aos bens destinados ao prosseguimento da execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos dos Impostos de Importação de Subprodutos Industrializados - IPI - as máquinas, equipamentos, instrumentos e aparelhos, bem como suas partes, peças e acessórios importados pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. -

EMBRATEL —, para prosseguimento da execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.

Art. 2º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados as máquinas, equipamentos, instrumentos e aparelhos de produção nacional fornecidos diretamente pelos respectivos fabricantes à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — EMBRATEL —, para prosseguimento da execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.

Parágrafo único. Ficam asseguradas a manutenção e a utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens de que trata este artigo.

Art. 3º As isenções previstas nesta Lei vigorarão até 31 de dezembro de 2000 e somente beneficiarão os produtos relacionados em ato dos Ministros da Fazenda e das Comunicações.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, o Programa de Comunicações Domésticas por Satélite compreende:

a) fabricação e lançamento no exterior dos satélites de comunicações utilizados dentro do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite;

b) instalação em terra das estações de telemetria, rastreamento e comando do centro de controle do segmento espacial e da estação principal de comunicações;

c) instalação em terra das estações terrenas de comunicações.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário."

Esse é o texto da redação final que veio da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Henrique Almeida para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 239/93, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, e dá outras providências.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA — Da Comissão de Assuntos Econômicos, parecer sobre o Projeto de Lei nº 239, de 1993 (nº 1.791-C, de 1991, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, e dá outras providências.

Eu acompanhei o projeto que veio da Câmara e fiz uma emenda:

"Com emenda que apresento, em anexo, penso que a proposta ficaria escoimada de vícios em demasia, sendo digna de aprovação, em vista do seu objetivo maior: ser uma organização institucional dos órgãos públicos e adaptação de certos diplomas legais aos novos comandos da recente Constituição Federal.

Dê-se ao inciso II do art. 37 a seguinte redação:

A certidão criminal do registro de defesa (?) ou ajuizados comprobatórios é que não existe impedimento legal à participação de pessoa física em empresa mercantil como titular ou administradora, por não estar incurso nas penas dos crimes previstos no art. 2º, inciso II, desta lei."

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Jonas Pinheiro para relatar o item 2 da pauta: projeto que dispõe sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação, para aviões de pequeno porte.

O assunto é a gasolina de aviação, cujo preço hoje está superior ao da aviação comercial. Trata-se do item 2 da pauta, sobre a equiparação desses preços, na página 13.

V. Exª pode relatar em resumo, se assim o desejar.

O SR. JONAS PINHEIRO — Vou ler o trecho mais importante do relatório.

"Todo o projeto justifica essa iniciativa, dizendo que a aviação de pequeno porte, que consome a gasolina, presta altos serviços à sociedade. É considerada vital no combate às pragas na agricultura, transporta pacientes em estado grave em locais de difícil acesso e transporta passageiros em caso de situações de calamidade.

Além de não ser subsidiada, embora o merecesse, o fato de ser o mercado dominado por apenas duas empresas distribuidoras, ainda que uma delas seja estatal — a PETROBRÁS Distribuidora S.A. —, tem facilitado a prática de comportamentos arbitrários e lesivos aos consumidores.

O autor considera que equiparar o preço da gasolina de aviação ao da automotiva é justo, uma vez que o preço da gasolina automotiva sabidamente esconde sobrepreço suficiente para subsidiar os demais combustíveis derivados e petróleo.

Diante do exposto, considerando o relevante papel social desempenhado pela aviação de pequeno porte, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1993."

O parecer, portanto, é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) — Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Gilberto Miranda para relatar o item 3 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 170/93.

O SR. GILBERTO MIRANDA — Comissão de Assuntos Econômicos, Projeto 170/93, que altera a composição do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e dá outras providências.

Trata-se de projeto encaminhado pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, de conformidade com o disposto no inciso II do art. 96, da Constituição Federal, que tem por objetivo alterar a composição do Tribunal Federal da 2ª Região, sediado na cidade do Rio de Janeiro. A Câmara dos Deputados aprovou na última sessão plenária, de 26 de agosto último; foi submetida a composição a esta Casa, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Cabe a esta Comissão, em atenção ao disposto no inciso I do art. 99 do Regimento Interno o exame da matéria — enfoque financeiro.

Como de resto já ficou registrado, a Previdência tem por escopo alterar a composição do Egrégio Tribunal Federal da 2ª Região de 14 para 23 juízes e, bem assim ampliar o quadro de servidores da mencionada Corte.

Do referido projeto foi pedido vistas pelo Senador Eduardo Suplicy, o qual sugeriu a inclusão de um artigo 5º, que inclua no meu relatório, e fica assim:

"Emenda.

Acrescenta-se o art. 5º, renumerando-se os demais."

"Art. 5º Não poderão ser nomeados, a qualquer título, para cargos em comissão do quadro de pessoal do Tribunal, parentes



consanguíneos ou afins até o terceiro grau, de juiz em atividade ou aposentado há menos de cinco anos, exceto de integrantes do quadro funcional mediante concurso público."

Meu parecer é favorável ao aumento de juízes e ao quadro de funcionários.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, uma questão de consciência obriga-me a intervir pedindo que este assunto seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E justifico, nobres Senadores: por duas ou três vezes, este assunto foi levado à discussão naquela Comissão. Aliás, em um parecer meu favorável à inclusão desse artigo, fui derrotado pela unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que alegou ser inconstitucional, porque não se pode tolher os direitos de qualquer brasileiro pelo simples fato da descendência. Embora seja amoral e, infelizmente, esteja todos os cartórios nas mãos deles, pela Constituição, Sr. Presidente, estaríamos votando uma heresia jurídica.

Fica a minha solicitação, embora vote favoravelmente ao Parecer do nobre Senador Gilberto Miranda, exatamente porque é um momento em que toda a Nação clama pela moralidade, pelo resgate e respeito da coisa pública. Infelizmente, a Constituição veda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Se o nobre Senador estivesse de acordo, adiaríamos a votação deste projeto. Eu consultaria o setor jurídico do Senado, a nossa assessoria, a Comissão de Constituição e Justiça. O assunto voltaria numa próxima reunião. Eu poderia, também, conversar com o Senador Suplicy.

O SR. MAGNO BACELAR – É a sugestão que eu encareceria de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex<sup>a</sup> retira da pauta?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Retiro da pauta e consulto à assessoria e à Comissão de Justiça; faço uma reunião com o Senador Suplicy e trazemos o assunto à próxima reunião.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem para informar-me melhor. Ele é terminativo ou vai à Comissão?

O SR. PRESIDENTE – Está bem. Se tivermos dúvidas – estou dizendo "tivermos" porque também as tenho –, poderemos adiar a discussão para o plenário. Até lá teremos condição de nos assessorar melhor sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Podemos aprovar condicionando-se ao fato de que quando houver a discussão, irá a plenário.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Henrique Almeida para relatar o item 4 da pauta, pág. 26.

O SR. HENRIQUE ALMEIDA – Da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1992, nº 5.302, de 1990, na Casa de origem, que dispõe sobre os termos e as condições com que serão conferidos o título de domínio e a concessão de uso nos programas de reforma agrária.

Opinamos pela aprovação da iniciativa, tendo em vista a alta relevância de seus propósitos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Colocamos o relatório em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pedimos ao Senador Ronan Tito que leia o item 5 da pauta, pág. 31.

Todos os dois versam sobre o mesmo assunto, Senador: os itens 5 e 6, páginas 31 e 41. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> relatasse os dois.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um projeto de lei que submete ao Tribunal de Contas da União a fiscalização das contas da parte nacional da Itaipu Binacional e ao Senado Federal a nomeação dos diretores. Em seu art. 1º, o presente projeto de lei do Senado estabelece a competência do Tribunal de Contas para fiscalizar as contas da parte nacional da Itaipu Binacional, de acordo com o art. 71, inciso V, da Constituição Federal, e o art. 5º, inciso IV, combinado com o art. 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Sr. Presidente, devo dizer que o Relator desta matéria é o Senador Jonas Pinheiro, que é sempre cuidadoso nos seus relatórios, estuda bastante os projetos e, no final, apresenta e conclui pela apresentação do substitutivo ao presente projeto que exclui o art. 1º e modifica o art. 2º.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Mas V. Ex<sup>a</sup> é o Relator deste; são os itens 5 e 6.

O SR. RONAN TITO – Não, do item 5, o Relator é o Senador Jonas Pinheiro; sou Relator do item 6.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Então, houve um erro da Secretaria.

É sobre a homologação de ato do Conselho Monetário.

Mas aqui está errado. A Presidência da Mesa pede desculpas a V. Ex<sup>a</sup>

São as páginas 41 e 50.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, este é aquele velho assunto que já conhecemos demais: a emissão de papel moeda de 1992; vem agora para aprovarmos ou homologarmos.

E se não homologarmos? É aquela velha questão que levantei. O que pretende o Conselho Monetário Nacional, a Câmara dos Deputados com essas demoras sobre essas emissões? Na verdade, Sr. Presidente, é claro que vamos relatar a favor, mesmo porque, se relatarmos contra, o que vai acontecer? Esse é o tal despiçando que os advogados usam demais da conta.

Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que os próximos mandatários do Senado e na Comissão de Assuntos Econômicos terão para relatar o maior lançamento de dinheiro de base monetária da história deste País de dezembro próximo passado, esse não se discute aqui. O Conselho Monetário Nacional inunda a base em dezembro de 93 e depois virá para ser referendo daqui a uns dois anos – a história já terá superado isso daí – e vamos ficar aqui com cara de ora-veja, como estamos hoje diante dessa emissão, porque ninguém sabe o que significam 5 trilhões, 235 bilhões de cruzeiros. Alguém aqui sabe, por acaso, o que significava isso em 1992? Primeiro semestre do exercício de 92?

O SR. MAGNO BACELAR – O nobre Senador me permite um aparte?

O SR. RONAN TITO – Pois não.

O SR. MAGNO BACELAR – Eu ia realmente falar sobre este assunto. É que passam dois, três anos, eu já relatei até com oito anos de emitido, e a verdade é que o dinheiro não vale mais nada. V. Ex<sup>a</sup> lembra bem, tiraram tantos zeros que não vale mais nada.

Agora estamos nas vésperas do Real e realmente não entendo a que veio, porque estamos dolarizando o País com uma outra desculpa.

O SR. RONAN TITO – É bem verdade.

Nobre Senador Magno Bacelar, termino meu relatório dizendo: Nesta oportunidade, gostaríamos de enfatizar a necessidade de se proceder à reformulação da Lei nº 4.595/64, em especial o disposto no art. 4º, *in fine*, que permite o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões de papel moeda antes mesmo que o Congresso Nacional o faça. Em consequência, um novo rito legislativo deveria ser estabelecido para que a matéria pudesse ser apreciada com a urgência que lhe é devida.

Acredito até que nessa inflação galopante de 40% ao mês, ou hiperinflação galopante de 40% ao mês ou hiperinflação ou que nome tenha isso daí, essas emissões não dá nem para acompanharmos e, como eu disse, fazem as emissões para depois referendarmos.

Resta-nos manifestar estranheza pela tal demora do Poder Legislativo na aprovação de matéria tão relevante para o País e, dado nesse momento a inocuidade da avaliação do mérito, concluímos pela homologação do Decreto-Lei nº 35.

Vamos ver o outro; penso que é do mesmo jaez.

Assim, pelas razões expostas, voto por homologar o Decreto Legislativo nº 33.

Também é uma emissão: irrigação da base monetária. Mas só que estamos apreciando, Senador Mansueto de Lacerda, emissões de 1991, de 1992 etc. e que nenhum de nós aqui saberá avaliar o que quer dizer isso.

Alguém aqui saberia, de cabeça, dizer-me por exemplo o que querem dizer 21 trilhões e 100 bilhões de cruzeiros para atender as necessidades do corrente exercício de 1992? Alguém sabe o que é isso? Perdemos a referência.

No entanto, Sr. Presidente, que nos sirva de lição. É muito importante agora. Na verdade, como disse muito bem o Senador Magno Bacelar: a nossa moeda está sendo dolarizada, ou seja, a emissão do real estará ancorada no dólar. A emissão agora é importantíssima. E pela emissão poderá a dolarização, ou que nome tenha aí essa URV ou real etc., aí, sim, passará a ter uma significação muito grande.

Acredito, então, Senadores, que deveríamos pensar, verdadeiramente agora, num estatuto jurídico – e esta Comissão sairia na frente se baixasse uma resolução, um decreto – não sei – alguma medida, pode ser um projeto de lei mesmo, que aí, sim, fiscalizasse. E para a emissão acho que poderíamos inverter. A emissão de moeda, após a dolarização, teria que ser autorizada pela Comissão do Senado e da Câmara.

Muito bem. As 5 mil primeiras também vamos homologar. Como é homologatório, vamos homologar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Colocamos em discussão. Não havendo discussão, colocamos em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Jonas Pinheiro para relatar o Item 7 da pauta, página 46, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JONAS PINHEIRO – Passo ao relatório, Sr. Presidente.

A proposição, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, intenta sujeitar as empresas públicas às normas de elaboração e publicação das demonstrações financeiras de que tratam o Capítulo XV da Lei nº 6.404/76, ou seja, Lei das Sociedades Anônimas. O objetivo da medida, segundo as justificativas do projeto, é o de assegurar uma maior transparência quanto ao funcionamento e situação de tais empresas, pois, sendo público o seu patrimônio, justifica-se que haja maior abertura possível em suas contas, o que possibilitará um controle mais eficaz de sua eficiência e da gestão dos administradores.

A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados, após ter sido apreciada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

O projeto a seguir foi enviado a esta Casa Legislativa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, tendo sido distribuído a esta Comissão para manifestar-se.

O voto do Relator:

A empresa pública, embora dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, deve ter capital exclusivo da União, ou desta e de outras pessoas jurídicas de direito público interno ou entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Pertencendo o seu capital exclusivamente a pessoas jurídicas de direito público, é imprescindível sobre ela exercer forma de controle e fiscalização, especialmente para a verificação de sua eficácia na persecução dos fins para os quais foram criados.

As demonstrações financeiras que a Lei nº 6.404/76 impõe à S.A. fornecem a seus próprios órgãos, acionistas, credores e ao público em geral, informações acerca da situação econômico-financeira da companhia, permitindo aos acionistas fiscalizar a administração dos negócios da sociedade na forma e nos limites estabelecidos na lei.

No caso da empresa pública, o acionista é a própria sociedade que deve ser informada sobre a sua situação econômico-financeira. A proposição visa dar o mesmo tratamento às empresas públicas qualquer que seja a sua forma societária, sujeitando-as às normas de elaboração e publicação das demonstrações financeiras relativas às sociedades anônimas.

A medida proposta importará, como argumenta o autor, maior transparência de sua gestão e servirá ainda de instrumento de controle de sua administração.

Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação do projeto.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Peço ao Senador Jarbas Pinheiro para também relatar o item 8 da pauta, que trata de submeter-se ao Tribunal de Contas da União a fiscalização das contas da parte nacional da Itaipu Binacional e ao Senado Federal a nomeação de seus diretores brasileiros.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, trata o presente projeto de lei de uma iniciativa do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira – p. 31.

O artigo 1º tem alguma inconstitucionalidade, razão pela qual opinamos pela sua supressão, apresentando o seguinte substitutivo:

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1993, que submete à aprovação do Senado Federal a escolha de diretores brasileiros a cargos de empresas supranacionais, de cujo capital a União participe de forma direta ou indireta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os diretores brasileiros para o diretoria executiva de empresas supranacionais, de cujo capital a União participe de forma direta ou indireta, nos termos do Tratado Constitutivo, serão indicados pelo Presidente da República e escolhidos pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública.

Parágrafo único. Dois diretores brasileiros serão escolhidos entre os empregados que contem, no mínimo, cinco anos de serviços prestados à empresa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Esse é, portanto, o substitutivo que ofereço ao projeto inicial de autoria do nobre Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, Sr. Presidente, somente porque, na sua propositura, o art. 1º direciona a escolha para a Itaipu Binacional, enquanto entendemos que essa preocupação deve ser estendida a todas as empresas binacionais.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Trata-se de projeto de lei terminativo e a comissão tem 12 Senadores aqui presentes.

Temos presença confirmada, em Ata, de dezoito Senadores.

A Presidência informa aos Srs. Senadores que se trata de projeto que, se aprovado, a matéria será submetida novamente a uma segunda votação.

V. Ex.<sup>as</sup> dão unanimidade nesse relatório para submetê-lo a uma segunda votação numa próxima reunião?

O SR. JONAS PINHEIRO – Creio que não há razão para não aprovarmos. É um projeto simples, de natureza moralizadora somente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – E que seria submetido, na próxima reunião, a uma segunda votação, se os Srs. Senadores estiverem de acordo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Gostaria de obter um esclarecimento.

O substitutivo do Senador Jonas Pinheiro faz com que o Presidente da República indique o nome e o Senado aprove.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Seria como o Banco Central.

O SR. JONAS PINHEIRO – Apenas dois devem ser escolhidos entre os funcionários que tenham pelo menos cinco anos na empresa.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Na cota de diretores que cabe à parte brasileira, então, dois seriam escolhidos entre os servidores que tenham mais de cinco anos na empresa. E se a empresa não tiver cinco anos de existência?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Mas o caso é específico, é para a Itaipu.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Não, ele diz que já generalizou.

O SR. JONAS PINHEIRO (Relator) – Não, o meu substitutivo propõe exatamente que seja para empresas multinacionais, supranacionais.

O SR. MAGNO BACELAR – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? Na realidade, no momento em que a empresa não tiver cinco anos, cessa a qualificação de que é necessário que a pessoa tenha cinco anos de prática dentro da empresa.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Aí pode nomear qualquer um. Então, os objetivos do projeto não são atingidos. São criados bancos multinacionais ou binacionais. Caso se esteja projetando – digamos – fazer um banco brasileiro europeu, que não tem cinco anos esse Banco do Brasil, ou Brasil-Europa. Como é o nome desse banco que foi criado com sociedade entre bancos europeus e o Banco do Brasil? Esse banco não tem dois anos de existência. Então, realmente, é livre essa escolha. Exatamente nesse momento fica difícil.

O SR. MAGNO BACELAR – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

Srs. Senadores, julgo que, no momento em que a empresa não conta ainda com cinco anos de existência, não há sequer direitos adquiridos, porque, nesse caso, procura-se colocar na diretoria conhecedores do assunto. No momento em que não tem, entendo que é legítimo que o Governo proceda à escolha, que, de qualquer forma, será aprovada pelo Senado.

Agora, o que se está preservando aí é qualidade e o direito trabalhista. No momento em que a pessoa não tem cinco anos, não tem nem legitimidade para pleitear. Acho que uma coisa não atrapalha ou não colide com a outra.

Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Continua, então, o aumento em discussão. Qual é a sugestão do Relator?

O SR. JONAS PINHEIRO (Relator) – Sr. Presidente, percebi a preocupação do nobre Senador Mansueto de Lavor, mas as colocações expandidas pelo nobre Senador Magno Bacelar justificam a aprovação do Projeto na forma proposta no seu substitutivo, porque, no momento em que a empresa não existe há mais de cinco anos, ou no mínimo cinco anos, cessam aí a necessidade e a conveniência de se nomear alguém com cinco anos. Então, uma coisa não implica a outra, como disse o Senador Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Como o Projeto precisa de duas votações, a Mesa sugere que coloquemos em discussão na próxima reunião, com o mínimo de 14 membros, e que possamos fazer essa votação também na próxima reunião. Aí, fazemos as duas votações. Gostaria de saber se V. Ex.<sup>as</sup> concordam. Fariamos na próxima reunião as duas votações. Para que não gere dúvidas, porque temos aqui 18 no livro, mas dois Senadores deram uma saída, e o número seria de 13 e não de 14.

Com a palavra o Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – Gostaria de saber do nobre Relator qual seria a forma de escolha entre aqueles que tenham cinco anos. Se tivermos vários com cinco anos, qual seria o colégio que apontaria os funcionários? Esse seria o primeiro item. Qual seria o colégio que apontaria esses diretores?

O SR. JONAS PINHEIRO – Não há qualquer indicação de um colégio ou de um critério interno de escolha. A escolha é livre do Presidente da República. Ele escolheria segundo os critérios que entendesse mais convenientes, fazendo a indicação ao Senado Federal. Quer dizer, ao Senado caberia a aprovação ou não desses nomes. Quer dizer, fica assegurado ao Presidente da República escolher, entre os de mais de cinco anos, aqueles que forem de sua confiança e de sua conveniência.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – Sem passar por qualquer lista tripla ou...?

O SR. JONAS PINHEIRO – Sem nada. Ele é quem vai escolher. Se ele achar que deve ser uma lista múltipla, então manda fazer uma eleição, ou qualquer coisa assim, mas o critério é do Presidente da República, como tem sido. Apenas está agora se submetendo à aprovação pelo Congresso Nacional e exigindo-se que pelo menos dois diretores tenham maior vivência dentro da empresa ou das empresas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Senador Jonas Pinheiro, então vamos colocar as duas votações na próxima reunião, para não gerar dúvida alguma a respeito do número legal.

Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Parece-me que, normalmente, não se podem fazer duas votações na mesma reunião. Tem que haver um interstício, duas votações em momentos diferentes.

O SR. JONAS PINHEIRO – É o que ele está propondo.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Não, ele quer fazer as duas votações na outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A preocupação da Mesa é a seguinte: temos número suficiente, mas apenas 12 Senadores presentes.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Sim, mas por que não aprovamos hoje e, depois, se alguém tiver dúvida, que peça vista, para dar sequência ao problema???

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Temos o problema do Regimento: a votação tem que ser nominal, e não temos a presença.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Sr. Presidente, a minha proposta é a seguinte: se alguém tiver uma dúvida que justifique alguma alteração, que peça vista para fazer a alteração. Se não houver quem a tenha, aprovamos hoje, com as assinaturas que temos aí, porque no segundo turno poderá ser feita alguma alteração.

O SR. – (inaudível)

O SR. AFFONSO CAMARGO – Não, mas a proposta que ele tinha feito, como há 18 assinaturas – isso já foi feito antes –, se todos concordassem, considerar-se-ia aprovado e pegar-se-iam as assinaturas, porque haveria uma segunda votação.

O SR. – O voto é nominal?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O voto é nominal, e isso pode gerar depois um precedente para outros projetos. Apesar de este Projeto ter um interesse totalmente nacional, poderia gerar precedente para projetos de finalidades diferentes.

Então, a Presidência pede ao Senador Ronan Tito para relatar a Mensagem nº 74, que trata de pedido de autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor de 27 milhões de marcos alemães, para o Governo do Ceará.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou francamente favorável a esse empréstimo, mesmo por que o Estado do Ceará encontra-se, neste momento, mergulhado numa epidemia de cólera. Tenho impressão de que o seu Governador pegou todos os recursos que tinha e gastou só na publicidade. Porque, se formos verificar o Estado do Ceará, constataremos que o Primeiro Mundo já chegou lá, mas, junto com o Primeiro Mundo, chegou a cólera.

Sr. Presidente, tenho dito muitas vezes, da tribuna do Senado Federal, que, com as cadeias de televisão, McLuhan previu que iríamos ter o chamado imaginário coletivo. Se fizermos hoje uma tomada de opinião pública no Brasil inteiro, ninguém vai acreditar que o Ceará vai tomar dinheiro emprestado para a saúde. Por quê? "Gente, mas lá não há problema de saúde. Todos sabemos que no Ceará a coisa está maravilhosamente bem. Quem não viu na TV Globo, na revista *Veja*, nesses jornais de maior circulação? É o Primeiro Mundo que está lá." Mas o diabo é que, de vez em quando, entra a cólera aí para atrapalhar. A cólera é um indicio de atraso, no mais tradicional dos termos, porque a cólera só grassa onde não há infra-estrutura básica: onde não há rede de esgotos, onde não existe água tratada, onde não há moradia.

No norte do Estado de Minas Gerais tivemos três casos, e lembro-me de que o Governo do Estado mobilizou todo o seu pessoal da área de saúde – o Secretário de Saúde foi para a televisão, arrebanhou voluntários – e fizeram um cerco à cólera. No meu Estado existem o Terceiro e o Quarto Mundos. E lá às vezes escutamos o que se escuta muito no Brasil, discursos de Quinto Mundo, também. O pior de se viver no Terceiro Mundo é ter que se ouvir discurso de Quinto Mundo.

Vejo o Governador do Ceará na televisão com discurso de Quinto Mundo e aqui sou obrigado a dar um parecer relativo a um empréstimo para a saúde. Sou francamente favorável, Sr. Presidente, porque o maior surto de cólera do Brasil hoje ocorre no Ceará, e para aplacá-lo são necessários recursos. Mas seria bom que a imprensa divulgasse a realidade; foi preciso que houvesse uma calamidade pública no Ceará para que fosse publicada.

Hoje não há estado da Federação que tenha um problema do cólera tão grande quanto o do Ceará. Todos sabemos e vou repetir: cólera, epidemia de cólera, só ocorre em regiões, em estados, em cidades, que não possuem água tratada, rede de esgoto e o mínimo de higiene sanitária nas residências.

Devem existir hoje no Estado do Ceará, desgrazadamente, mais de 100 cidades com o cólera. De maneira que sou francamente favorável ao empréstimo e espero, sinceramente, que o Governador do Estado empregue esse dinheiro na saúde e não na publicidade.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Meira Filho.

O SR. MEIRA FILHO – Senador, entendo que o caso do Ceará é um alerta para o nosso País, porque mesmo em cidades já avançadas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, há muito esgoto correndo a céu aberto. Penso que isso é um alerta para a Nação brasileira; não é só o Ceará que não está cuidando disso; o País inteiro sofre desse flagelo, que é o esgoto correndo a céu aberto.

O SR. RONAN TITO – Sem dúvida nenhuma, nobre Senador, V. Exª tem toda razão. Mas gostaria de lembrar a V. Exª que o cólera ameaçou todas as grandes cidades brasileiras; tivemos casos de cólera na cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro; em Belo Horizonte tivemos um caso; também no Estado do Amazonas; mas todos os Estados reagiram prontamente. Como disse muito bem V. Exª há muitas cidades com esgotos a céu aberto, inclusive Belo Horizonte; mas lá existiu um tratamento de saúde, por parte das autoridades sanitárias, que impediu que a cólera grassasse.

No entanto, o desenvolvimento Governador do Ceará não teve tempo de cuidar disso, porque estava retocando a sua maquiagem publicitária, e alastrou-se o surto de cólera.

De maneira que a questão é urgente e temos que aprovar. Isso deve servir de alerta para o Brasil inteiro: muitas vezes, o que é mostrado na televisão em cores não corresponde à realidade.

O SR. MEIRA FILHO – Poderia até fazer uma comparação aqui, uma vez que ele está presente. Acho que a desassistência educacional e o esgoto que correm a céu aberto são dois flagelos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Com a palavra o Senador Mansueto de Lavoura.

O SR. MANSUETO DE LAVOURA – Gostaria de informar o seguinte: o dinheiro que o Estado irá receber corresponde a 27 milhões de marcos alemães. No entanto, uma parcela é doação, mesmo 24 milhões de marcos alemães são a título, não se diz de quê dois milhões e 500 mil – aqui está escrito francos, mas devem ser marcos alemães – como contribuição financeira junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau. Afinal de contas, o que é o empréstimo e o que é a doação?

Então, nós estamos aprovando os 24 milhões e 500 mil marcos alemães. No caso da doação, o que se está exigindo para fazer essa doação? Nada, ou o quê? O projeto não especifica se é exigida a compra de equipamentos alemães, vacinas alemãs, remédios alemães. Há alguma vinculação nesse empréstimo e nessa doação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Senador, estamos com o pedido aqui, o qual poderemos passar a V. Exª

Temos um importante projeto para votar, o *Proceder III*, viabilizando o convênio com o governo do Japão para a aplicação na área do cerrado, do Tocantins ao Maranhão.

Não é pelo fato do Tocantins ser o meu Estado, mas esse projeto tem um alcance fundamental, já havendo experiências em Goiás, em Minas, no Mato Grosso; lamento que somente hoje dele tomamos conhecimento, porque chegou à Mesa ontem. Mas, levando em conta a sua importância, o prazo, o limite de tempo para viabilizar esses recursos e o seu agente de repasse, pedimos um pouquinho de tolerância a V. Exª para o colocarmos em votação ainda nesta reunião.

O Senador Ronan Tito acaba de se dirigir à Mesa, pedindo que o mesmo seja encaminhado imediatamente. Iremos colocá-lo em votação, com relatório.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, iremos votar agora o relatório do Senador Ronan Tito, favorável ao empréstimo do Ceará?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Nós o estamos colocando em discussão.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Eu estava com a palavra e pedi informações à Mesa, em relação ao financiamento de 24 milhões e 500 mil marcos alemães; já se sabe que há uma comissão de compromisso de 0,25%, já se sabe que há uma amortização em 30 prestações semestrais sucessivas; há juro fixo de 4,5%, exigido semestralmente. É preciso saber que que em alguns empréstimos o juro internacional caiu e está a 3%.

Estou comentando que na parte que é empréstimo, portanto, compromisso de pagamento, os juros estão acima dos juros internacionais atualmente em vigor; mas há uma parte que não é empréstimo, não tendo retorno financeiro.

O SR. RELATOR (Ronan Tito) – Juros de 4,5% ao ano estão dentro da base.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Há juros de 3%. Sendo um empréstimo para saúde, poderia até ser a juro 0, mas ninguém exige isso de um banco alemão; pelo menos, 3%; hoje se conseguem contratos de empréstimos a 3%.

Mas gostaria de merecer algumas informações sobre essa questão de uma contribuição financeira de 2 milhões e 4500 mil marcos alemães – evidentemente, como contribuição, não reembolsáveis, nos termos contratuais. Que termos são esses? Onde está o contrato?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vou pedir à Secretaria da Mesa para localizar.

O SR. MEIRA FILHO – O Senador Mansueto de LAVOR está certo, porque há um ditado que diz "seguro morreu de velho e desconfiado está vivo".

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vamos esperar o esclarecimento com relação ao assunto de pauta.

A palavra continua com o Senador Mansueto de LAVOR.

Logo após, colocaremos o parecer em votação.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, nos termos do contrato, evidentemente, está inclusa a construção de vinte unidades de saúde, ficando poucos desses recursos para o combate direto à cólera, como deseja o Sr. Relator. Mas não há, aparentemente, numa leitura superficial do contrato, nenhuma vinculação danosa ao Estado no que se refere a essa doação e ao próprio empréstimo.

Sendo assim, o meu voto é favorável.

O SR. MEIRA FILHO – O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Ronan Tito que faça o seu relatório verbal sobre esse convênio que será feito entre o Governo Federal e o Governo do Japão, que é o Programa Proceder, o Projeto Jica.

O SR. RELATOR (Ronan Tito) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há quinze anos o Brasil iniciou um convênio com a JICA – Japan International Cooperation Agency –, a respeito de acordos para financiamentos agrícolas, programa que, na época, foi bastante estudado e que, devido a isso, teve um resultado extraordinário.

Temos hoje implantados diversos projetos desse chamado Proceder, com uma produtividade muito grande e com os melhores cuidados técnicos. O interessante desses projetos é que há um empréstimo de dinheiro há longo prazo, com juros baixos, de 3% ao ano; e o mutuário, a pessoa que se vai financiar, deve ser brasileiro, agricultor, não podendo possuir terra. A partir daí, ele inicia, com uma assistência técnica, a realização do seu projeto. E o que já tivemos até hoje foi sucesso absoluto.

No meu Estado, temos três projetos – que me lembre – da melhor qualidade. E agora há um aumento de projetos, de financiamentos por parte do governo japonês, através da Jica, que é uma agência de desenvolvimento, para financiamento de projeto agrícola integrado.

Peço, então, aos Srs. Senadores a aprovação deste relatório, porque o programa está sendo estendido agora para os Estados do Maranhão e do Tocantins. Tenho certeza de que vai ser não só um projeto exitoso, mas também vai ser um projeto que eu chamaria de Centro de Desenvolvimento Tecnológico para a região, onde os agricultores poderão aprender as técnicas mais modernas de cultivo de soja, de milho, de arroz, enfim, dessas nossas culturas dessas coisas de que tanto gostamos e de que precisamos cada vez mais.

É da maior importância para o Brasil e temos uma certa urgência na sua aprovação, porque também existe a questão de Orçamento do Japão, e não podemos permitir que entre em exercício findo. Esse é o motivo da minha insistência em relação ao projeto, e peço aos Srs. Senadores que aprove o relatório canhestro deste Senador não menos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar – temos na pauta somente decisões terminativas, que precisam do voto nominal dos Srs. Senadores –, damos por encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de V. Ex<sup>as</sup>, que sempre nos prestigiaram nesta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

**MESA****Presidente**

Humberto Lucena \_ PMDB \_ PB

**1º Vice-Presidente**

Chagas Rodrigues \_ PSDB \_ PI

**2º Vice-Presidente**

Levy Dias \_ PTB \_ MS

**1º Secretário**

Júlio Campos \_ PFL \_ MT

**2º Secretário**

Nabor Júnior \_ PMDB \_ AC

**3º Secretário**

Júnia Marise \_ PRN \_ MG

**4º Secretário**

Nelson Wedekin \_ PDT \_ SC

**Suplentes de Secretário**

Lavoisier Maia \_ PDT \_ RN

Lucídio Portella \_ PDS \_ PI

Beni Veras \_ PSDB \_ CE

Carlos Patrocínio \_ PFL \_ TO

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Pedro Simon

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Mauro Benevides

**Vice-Líderes**

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Mário Covas

**Vice-Líder**

Jutahy Magalhães

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Marco Maciel

**Vice-Líderes**

Odacir Soares

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

José Paulo Bisol

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Jonas Pinheiro

**Vice-Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Magno Bacelar

**LIDERANÇA DO PRN****Líder**

Ney Maranhão

**Vice-Líder**

Áureo Mello

**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Irapuan Costa Júnior

**LIDERANÇA DO PPR****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Affonso Camargo

Esperidião Amin

Moisés Abrão

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

Eduardo Suplicy

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA \_ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)  
Presidente: Iram Saraiva  
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas  
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)  
Presidente: Beni Veras  
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sábida de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia  
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341  
Sala de reuniões: 3652  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.  
Sala nº 09 \_ Ala Alexandre Costa

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: João Rocha  
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75



**PSDB**

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RO-4062/63

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

**PDC**

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

**PDS**

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho

**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
E DEFESA NACIONAL \_ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

**Presidente:** Alfredo Campos

**Vice-Presidente:** Hydekél Freitas

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

**PFL**

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

**PTB**

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos

**Ramais:** 3496 e 3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE  
INFRA-ESTRUTURA \_ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

**Presidente:** Dario Pereira

**Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

**PFL**

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	

**PSDB**

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

**PTB**

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

**PDC**

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

**PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

**Secretário:** Celson Parente \_ Ramais 3515 e 3516

**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa \_ Anexo das Comissões \_ Ramal 3286

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
 Presidente: Valmir Campelo  
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

## Titulares

## Suplentes

### PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

### PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

### PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

## PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Louremberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

## PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

## PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

## PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

## PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

## PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

## PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 3121

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral .....CR\$3.620,00

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral .....CR\$3.620,00

J. avulso .....CR\$30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAE, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

**Leia neste número:**

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito

*Inocêncio Mártires Coelho*

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão

*Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha*

Controle externo do Poder Judiciário

*José Eduardo Sabo Paes*

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise

*Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima*

**Na mesma edição:**

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Corrêa Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gueirras Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Lutz Antonio Soares Hentz*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Lutz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Ann Helen Watner*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Afonso Lima Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias penais na Alemanha ao pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Proceso, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindetto*

Liderança parlamentar. *Rosineide Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Leite Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recesso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para:  
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas  
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22.º andar  
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

# **Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

## **Novas publicações**

### **ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL**

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA**

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

## **Outros títulos**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO**

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

### **CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989**

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**

#### **Comentários por João Barbalho U. C.**

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

# **CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

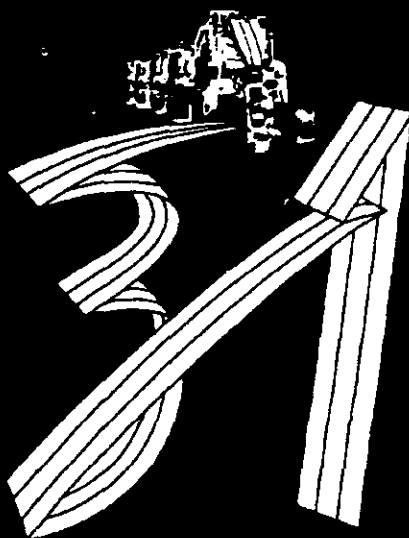
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento**  
**Cr\$ 800,00**

**À venda na Subsecretaria de  
Edições Técnicas – Senado Federal,  
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três  
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –  
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

**Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.**

**CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL**



**A N O S**  
**1963 1994**

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS**